

ECONOMIA POLÍTICA E SEGURIDADE SOCIAL

Uma Contribuição à Crítica

maio de 1999

ÍNDICE

I - O Efeito da Bolsa no Bolso (novembro de 1997)	04
II - O Pacote, a Previdência e o Trabalhador (dezembro de 1997)	06
III - Considerações sobre o Mercado de Ações e o Mercado de Títulos (dezembro de 1997)	07
IV - Alternativas para o Equilíbrio Financeiro da Previdência Social (dezembro de 1997).....	11
V - Uma Radiografia da Economia: Balanço e Perspectivas (janeiro de 1998).....	14
VI - Por uma Seguridade Social Sustentável (fevereiro de 1998)	16
VII - O Bolso Real do Cidadão (março de 1998)	28
VIII - A Previdência Social no Contexto Macroeconômico (maio de 1998)	30
IX - Panorama Quaternário do Plano Real (julho de 1998).....	33
X - O Flagelo do Desemprego (setembro de 1998).....	39
XI - Análise dos Benefícios Assistenciais e Rurais da Previdência Social – 1993 a 1997 (setembro de 1998).....	42
XII - Dívida Externa: Conceito, Perfil e Implicações (outubro de 1998).....	47
XIII - A Controvérsia entre Estado e o Mercado e as Crises: Uma Abordagem Histórica e Conceitual (outubro de 1998).....	49
XIV - Globalização e (In)justiça (novembro de 1998).....	53
XV - Pacote de Ajuste Fiscal Reduz Rendas e Atividade Econômica (novembro de 1998)	55
XVI - A Economia da Dependência e do não Crescimento (Perspectiva é de retrocesso na economia) (dezembro de 1998)	58
XVII - A Questão da Evasão Fiscal – Renúncia e Sonegação na Previdência Social (dezembro de 1998)	60
XVIII - Perfil e Balanço do Subsistema de Previdência Rural (janeiro de 1999).....	65
XIX - Dilemas da Economia Brasileira na Crise Real (fevereiro de 1999)	76
XX - Análise da Seguridade Social e da Previdência em 1998 (março de 1999)	80
XXI - Crescimento Econômico com Crescimento Cultural: A conjunção necessária para o progresso (abril de 1999).....	96

Apresentação

A *Assessoria de Estudos Sócioeconômicos* funciona junto à Presidência do Conselho Executivo da ANFIP, em caráter permanente, e visa dar um maior dinamismo nas ações da entidade e maior grau de profissionalização aos trabalhos técnicos.

Os objetivos são os de assessorar, através de dados e análises sócioeconômicas, o Conselho Executivo e todos os segmentos interessados nos estudos da Seguridade Social com enfoque macroeconômico, bem como instrumentalizar a ANFIP na elaboração de propostas alternativas para a superação dos problemas estruturais na área de Seguridade Social dentro dos fóruns institucionais.

Assim sendo, a *Assessoria de Estudos Sócioeconômicos* vem desenvolvendo uma série de análises das conjunturas econômicas, tanto brasileira quanto mundial, bem como diagnósticos setoriais da Seguridade Social. Esses trabalhos, em sua maioria, foram publicados nos periódicos da ANFIP, *FCP Jornal* e *Revista de Seguridade Social*, bem como no *Boletim Analítico* da Entidade.

No sentido de agregar mais informações e de servir como fonte de consulta aos associados da ANFIP e ao público em geral, alguns trabalhos foram reunidos na presente **Coletânea de Textos**, apresentados por ordem cronológica, a partir de novembro de 1997.

Entendemos que mais esse esforço programático da ANFIP alcançará seus objetivos de bem servir a todos os associados da entidade e colaborar no debate de idéias sobre os problemas brasileiros, com maior consistência técnica e qualidade profissional.

Conselho Executivo

O Efeito da Bolsa no Bolso (novembro de 1997)

O cidadão comum, geralmente não familiarizado com a linguagem econômica, acorda sobressaltado ao ler nos jornais que o Governo adotou medidas recessivas para proteger o Plano Real da crise das Bolsas de Valores, ocorrida aqui e no mundo.

Para melhor digerir os efeitos nefastos das oscilações especulativas do mercado internacional de papéis (ou de ações) é preciso começar a compreender o funcionamento das Bolsas de Valores e por que elas atingem negativamente o bolso do trabalhador e do aposentado.

As Bolsas de Valores são um mercado que movimenta trilhões de dólares em ações de empresas em todo o mundo, cadastradas segundo a legislação das sociedades anônimas. O preço das ações oscila de acordo com as regras da oferta e da demanda comuns em qualquer outro mercado de bens. Porém, o que as diferenciam desses outros mercados é o alto nível de risco inerente, uma vez que convivem capitais produtivos e capitais especulativos no mesmo "jogo".

Quando os capitais produtivos são hegemônicos nos investimentos de um país, esse movimento se reflete na valorização dos preços das ações nas Bolsas de Valores. Por outro lado, quando há hegemonia de capitais especulativos, o preço dessas mesmas ações pode despencar ao ponto de repercutir negativamente nas economias de todo o mundo. A recente crise das Bolsas teve início com a queda abrupta dos preços das ações negociadas na Bolsa de Hong Kong.

Hong Kong é um país pertencente aos chamados "tigres asiáticos", que saíram na frente no processo de implantação do projeto neoliberal, ou seja, países que realizaram uma ampla e acelerada abertura externa de sua economia, acompanhada de privatizações e redução drástica do tamanho do Estado. Esses países apresentaram altas taxas de crescimento econômico, enquanto a maioria das demais nações do mundo permanecia na estagnação econômica que caracterizou toda a década de 80. A crise da Bolsa de Hong Kong se caracterizou pela ação dos capitais especulativos que derrubaram os preços das ações, supervalorizadas que estavam pelo excesso anterior de capital produtivo, derivado exatamente da abertura externa naquele país.

No caso do Brasil, por que o Governo adotou medidas recessivas, como o aumento das taxas de juros? A resposta vem a seguir. O atual Governo tem como único objetivo a manutenção das taxas de inflação em patamares muito baixos, comparáveis às dos países desenvolvidos. Para isso o atual Governo foi eleito e assim mesmo ele sonha em ser reeleito.

O principal instrumento de política econômica de combate à inflação tem sido a âncora cambial, através de um sistema de bandas que controla a variação do Real frente ao Dólar num intervalo o menor possível. Dessa maneira, o Governo abre demasiadamente a economia às importações, internaliza produtos a preços internacionais para, conseqüentemente, aumentar a concorrência e reduzir os preços dos produtos internos. Por outro lado, essa mesma política cambial reduz as exportações e, como resultado, gera um déficit comercial externo e que obrigatoriamente tem que ser financiado por capitais estrangeiros.

Com a crise das Bolsas, o Governo aumentou a taxa de juros exatamente para evitar a fuga de capitais estrangeiros que comprometeria o financiamento do déficit comercial e, conseqüentemente, a sua política cambial e a volta da inflação. Com essa obsessão de controlar a inflação através do câmbio apreciado, o Governo opta por arrochar o bolso do trabalhador e do aposentado, já que o aumento das taxas de juros inibe o consumo, aperta o crédito, reduz a produção, aumenta o desemprego e, por fim, gera recessão econômica.

Eis de que maneira a crise das Bolsas de Valores afeta o bolso e a vida do trabalhador. Trata-se de uma lógica perversa de manter a estabilidade dos preços com desemprego, arrocho salarial e redução do consumo. A crise das bolsas, iniciada em Hong Kong, gerou uma crise social no Brasil, dado que o atual Governo segue a cartilha do neoliberalismo, saneando bancos falidos e engordando

as aplicações especulativas no mercado de ações. Resta saber se essa crise recessiva será de curto, médio ou longo prazo.

Publicado no Jornal do Aposentado em novembro de 1997.

O Pacote, a Previdência e o Trabalhador (dezembro de 1997)

As medidas fiscais anunciadas pela equipe econômica agravam o quadro nacional que já se encontrava desfavorável ao crescimento do nível de emprego, dos salários e dos investimentos na produção. Ao invés de atacar os problemas estruturais do país, e o desemprego é o pior deles, o Governo prefere se submeter às regras do sistema financeiro internacional e realizar um ajuste de suas finanças públicas às custas do contribuinte. Essa penalização do contribuinte pode inclusive incentivar a prática da sonegação.

A análise que se pode fazer preliminarmente é que o pacote fiscal tem um caráter recessivo e que deve aumentar as taxas de desemprego do país a curto e médio prazos, bem como acelerar a redução da massa salarial. Nesse sentido, nossa preocupação se volta para a arrecadação da Previdência Social que poderá sofrer queda de receita em consequência da redução dos postos de trabalho e da redução dos níveis salariais, esses últimos decorrentes do aumento dos impostos.

Muito nos surpreende o Governo seguir o caminho da recessão para proteger o Real, carro chefe da campanha palaciana pela reeleição, quando nós sabemos que o problema que aflige nossa moeda é a manutenção de uma política cambial que sobrevaloriza o Real e, em decorrência disso, gera um perigoso déficit comercial externo que tem obrigatoriamente de ser financiado por capitais estrangeiros vorazes e voláteis e que nos deixa assim vulneráveis frente às oscilações do mercado financeiro internacional e de ações (vide a crise das bolsas em todo o mundo).

O sistema previdenciário não vai melhorar com recessão, mas sim com aumento da massa salarial e do emprego. situações só possíveis num ambiente de crescimento econômico.

O cenário atual da previdência é pouco otimista. Apesar do alto índice de desemprego e queda da massa salarial já existentes, com reflexo direto na base de sustentação do custeio do sistema, o bom desempenho tem sido alcançado graças ao esforço gerencial em todas as atividades da máquina de arrecadação, fiscalização e cobrança, ou seja, tem-se melhorado eficiência e combate à sonegação, fonte essa exaurível a médio prazo. Esses instrumentos ajudam mas não bastam para se dispor de um sistema previdenciário em padrões de nações desenvolvidas. Daí o quadro pouco alentador da Previdência Social.

Para se dispor de um sistema previdenciário saudável e de alto nível, onde custeio e benefício estejam em equilíbrio permanente, é preciso, inicialmente, que a União repasse os cerca de R\$ 18,998 bilhões retidos no tesouro Nacional nos últimos três anos, arrecadados através da Cofins e da Contribuição sobre o lucro líquido. Segundo, é preciso uma política de desenvolvimento econômico sustentado para o país de modo a melhorar a renda nacional, particularmente salários e empregos. Só assim se terá condições efetivas de arcar devidamente com os benefícios de milhões de trabalhadores brasileiros.

Com o anúncio do pacote fiscal, de traços nitidamente recessivos, fica a nossa preocupação com a virtual redução da receita previdenciária que poderá prejudicar muitos benefícios. Entendemos que o caminho que o país deva seguir não é o da recessão econômica e do desemprego.

Publicado no FCP Jornal, n.º 118, em novembro/dezembro de 1997.

Considerações sobre o Mercado de Ações e o Mercado de Títulos (dezembro de 1997)

A globalização financeira

Diferentemente do que afirmam os defensores do neoliberalismo, a tão falada globalização é essencialmente de caráter financeiro, muito longe, portanto, de uma mundialização dos mercados produtivos. Na verdade, há uma integração dos mercados financeiros ou ainda uma interligação internacional de capitais.

A interligação de capitais se dá por meio do sistema bolsa de valores, que deixa os governos vulneráveis e à mercê das oscilações do mercado de ações, como pudemos verificar na atual crise mundial, e também pelo mercado de títulos, onde a taxa de juros exerce principal papel.

Uma das críticas mais importantes desse processo é a queda da produção, do nível de emprego e do bem estar social dos povos.

O sistema bolsa de valores

Para entendermos o atual *crash* das bolsas nos principais centros financeiros do mundo e suas repercussões no Brasil, é preciso conhecermos um pouco o funcionamento do sistema bolsa de valores.

Objetivo

O sistema bolsa de valores é um mercado de renda variável, que movimenta bilhões de dólares em ações de empresas em todo o mundo. O objetivo primeiro desse mercado é prover recursos para as empresas a um custo inferior ao ofertado no sistema bancário internacional de crédito.

Regulação e Operação

No Brasil, o órgão regulador é a Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que autoriza a entrada das empresas na bolsa, cadastradas segundo a legislação das sociedades anônimas de capital aberto.

As entidades operadoras são as corretoras, distribuidoras e bancos de investimento (tais como o Banco Pactual, Banco Boavista, e mesmo instituições oficiais como o Banco do Brasil). O Banco Central tem a função de autorizar o funcionamento dessas entidades, segundo regras básicas de operacionalização, tais como capital mínimo e exigência de profissionais especializados. As operadoras são remuneradas pelo próprio mercado de ações a uma taxa não uniforme e não regulada, denominada corretagem. Ao Banco Central cabe também regular o fluxo internacional de capitais.

Os *pregões* são um mercado auto-regulado, supervisionado pela CVM, espaços destinados à comercialização das ações, compra e venda, também chamados mercado secundário de ações. No Brasil existem dois desses espaços, na Bolsa de Valores de São Paulo e na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Quando a pressão pela venda de ações supera a de compra, o *pregão* tende a fechar o dia em baixa. Já quando a pressão pela compra de ações supera a de venda, o *pregão* tende a fechar o dia em alta, indicando expectativas positivas com relação ao desempenho das empresas.

Outra modalidade importante nesse processo é o denominado mercado futuro. Nesse mercado negocia-se ações, títulos e outras "commodities" para serem liquidadas no futuro. São quatro os tipos utilizados: a termo, futuro, opções e swap. São conhecidos como mercados derivativos. Servem fundamentalmente para proporcionar proteção contra oscilações de preços aos investidores e indicam o

comportamento de taxas da economia no futuro . No Brasil , negociase "a futuro" com ações na bolsa e com as demais "commodities" na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BMF).

A determinação do preço e as oscilações

No mercado primário, o preço da ação de uma determinada empresa é ditado pela qualidade do seu balanço contábil, principalmente itens como patrimônio, lucros e dividendos. Já as oscilações nos preços ocorrem de acordo com as regras da oferta e da demanda comuns em qualquer outro mercado de bens. Porém, o que diferencia o mercado de ações dos mercados típicos é o seu alto nível de risco, pois convivem capitais produtivos e capitais especulativos no mesmo "jogo".

Quando os capitais produtivos são hegemônicos nos investimentos de um país, esse movimento se reflete na tendência de valorização dos preços das ações nas bolsas de valores. Há, dessa maneira, muita compra dessas ações, ou ainda, as ações se tornam caras. Por outro lado, quando há hegemonia de capitais especulativos, o preço dessas mesmas ações pode despencar a tal ponto de repercutir negativamente nas economias de todo o mundo. Na prática, essa queda se dá com o excesso abrupto de venda de ações a qualquer preço.

A atual crise mundial

A total interligação dos mercados financeiros acaba de nos dar mostras do seu *poder de fogo*. A crise das bolsas deixou os governos nacionais perigosamente vulneráveis e expostos às oscilações especulativas do mercado internacional de ações. Já os cidadãos, pagam o preço das medidas defensivas.

A atual crise mundial deixou claro pelo menos duas coisas: primeiro, o questionamento quanto à eficácia do receituário neoliberal, já que os países do sudeste asiático , deflagradores da crise, eram *experiências modelo* dessa doutrina econômica; segundo, a urgente regulação da entrada e saída de capital especulativo, também chamado capital volátil.

Tanto Hong Kong quanto a Coréia, ou qualquer outro país dos chamados "tigres asiáticos", donde explodiu a crise, realizaram uma ampla e acelerada abertura externa de suas economias, com privatização e redução drástica do papel do Estado. A crise de suas bolsas se caracterizou fundamentalmente pela ação dos capitais especulativos que derrubaram os preços das ações, supervalorizadas que estavam pelo excesso de dinheiro em combinação com uma queda na atividade produtiva que desencadeou um processo de desinteresse pelas ações negociadas.

Também o Japão, modelo de eficiência asiática, sofreu duramente as **conseqüências da crise** com a quebra de duas de suas principais corretoras. Nos próximos anos, esse país estará economicamente debilitado já que cerca de US\$ 120 bilhões, cifra equivalente a todo seu saldo comercial com o mundo, serão gastos no financiamento da quebradeira asiática.

Pendências quanto a ação especulativa do capital internacional

A questão que se coloca é de que maneira o país conseguirá reduzir ao mínimo possível o impacto negativo dos capitais internacionais voláteis, já que pelo *Anexo IV da resolução 1289 do Banco Central*, existe um mecanismo institucional que permite a entrada desses capitais com isenção fiscal e sem prazo de permanência.

Para se ter uma idéia da ação desses capitais na atual crise, do volume estimado de capital estrangeiro negociado na bolsa de valores no Brasil que é de US\$ 18 bilhões, o que corresponde a cerca de 30% das nossas reservas cambiais, entre US\$ 8 a 10 bilhões saíram do país num *piscar de olhos*. Em seguida, eles retornam amparados por outros mecanismos institucionais, como por exemplo o aumento da taxa de juros no mercado de renda fixa. Boa parte desse dinheiro saiu do país para que investidores pudessem fazer frente a dívidas causadas pelo *crack* das bolsas externas.

Para combater a ação especulativa dos capitais internacionais, um dos caminhos possíveis é a alteração na atual política cambial, de modo a reduzir o tamanho do déficit externo e, dessa maneira, reduzir a dependência desses mesmos capitais no financiamento do déficit.

No entanto, o Governo entende que uma maior desvalorização do Real implicaria necessariamente na volta da inflação a taxas perigosas.

Um outro caminho é criar um mecanismo institucional que defina prazo de permanência dos capitais internacionais no Brasil, ou mesmo o fim da isenção fiscal, ou ainda transformá-los em investimentos diretos. Pretende-se que tal sugestão seja feita em fórum internacional, pois a maioria esmagadora dos países não tem barreiras para a permanência do capital.

O mercado de títulos

Diagnóstico

A existência do mercado de títulos se deve conceitualmente ao desequilíbrio estrutural das finanças públicas. É uma prática mundial. Na ausência de capacidade para criação de poupança, o Governo se utiliza da poupança privada ou alheia para financiar seus gastos.

Da necessidade de financiamento desse desequilíbrio crônico entre receitas e despesas públicas deriva a dívida interna.

Objetivo

Lançamento de títulos para captação de poupança privada.

O mercado primário (órgãos emissores de títulos)

Dentre os órgãos emissores de títulos, temos, em primeiro lugar, o Tesouro Nacional, que emite ordinariamente seus títulos em função das necessidades de regularização dos seus fluxos de caixa, antecipações de receita e custeio da máquina governamental, aprovados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos seus resgates, quase sempre difíceis de serem previstos.

Em segundo lugar, temos o Banco Central, que emite seus títulos para controle da liquidez monetária, ou seja, quando deseja retirar dinheiro de circulação, ele vende títulos; já quando deseja aumentar a oferta monetária, ele resgata seus títulos. Nesse caso, a emissão de títulos é um dos instrumentos clássicos de política monetária, juntamente com o depósito compulsório e as operações de mercado aberto, todas reguladas pela taxa de juros.

As emissões de títulos são feitas por intermédio de leilões de oferta pública, que é o mercado primário, com prazo de resgate e realizados pelo Banco Central.

Esse relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro Nacional nos leilões de títulos públicos existe em função da determinação constitucional da Conta Única do Tesouro.

O mercado secundário (comercialização de títulos)

No mercado secundário, que é o mercado de recompra de papéis, o Banco Central é o principal agente público. Ele atua através do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC) e renegocia os títulos com valores diferentes aos acordados nos leilões, valores esses também chamados de descontos sobre o valor de face.

Os descontos sobre o valor de face ocorrem no resgate antecipado dos títulos, significando um valor atual menor do que valeria o título no fim do prazo de resgate.

Uma outra instituição financeira, de cunho privado, atua no mercado secundário, qual seja, a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Cabe à CETIP negociar os Títulos da Dívida Agrária (TDA), bem como algumas dívidas da União, ou seja, parte da securitização da dívida interna.

Trabalho apresentado em palestra para o Conselho Executivo e Conselho de Representantes da ANFIP em dezembro de 1997.

Alternativas para o equilíbrio financeiro da Previdência Social (dezembro de 1997)

Introdução

A crise financeira da Previdência Social, apresentada pelo governo, deixa todos os segmentos sociais apreensivos, principalmente os servidores públicos e os trabalhadores de um modo geral.

Notadamente no Regime Geral da Previdência Social, tem-se que analisar de forma sistêmica, tendo em vista os recursos que devem ser demandados - contemplados na Constituição Federal, conforme o artigo 195 - à Seguridade Social, através da COFINS, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Folha de Pagamento, incluída posteriormente a CPMF (exclusiva para Saúde) a fim de alocar recursos para as ações de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Entretanto, se for analisado somente as receitas provenientes da folha de pagamento e comparar com as despesas de todos os benefícios, inclusive os rurais, a arrecadação advinda das empresas, segurados e contribuintes individuais, torna-se insuficiente, principalmente, em decorrência do desemprego, informalidade, terceirização etc.

Agrega-se a tudo isso a grande evasão na receita previdenciária, em torno de 30/40%, de seu potencial, bem como uma renúncia fiscal na ordem de R\$ 8 bilhões.

Propostas

Porém, diante de tais circunstâncias, a ANFIP, entidade de vanguarda em todo o processo histórico da Previdência Social, vem sugerir algumas alternativas, para o incremento da arrecadação, com vistas em equilibrar com major eficácia, as receitas previdenciárias.

a) De caráter específico

1 - Uniformidade da alíquota referente à contribuição das empresas e equiparadas sobre remuneração/retribuições por serviços prestados, pagas a pessoas físicas sem vínculo empregatício, independentemente da contribuição dessas à Previdência Social, principalmente quanto à Lei 84/96;

2 - Instituição de penas relevantes para as empresas que utilizam empregados sem registro, tais como, proibição de participar de concorrências públicas em todos os níveis, financiamento em instituições oficiais;

3 - Quebra do sigilo bancário das empresas e de seus responsáveis no caso de suspeita ou de comprovação de sonegação, fraude ou apropriação indébita. Sabe-se que o sigilo bancário constitui importante empecilho, ficando de mãos amarradas, principalmente após decisão da justiça, impedindo o processo administrativo fiscal como meio para solicitar dados ao sistema bancário;

4 - Padronização dos percentuais de multa e de acréscimo legais entre as repartições fiscais (Previdência e Receita Federal) que hoje adotam critérios diferenciados;

5 - Efetiva política de combate à sonegação, aparelhamento da máquina fiscalizadora do Estado. Intensificação sistemática do uso da informática, com vistas a cobrir todo o universo dos contribuintes. Banco de dados mais consistente. Criação de cadastro único, com objetivo de otimizar a fiscalização nas três esferas: federal, estadual e municipal.

6 - Ação conjunta de fiscalização, tendo um órgão como coordenador, integrado pelas entidades: Receita Federal, Previdência, Procuradoria Geral da República, Polícia Federal, Estados e Municípios, com vistas à auditoria dos sonegadores;

7 - Fim de todas as isenções de contribuições sociais ou de privilégios na redução de alíquotas ou percentuais;

8 - Suspensão das isenções de contribuições de entidades filantrópicas prevista no parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal. As isenções ou incentivos devem ser através de benefícios fiscais e não previdenciários, pois todos os empregados, enquanto beneficiários do sistema, recebem os mesmos tratamentos.

9 - Enquanto não alterar o parágrafo 7º do artigo 195, proibir, através de medida provisória, todas as entidades de saúde e educação o enquadramento como entidade filantrópica;

10 - Salário de Contribuição mensal não inferior ao salário mínimo.

Salário de contribuição inferior ao salário mínimo/mensal versus benefícios igual ao salário mínimo. Isso significa que o salário mínimo que é estabelecido por mês, dia ou hora, qualquer empregado poderá prestar serviço por alguns dias da semana ou por poucas horas diárias com seu salário de contribuição inferior ao salário mínimo, recolhendo para a Previdência sobre o total recebido. Entretanto, na hora da concessão do benefício, esse mesmo trabalhador recebe da Previdência Social um salário mínimo. Servidores de muitas prefeituras, empregadas domésticas (meio período, diarista), professores contratados por hora/aula em pequenas escolas, recepcionistas, empregados de limpeza de pequenos estabelecimentos, empregados contratados apenas para alguns dias da semana, etc., são exemplos de como acontece a evasão de receita na Previdência Social;

11 - Conferir à administração, a arrecadação e a fiscalização das receitas de contribuições sociais, pelo órgão próprio da Seguridade Social e sua aplicação, exclusivamente nas atividades de Saúde, Assistência e Previdência Social;

12 - A legislação acidentária deverá ser mais enérgica e coercitiva para as empresas que, embora advertidas, omitem-se na prevenção dos riscos causadores de acidente de trabalho, com regulamentação do inciso XXVIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

13 - Para atividades consideradas de riscos à saúde dos empregados, as empresas deveriam ser taxadas com índice de contribuição maiores, em face da precocidade das aposentadorias aos mesmos. O tratamento deve ser de relação trabalhista e não previdenciária;

14 - As fontes de custeio da Seguridade Social seriam as seguintes:

a) Folha de pagamento destinadas aos empregados que atuarem no mercado formal e contariam com a contribuição dos empregados, das empresas e daqueles que prestassem serviços a elas na condição de sócios com retiradas, autônomos, avulsos etc., pois se constitui na mais segura base de relacionamento do trabalho a as suas necessidades de proteção social;

b) Faturamento/Receita e Lucro, tendo em vista o alto índice de automação e tecnologia atingido por algumas empresas, a produtividade passou a ser obtida com um mínimo de mão-de-obra e um máximo de tecnologia de ponta. Essas empresas, se comparadas a outras, têm um custo de mão-de-obra reduzidíssimo e, conseqüentemente, pagam pouco em contribuição previdenciária. Pode-se pensar numa contribuição social sobre o faturamento líquido, entendido como a diferença entre o faturamento bruto e o valor da folha de salários. À medida que fossem estabelecidos patamares de equilíbrio com a receita hoje verificada, haveria um ajuste de contribuição sobre o faturamento, diminuindo-se, proporcionalmente, o encargo sobre a folha de salário e a conseqüente dependência da massa salarial .

15 - De caráter genérico:

a) Uma reforma tributária consistente onde realmente os impostos sejam mais racionais e simplificados, privilegiando a produção e pleno emprego, voltado para um desenvolvimento sustentado;

b) Estabelecer programas de geração de empregos equacionados e geridos na esfera estadual e municipal, visando atingir soluções locais, observadas as especificidades locais e tendências vocacionais da área.

c) Investimento pode ser dirigido à infra-estrutura, saúde, educação, saneamento básico etc., e estabelecer medidas de contenção dos gastos públicos nos setores em que novos investimentos não sejam considerados absolutamente prioritários, incentivando o investimento no campo social, envolvendo geração de empregos/serviços, educação, saúde e lazer.

Publicado em ANFIP - Ciclo de Estudos Emprego, Desemprego, Subemprego e Informalidade -1997.

Uma Radiografia da Economia: Balanço e Perspectivas (janeiro de 1998)

Ao analisarmos a performance da economia brasileira em 1997 comparativamente a 1996, verificamos que a continuidade da queda da inflação, de 10,04 % para 4,83 % segundo o IPC da FIPE, foi o único indicador positivo. No mais, houve uma reversão completa das expectativas iniciais.

A ausência de reformas estruturais

Iniciamos o ano de 1997 com a esperança de que as reformas estruturais que colocassem o país na rota do crescimento econômico sustentado fossem, enfim, implantadas. A reforma agrária, através de uma política de assentamento e de financiamento à agricultura familiar, cedeu lugar a um faroeste caboclo, confrontando os trabalhadores sem terra com os grandes fazendeiros improdutivos, sob os olhares inertes dos burocratas do Incra.

A reforma tributária, que simplificasse a quantidade de impostos, que desonerasse o custo dos produtos, que modernizasse o sistema de arrecadação, que combatesse a sonegação fiscal elevadíssima, que regulamentasse a taxação das grandes fortunas e que aliviasse o bolso do trabalhador e do aposentado cedeu lugar a um pacote fiscal "natalino" que penalizou exatamente o contribuinte idôneo.

A reforma administrativa, que deveria modernizar a máquina do Estado, qualificar o quadro funcional, recompor o poder real dos salários e dignificar o profissional, transformou o servidor público em bode expiatório para um pretense equilíbrio das contas públicas, após três anos sem nenhum tipo de reajuste salarial.

A reforma do sistema financeiro que penalizasse o capital especulativo interno e externo, que estabelecesse prazo de permanência do capital estrangeiro no país, que reduzisse a taxa de juros para incentivar o investimento produtivo, que realizasse uma reforma bancária protegendo a sociedade e o Tesouro Nacional da quebra dos bancos e que privilegiasse a poupança popular, ficou nas gavetas do Congresso Nacional.

Quanto à reforma da Previdência, o Governo, ao invés de atacar o problema da sonegação fiscal e da redução da massa salarial, insiste em desviar recursos para outras áreas, reter dinheiro no Tesouro e elevar o tempo de contribuição, bem como a idade, como soluções para a crise estrutural do setor.

A manutenção de políticas depreciativas

Assistimos em 1997 a continuidade de uma política indiscriminada de abertura externa, submetendo nossa indústria e nosso comércio a uma concorrência tecnológica desproporcional e levando-os a apresentar quedas drásticas de produção e redução significativa de postos de trabalho.

Assistimos também a manutenção de uma política cambial que favorece as importações, gera sucessivos déficits na balança comercial e nos deixa vulneráveis frente à ação do capital especulativo, como demonstrado na crise das bolsas asiáticas.

O país fechou 1997 com um déficit na balança comercial (exportações menos importações) da ordem de US\$ 8,6 bilhões e um déficit nas Transações Correntes (Balança Comercial mais Conta de Serviços mais Transferências Unilaterais) em torno de US\$ 35 bilhões, ou 4,3 % do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante um ano. Esse volumoso déficit externo é financiado por capitais internacionais geralmente voláteis, ou seja, entram e saem do país com muita facilidade. A taxa de variação do dólar foi de apenas 5,3 % em 1997. Quanto à dívida externa total, ela se situa na casa dos US\$ 186 bilhões, o que equivale a cerca de 23 % do PIB.

No plano interno, verificamos a continuidade do descontrole das finanças públicas, que apresenta uma dívida em torno de US\$ 27 bilhões (despesas mais juros superiores à receita tributária),

ou seja, 3,15 % do PIB. Este, por sua vez, cresceu apenas 3,5 %, bem abaixo das previsões no início do ano que apontavam para uma taxa de até 7,0 %. Quanto aos juros, a taxa real média do Banco Central ficou em torno de 16,5%, descontada a inflação, ou 1,37 % real ao mês, muito superior a qualquer outro indicador econômico.

O abandono da questão do emprego

No tocante ao mercado de trabalho, o ano de 1997 se caracterizou pela taxa recorde de desemprego em São Paulo de 16,6 %, ocorrida no mês de novembro, segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese e Fundação Seade. O ano apresentou uma taxa média de desemprego de 15,5 %, acima das previsões mais pessimistas.

O grande mal estar do Real é, sem dúvida, a ausência de uma política de empregos consistente e duradoura. Ao contrário disso, o Governo trabalhou durante todo o ano no sentido inverso: o câmbio, ao incentivar as importações e inibir as exportações, reduziu milhares de postos de trabalho; o contrato de trabalho temporário, que reduz direitos trabalhistas, é um paliativo; a taxa de juros elevada inibe os investimentos, o consumo e o emprego; a competição internacional desigual aumentou o número de empresas em concordata e o pacote fiscal de final de ano onerou ainda mais o contribuinte.

Tudo caminhou no sentido de aumentar o desemprego, reduzir a massa salarial e, conseqüentemente, prejudicar o fluxo de caixa da Previdência Social. A confirmação desse quadro em números mostra que a participação dos salários no PIB, ou seja, do mercado formal de trabalho donde provém o grosso da arrecadação previdenciária, caiu de 45 % para 38 % nos últimos anos. Enquanto isso, a participação da remuneração do capital no PIB (lucro + aluguéis + juros) cresceu de 33 % para 41 %. Se não bastasse tudo isso, ainda observamos que sindicalistas e patrões negociaram redução de salário e jornada pela manutenção do emprego, situação impensável em outros tempos.

A escuridão de 1998

1998 é um ano eleitoral. A tradição política no Brasil demonstra que os governos se aproveitam desse fato para adotar medidas sociais essencialmente demagógicas e eleitoreiras. Entretanto, não serão suficientes para reverter um quadro futuro de incertezas e negatividades.

Segundo a maioria das previsões, o ano de 1998 será de pouco crescimento econômico, inflação baixa, juros altos e redução do mercado formal. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, a economia brasileira deve crescer entre 0,5 % a 1,5 %. A inflação deve se situar numa taxa de 5,0 % ao ano. As perspectivas com relação ao custo do dinheiro não são boas, já que a taxa real média de juros pode chegar a 23 %, 39 % maior em relação a média de 1997.

Com relação ao mercado internacional, tudo indica que a política cambial não muda e o dólar deverá variar levemente acima da inflação. Quanto ao déficit comercial, este deverá ser bem inferior a 1997 devido às medidas de incentivo às exportações tomadas pelo Governo no final do ano passado, sem, contudo, reduzir nossa vulnerabilidade a ataques do capital especulativo internacional.

Trocando em miúdos, 1998 será desalentador. A nossa dependência de capital externo continuará; o comportamento das bolsas de valores está longe de voltar a normalidade; o déficit público pode aumentar, a despeito das privatizações anunciadas; os trabalhadores serão atraídos pelo contrato de trabalho temporário para sustentar suas famílias; as campanhas eleitorais inflamarão o debate sobre o desemprego sem, no entanto, resolver o problema; a Previdência poderá sofrer queda em sua arrecadação sobre a folha de pagamentos e a economia como um todo passará por um forte desaquecimento.

Trabalho publicado no FCP Jornal, nº 119, em janeiro/fevereiro de 1998.

Por uma Seguridade Social Sustentável (fevereiro de 1998)

Introdução

As dificuldades financeiras da Previdência Social, com a sua conseqüente falência, são anunciadas com insistência há anos. Divulga-se, constantemente, essa provalada "falência do sistema" como veículo de imagem negativa e, inclusive, para justificar proposta de "reforma necessária e inadiável", cujo conteúdo nunca foi discutido com os principais interessados: os trabalhadores e a sociedade como um todo. Existe o diagnóstico, mas a dita Reforma não ataca os verdadeiros e relevantes problemas estruturais do setor, dentre os quais a sonegação fiscal, o desvio de recursos, a redução do mercado formal de trabalho e a queda da massa salarial.

Não se fala e muito menos se discute, por exemplo, o que preceitua e determina a Constituição Federal no seu Título VIII, **nos artigos** 194 (que define a Seguridade Social como um conjunto de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social) e 195 (que cria várias fontes de custeio, quais sejam, **Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Contribuição sobre a Folha de Salários**, para financiar as ações a que se refere o artigo 194).

As dificuldades financeiras da Previdência Social - se existem - são também decorrentes dos enormes e contínuos desvios de seus recursos e de sua má gerência administrativa. A utilização dos recursos da Seguridade Social para fins distintos das suas verdadeiras finalidades, e aqui podemos citar alguns exemplos, tais como: a construção de Brasília, as hidrelétricas de Furnas e de Itaipu, a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, etc., foram práticas que, nas últimas décadas, provocaram a queda da liquidez e as dificuldades financeiras do sistema. Vale ressaltar, nenhuma dessas obras faraônicas proporcionou retorno dos investimentos que nelas foram adicionados com recursos da Seguridade Social.

A participação do Governo no custeio da Seguridade Social sempre foi determinada por lei desde os idos de 1960 (Lei número 3.780/60). No entanto, isso nunca foi cumprido. Pelo contrário, em todos os governos sempre os superávits da Previdência eram e são desviados ilegalmente para cobrir outras despesas do orçamento fiscal. Levantamento contábil de 1967 a 1990, efetuados nos balanços anuais, revela que o Governo deixou de repassar à Previdência Social, sua participação mínima e obrigatória para cobrir as despesas de pessoal e administração, um total de **R\$ 26,24 bilhões**. Esse valor foi convertido para reais pelo dólar médio de 1997 (US\$ 24,34 bilhões multiplicado por 1,078) (Quadro 5).

A partir de 1990, novas formas de desvios foram se sucedendo, desrespeitando o que preceitua a Carta Magna, sendo que entre 1991 e 1997 eles totalizaram **R\$ 32,84 bilhões** (Quadros 4-A, 4-B e 6).

Além de uma política econômica recessiva, implantada por vários planos e pacotes, que tem levado o país a taxas elevadas de desemprego, subemprego e informalidade, com índice de evasão chegando a 35 %, e fazendo com que a folha de salários, principal fonte de custeio do sistema previdenciário, se apresente, hoje, insuficiente para cobrir as despesas com todos os benefícios (assistencial e previdenciário), o Governo usa os recursos arrecadados sob os títulos "Cofins" e "Contribuição sobre o Lucro Líquido", para outras atividades não definidas constitucionalmente como Seguridade Social. Em 1997, **as despesas com os benefícios assistenciais e rurais**, aquelas sem contribuição ou com inexpressiva contribuição (Rural, LOAS, RMV) atingiram **a soma de R\$ 10,616 bilhões** (Quadro 4-B).

No entanto, o repasse do Tesouro Nacional para cobrir aquelas despesas atingiu **R\$ 3,905 bilhões** (Quadro 4-A) que, somados à arrecadação rural de **R\$ 965 milhões**, totalizam uma receita de **R\$ 4,870 bilhões** (Quadro 4-B), portanto inferior ao necessário e deixando um buraco de **R\$ 5,746 bilhões** que foram retirados das contribuições dos trabalhadores ativos, que passaram a financiar

benefícios assistenciais e rurais cujo ônus é de responsabilidade de toda a sociedade, através do orçamento da Seguridade Social e suas principais fontes de custeio (Folha, Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido).

Demonstrativo:	
Despesas assistenciais e rurais (Rural/Loas/RMV)	R\$ 10,616 bilhões
Arrecadação e repasses para esse fim	R\$ 4,870 bilhões
Diferença coberta pela folha	R\$ 5,746 bilhões

A diferença acima demonstrada teria que ser obrigatoriamente transferida do Tesouro Nacional, através das rubricas Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido, que fazem parte do orçamento da Seguridade Social. Entretanto, o Governo usa apenas em parte esse mecanismo para cobertura financeira dessas espécies de benefícios, forçando a Previdência Social a cobrir esses déficits com receitas advindas de contribuições das empresas e dos trabalhadores, criando, em consequência, graves problemas financeiros. Daí porque **não há o que se falar de déficit previdenciário** sem antes analisar a destinação dos recursos previstos no orçamento da Seguridade Social.

O débito do Governo para com a Seguridade Social, referente à despesa de pessoal e administração, no período de 1967 a 1990 foi de R\$ 26,24 bilhões. Já com os pagamentos de benefícios assistenciais e rurais, referentes ao período de 1991 a 1997, o débito totaliza R\$ 32,84 bilhões. No cômputo total, temos que o débito chega a R\$ 59,08 bilhões, o que equivale a um orçamento anual da Previdência Social:

-1967 a 1990	= R\$ 26,24 bilhões (*)
-1991 a 1997	= R\$ 32,84 bilhões
-TOTAL	= R\$ 59,08 bilhões

(*) O valor é o produto de R\$ 24,34 bilhões do Quadro 5 multiplicado por 1,078, que é o dólar médio de 1997.

Balço da Seguridade Social em 1997

A receita da Seguridade Social em 1997 teve a seguinte composição (Quadro 1):

- COFINS	R\$ 19,118 bilhões
- Contribuição sobre o Lucro Líquido	R\$ 7,698 bilhões
- Arrecadação Previden. Líquida (*)	R\$ 44,260 bilhões
- CPMF (**)	R\$ 6,909 bilhões
- TOTAL	R\$ 77,985 bilhões

(*) **Arrecadação bancária + Simples + Outras Receitas - Terceiros (ver item C, página 6);**

(**) **Exclusivo para Saúde**

Do lado das despesas, foram alocados os seguintes valores:

- Benefícios Previdenciários	R\$ 48,603 bilhões
- Saúde	R\$ 18,804 bilhões (*)
- Outras Despesas Previdenciárias	R\$ 3,650 bilhões
- TOTAL	R\$ 71,057 bilhões
- SALDO(Receitas - Despesas)	R\$ 6,928 bilhões

(*) **valor executado sem restos a pagar**

Portanto, analisando as receitas e despesas da Seguridade Social, teríamos um superávit expressivo da ordem de **R\$ 6,928 bilhões**, desviado pelo Tesouro para pagamentos de outras despesas do Governo, como folha de inativos e pensionistas de outros ministérios, investimentos dos

estados em infra-estrutura para fornecimento de água e esgoto e até mesmo recursos para áreas tão díspares como pré-escola, vale-transporte, auxílio refeição/alimentação, etc.

Por outro lado, se analisarmos as receitas das rubricas individualmente, constata-se **grandes disfunções**:

a) Cofins

Pela execução orçamentária de 1997, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), verifica-se a seguinte alocação de recursos na receita da Cofins (Quadro 2):

- Saúde	R\$ 5,727 bilhões
- Previdência Social	R\$ 8,486 bilhões
- Subtotal 1 (áreas fins)	R\$ 13,758 bilhões
- Outras áreas	R\$ 3,576 bilhões
- Retido no Tesouro	R\$ 1,784 bilhão
- Total Arrecadado	R\$ 19,118 bilhões

Verifica-se que houve uma retenção no Tesouro de R\$ 1,784 **bilhão**. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que repassou R\$ 8,486 **bilhões**, sendo que, na verdade, conforme Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-A), foi repassado da Cofins somente R\$ **3,472 bilhões**. Portanto, onde estão os restantes R\$ 5,014 **bilhões**?

Chama atenção também o valor de R\$ 380 **milhões** repassado da Cofins/LOAS para pagamento exclusivo de benefícios assistenciais de prestação continuada (idosos com mais de 70 anos e deficientes físicos), sendo que, no ano de 1997, seus gastos foram de **R\$ 770 milhões, referentes a 645.894 beneficiários**. Há uma diferença de R\$ 390 **milhões** nessa rubrica.

b) Contribuição sobre o Lucro Líquido

Pela execução orçamentária de 1997, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), verifica-se a seguinte alocação de recursos na receita da Contribuição sobre o Lucro Líquido (Quadro 2):

- Saúde	R\$ 3,758 bilhões
- Previdência Social	R\$ 0,529 bilhão
- Subtotal 1 (áreas fins)	R\$ 4,286 bilhões
- Outras áreas	R\$ 0,079 bilhão
- Retido no Tesouro	R\$ 3,333 bilhões
- TOTAL	R\$ 7,698 bilhões

No mesmo sentido, houve uma retenção pelo Tesouro dessa rubrica de R\$ 3,333 **bilhões**. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que repassou R\$ **529 milhões**, sendo que, na verdade, conforme Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-A), o valor transferido para a Previdência foi **somente R\$ 16 milhões**. Portanto, há uma diferença de R\$ **513 milhões**.

c) Receita Previdenciária

A receita previdenciária teve o seguinte comportamento (Quadro 3-A) em 1997:

- Arrecadação bancária do INSS	R\$ 47,034 bilhões
- Outras Receitas	R\$ 0,112 bilhão
- Simples	R\$ 0,936 bilhão
- Subtotal	R\$ 48,082 bilhões
- (-) Transferência a Terceiros	R\$ 3,822 bilhões
- TOTAL LÍQUIDO DISPONÍVEL	R\$ 44,260 bilhões

A despeito do processo recessivo que atravessa o país, que apresenta uma taxa de desemprego nunca antes alcançada (média de 16,0% da População Economicamente Ativa em 1997, segundo Pesquisa Dieese/Seade), queda da massa salarial, redução do mercado formal de trabalho (redução de 25 milhões para 21 milhões trabalhadores com carteira assinada em 1997), sonegação fiscal, evasão especulativa de divisas, crise na indústria e no comércio, mesmo assim o resultado foi bastante significativo, com um **crescimento nominal de 9,81 %, em relação a 1996, e 1,54 % em termos reais.**

Acrescenta-se a implantação do SIMPLES que, embora tenha simplificado o processo contributivo para muitas empresas, sua receita teve uma perda em torno de 25 % do conjunto da arrecadação, estimada em R\$ **250 milhões/ano.**

O mesmo tipo de raciocínio vale para a implantação da CPMF. Nesse caso, a Previdência Social teve uma redução nas alíquotas de incidência dos trabalhadores de 8,00% para 7,82% e de 9,00% para 8,82%, e um aumento de 0,20% nos benefícios até três salários mínimos, causando um impacto negativo de R\$ **150 milhões/ano.**

d) Fundo de Estabilização Fiscal

Pela execução orçamentária de 1997, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), verifica-se que o Ministério da Previdência e Assistência Social foi contemplado com um montante de recursos de R\$ 5,500 **bilhões** do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) (Quadro I0). Entretanto, pelo Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-A), foi repassado a título da rubrica FEF, apenas R\$ **942 milhões. Existe, pois, uma diferença de R\$ 4,558 bilhões.**

Despesas distorcidas

Do lado das despesas, principalmente a rubrica Benefícios, registra-se algumas distorções evidentes: no mês de setembro de 1997, no fluxo de caixa do INSS (Quadro 3-b), é registrado o valor de R\$ 4,568 **bilhões**, enquanto que o valor real dispendido naquela rubrica é de R\$ 4,004 **bilhões** (conforme "Informe da Previdência Social" número I0, Out/97), embora haja explicação de que não foram provisionados valores para bancos no período de janeiro a setembro. Portanto, uma diferença de R\$ 564 **milhões.**

Já no mês de dezembro do mesmo ano, foram registrados no fluxo de caixa pagamento de R\$ **8,907 bilhões** a título de benefícios, enquanto o seu valor real tenha sido de R\$ **7,295 bilhões** (conforme relatório "DSS/INSS"). Portanto, uma diferença de R\$ 1,616 **bilhão.**

Somadas as diferenças dos meses de setembro e dezembro, chega-se a um montante de R\$ 2,180 **bilhões** sem destinação conhecida ou não provisionados no mês correspondente.

Com relação aos juros dos empréstimos, que foram em torno de R\$ 182 milhões, deveriam ser consignados como juros bancários, amortização ou encargos e não como gastos de benefícios previdenciários.

Está mais do que claro, pelos dois exemplos acima, que **o fluxo de caixa do INSS não retrata fielmente a verdade dos números da Previdência.**

Benefícios assistenciais e rurais

Foram gastos com benefícios em 1997 um total de R\$ 48,603 **bilhões**, para um universo de beneficiários de 17.791.587.

Os benefícios assistenciais e rurais (Rural, LOAS, RMV) **representaram 21,84 %** (Quadro 4-D) desse total pago, ou seja, R\$ 10,616 **bilhões.** Porém, foram recebidos do Tesouro Nacional

apenas R\$ **3,905 bilhões**, advindos do Orçamento da Seguridade Social, para cobertura desses mesmos benefícios (Quadro 4-A), ou seja, somente 38 % do necessário. Somando-se à arrecadação rural de R\$ **965 milhões**, obtemos uma receita total de R\$ **4,870 bilhões** (Quadro 4-B).

Se fossem alocados a totalidade dos referidos recursos da Seguridade Social pelo Tesouro Nacional (Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido) o saldo em 1997 seria de R\$ 6,858 **bilhões** (Quadro 4-B).

Se somarmos somente os três últimos anos (1995,1996 e 1997), a Previdência teria um saldo de R\$ 18,860 **bilhões (Quadro 4-C)** para os benefícios assistenciais ou com pouca contribuição, caso o Tesouro cumprisse com sua obrigação constitucional. Desse modo, teríamos uma folga para 5 meses de pagamento de benefícios, compatível com os saldos dos padrões mundiais.

Por outro lado, se analisarmos a evolução quantitativa dos benefícios rurais, verificamos que o número de beneficiários aumentou de 4.204.616 em 1989 para 6.441.664 em 1997 (Quadro 7), o que representou um crescimento de 53,20% nesse período. Nesse último ano, o quantitativo rural representou 36,21% do total dos beneficiários cobertos pela Previdência Social que foi de 17.791.587. Portanto, pouco mais de um terço dos beneficiários totais são provenientes da área rural.

Em termos monetários, verifica-se que **a área rural especificamente** é muito dispendiosa para a Previdência Social, já que arrecadou em 1997 apenas R\$ **965 milhões** em contribuição e, em contrapartida, representou uma despesa de R\$ **8,97 bilhões, ou seja, 18,45 % do gasto total com benefícios** (dados estatísticos agregados, Quadros 4-D e 4-E). O subsistema de previdência rural arrecadou apenas 10,76 % do total dos seus gastos em 1997, deixando o grosso do pagamento de benefícios rurais por conta das contribuições urbanas.

Ora, sabe-se perfeitamente que a situação da mão-de-obra rural no Brasil é das mais precárias, onde o trabalhador com carteira assinada é amplamente minoritário. Trata-se, portanto, de um segmento social pouco assalariado e, conseqüentemente, pouco contributivo, o que agrava mais ainda o desequilíbrio das contas da Previdência.

Para alcançarmos uma Seguridade Social sustentável é preciso que todas essas distorções mencionadas no presente documento sejam corrigidas pelo Governo. Fora disso, é mero paliativo ou remendo.

Trabalho revisado em setembro de 1998, a partir dos dados Consolidados do Anuário Estatístico da Previdência Social de 1997. Publicado na Revista de Seguridade Social, nº 57.

ANEXO

QUADRO 1

RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 1997

RESUMO

(R\$ bilhões correntes)

Receitas	Valores
Arrecadação Bancária (1)	48,082
COFINS	19,118
Contribuição sobre o Lucro	7,698
Subtotal	74,898
(+) CPMF	6,909
TOTAL	81,807
(-) Transferências a Terceiros	3,822
Total das Receitas	77,985
Despesas	Valores
Benefícios	48,603
Outras despesas Prev.	3,650
Saúde	18,804
Total das Despesas	71,057
Saldo Final	6,928

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Fluxo de Caixa do INSS
(1) inclui arrecadação/simples e outras receitas

QUADRO 2

Repasses da COFINS e Contribuição sobre Lucro Líquido Discriminados por área e evolução percentual (1996 – 1997)

Áreas	COFINS			Lucro Líquido			Totais		
	1996 (a)	1997 (b)	B/A (%)	1996 (a)	1997 (b)	B/A (%)	1996 (a)	1997 (b)	B/A (%)
Saúde	6,07	5,27	-13,80	2,97	3,76	26,00	9,04	9,03	-0,11
Previdência Social	2,65	8,49	220,38	0,00	0,52	0,00	2,65	9,02	240,38
Outras áreas	5,34	3,58	-32,96	1,45	0,079	-94,55	6,79	3,66	-46,10
Retido no Tes. Nacional.	4,29	1,78	-58,51	2,70	3,33	23,33	6,99	5,11	-26,10
Total Geral	18,35	19,12	4,20	7,12	7,69	8,01	25,47	26,81	5,26

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/SIAFI

QUADRO 4-A
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O INSS - 1997
(PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS)

(R\$ Milhões)

Rubrica	Valores
Recurso Ord.	1
Cota de Prev.	000
Cofins	2.492
Cofins/LOAS	380
Cofins/SAS	000
Fundo Est. Fiscal	942
Contribuição Social S/ Lucro	16
Concurso Prognóstico	74
Total	3.905

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS

QUADRO 4-B
SALDO DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS
ANO: 1997

(R\$ bilhões)

RECEITA	Valores
- Transferido do Tesouro:	3,905
- Arrecadação rural:	0,965
Total	4,870
DIFERENÇA	Valores
- Pagamento:	11,728
- Receita:	4,870
Total	6,858

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS e Secretaria do Tesouro Nacional

QUADRO 4-C

DÉBITO DO TESOURO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS (1991 A 1997)

(R\$ Bilhões)

Ano (1)	Pagamentos assistenciais e rurais (A)	Receita transferida (2) e rural (3) (B)	Diferença (Total do saldo que deveria ter) (A-B)
1991	4,101	2,132	1,969
1992	4,860	0,938	3,922
1993	5,177	1,052	4,125
1994	5,444	1,484	3,960
1995	9,353	3,242	6,111
1996	10,278	3,273	7,005
1997	10,616	4,872	5,744
Total	49,829	16,993	32,836

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS e Anuário Estatístico da Previdência Social (1991 a 1997)

Notas:

- (1) Os valores dos anos de 1991 a 1994(até junho) foram inflacionados para Dezembro de 1994 pelo IGP-DI. Já os valores de 1995 a 1997 são correntes;
- (2) Receita transferida do Tesouro via Orçamento da Seguridade Social das Rubricas Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido. Não estão incluídas nas transferências as despesas de pessoal de responsabilidade da União e que foram custeadas com recursos da Previdência Social, face alterações nos artigos 17 e 18 da lei 8.212/91;
- (3) Na receita rural não estão incluídas as transferências das contribuições urbanas;
- (4) O valor foi convertido para dólar pela divisão de 32,836 / 1,078 (dólar médio de 1997).

QUADRO 4 - D

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS EM MANUTENÇÃO (ANO: 1997)

(R\$ Milhões)

Espécie	Quantidade	Valores
Rural(1)	5.870.043	8.318,87
Renda Mensal Vitalícia (RMV)(2)	1.166.045	1.527,33
LOAS	635.040	769,73
Subtotal	7.671.123	10.615,93
Total Geral	17.791.587	46.745,03
Subtotal/Total Geral (%)	43,12	22,71

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1997

(1) exclui quantidade e valor da RMV E LOAS rural, pois essas se encontram em linhas específicas

(2) urbana + rural

QUADRO 4 - E
TOTAL GERAL DE BENEFÍCIOS E VALORES (MÊS: 12/97)

(R\$ Mil)

Total Geral	Quantidade	%	Valor	%
Urbano	11.349.923	63,79	3.067.220	79,70
Rural	6.441.664	36,21	781.330	20,30
Geral	17.791.587	100,0	3.848.550	100,0

Fonte: Relatório DSS/INSS

QUADRO 5
DÉBITO DO TESOURO NACIONAL COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL
(PERÍODO: 1967 A 1990)

(US\$ milhões)

ANO	DÉBITO EXERCÍCIO ANTERIOR (1)	DESPESAS COM PESSOAL (2)	DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO (3)	SOMA DO DÉBITO (4 = 1+2+3)	REPASSES À PREV. SOCIAL (5)	DÉBITO ACUMULADO (6 = 5 - 4)
1967	182,21	138,12	42,90	363,35	109,65	253,70
1968	253,70	141,97	67,77	460,44	117,94	342,70
1969	342,50	141,85	44,64	528,99	132,62	396,37
1970	396,67	167,65	48,20	612,22	139,48	472,74
1971	472,74	185,12	53,08	710,94	169,03	543,91
1972	543,91	200,82	76,18	820,91	200,96	619,95
1973	619,95	229,72	97,38	947,05	243,03	704,02
1974	704,02	326,20	140,90	1.171,12	254,51	916,61
1975	916,61	542,94	204,20	1.663,75	301,01	1.362,74
1976	1.362,74	730,40	274,09	2.367,23	360,49	2.006,74
1977	2.006,74	713,25	322,79	3.042,78	514,27	2.528,51
1978	2.528,51	826,58	415,47	3.770,56	591,74	3.178,82
1979	3.178,82	859,68	547,88	4.586,38	538,61	4.047,77
1980	4.047,77	961,93	421,67	5.431,37	373,97	5.057,40
1981	5.057,40	1.082,02	964,26	7.103,68	883,35	6.220,33
1982	6.220,33	1.183,53	561,58	7.965,44	1.296,16	6.669,28
1983	6.669,28	724,92	344,78	7.738,88	597,54	7.141,44
1984	7.141,44	717,31	331,83	8.190,58	1.167,65	7.022,93
1985	7.022,93	1.105,91	277,24	8.406,08	435,13	7.970,95
1986	7.970,95	1.340,30	341,44	9.652,69	233,16	9.419,53
1987	9.419,53	1.416,42	642,43	11.478,38	71,79	11.406,59
1988	11.406,59	1.700,92	535,77	13.643,28	52,90	13.590,38
1989	13.590,38	3.487,45	1.274,18	18.352,01	30,95	18.321,06
1990	18.321,06	4.879,15	1.769,97	24.970,18	630,79	24.339,39

Fonte : Balanço dos exercícios dos IAPs (até 1967), do INPS (até 1977) e do IAPAS (até 1990).

- NOTAS :**
- a) Pelo Dec. Lei nº 72/66 foram extintos os ex-IAPs e criado o INPS, unificando num só órgão todas as autarquias existentes, que vigorou até 1976;
 - b) Pela Lei nº 6.439/77, o INPS foi desmembrado em 3 órgãos : IAPAS (gestor financeiro); INAMPS (médico e hospitalar) e INPS (benefícios), que vigorou até 1990 quando foi criado o atual INSS (gestor financeiro e benefícios);
 - c) Importâncias transformadas pelo valor do dólar comercial médio/ano, segundo o Banco Central, cotação de "compra", a partir dos valores, em moeda nacional, assim cotados : cruzeiro novo = 1967; cruzeiro = 68-85/90; cruzado = 86-88; cruzado novo = 1990 (todos em 1.000,00);
 - d) Em 1967 a moeda nacional foi transformada pelo dólar médio mensal de janeiro de 1967.

QUADRO 6
DÉBITO DO TESOURO NACIONAL PARA COM A PREVIDÊNCIA
SOCIAL - RESUMO TOTAL

PERÍODO	R\$ - BILHÕES
1967 A 1990	26,24
1991 A 1997	32,84
TOTAL	59,08

Fonte: Quadro 4-A, Quadro 4-B, Quadro 4-C e Quadro 6.

QUADRO 7
QUANTIDADES DE BENEFÍCIOS

ANO	BENEFÍCIOS URBANOS	BENEFÍCIOS RURAIS	TOTAL
1989	7.918.589	4.204.616	12.123.205
1990	8.144.393	4.329.345	12.473.738
1991	8.534.205	4.101.366	12.635.171
1992	8.704.040	5.005.727	13.709.767
1993	9.075.487	6.046.648	15.122.135
1994	9.327.033	6.426.147	15.713.180
1995	9.773.846	6.402.741	16.176.587
1996	10.522.038	6.320.450	16.912.493
1997	11.349.923	6.441.664	17.791.587

Fonte: Anuário Estatístico de 1997 – MPAS/DSS/INSS

QUADRO 8
ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS EM 1997

RECEITA	(R\$ BILHÕES)
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	5,138
IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	0,003
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	16,833
IMPOSTO SOBRE A RENDA	36,524
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3,785
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	0,209
COFINS	19,118
CPMF	6,909
PIS/PASEP	7,590
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	7,698
CONTRIBUIÇÃO PLAN.SEG. SOC. SERVIDORES	2,595
CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDAF	0,404
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS	0,256
RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF	107,065
DEMAIS RECEITAS	5,624
TOTAL GERAL	112,689

FONTE: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF

QUADRO 9

SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA LUCRO/COFINS – 1997

ÓRGÃO	151(LUCRO)	153 (COFINS)	TOTAL
	(R\$ MIL)		
GAB. PRES. DA REPÚBLICA	0,000	10.642,72	10.642,72
GAB. VICE PRES. DA REPÚBLICA	0,000	0,000	0,000
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,000	0,000	0,000
E.M.F.A	0,000	0,000	0,000
ADV. GERAL DA UNIÃO	0,000	0,000	0,000
MIN. DA AERONÁUTICA	5.028,43	(82.740,24)	(77.711,81)
MIN. DA AGRICULTURA	0,000	1.562,59	1.562,59
MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.875,56	572,36	6.447,92
MIN. DA FAZENDA	8.563,61	232.167,66	240.731,27
MIN. DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	11.511,07	1.016.105,27	1.027.616,34
MIN. DO EXÉRCITO	2.776,73	3.565.353,92	3.568.130,65
MIN. DA IND. COM. E TURISMO	755,43	0,000	755,43
MIN. DA JUSTIÇA	30.492,56	0,900	31.392,56
MIN. DA MARINHA	0,081	1.830,09	1.911,81
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	0,000	0,000	0,000
MIN. DA PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL	528.346,41	8.486.176,07	9.014.522,49
MIN. PÚBLICO DA UNIÃO	0,000	0,000	0,000
MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,000	0,000	0,000
MIN. DA SAÚDE	3.758.394,85	5.271.841,52	9.030.236,380
MIN. DO TRABALHO	0,000	(1.171.472,45)	(1.171.472,45)
MIN. DOS TRANSPORTES	0,000	0,000	0,000
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	9.092,25	0,000	9.092,25
MIN. DA CULTURA	0,000	0,059	0,059
MIN. DO MEIO AMBIENTE	0,135	0,000	0,135
MIN. DA ADM. E REFORMA DO ESTADO	1.000,60	0,000	1.000,60
MIN. DO PLAN. E ORÇAMENTO	0,000	0,000	0,000
MIN. EXTRAORDINÁRIO DO ESPORTE	3.229,00	0,000	3.229,00
TOTAL	4.365.283,35	17.333.908,87	21.699.192,21
ÁREA FINS	4.286.741,27	13.758.017,60	18.044.758,87
OUTRAS ÁREAS	78.542,08	3.575.891,27	3.654.433,35

FONTE: SIAF/97

QUADRO 10

SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL - FEF – 1997

(R\$ Mil)

ÓRGÃO	199 (FEF)
GAB. PRES. DA REPÚBLICA	176.021,21
GAB. VICE PRES. DA REPÚBLICA	0,00
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	0,00
E.M.F.A	0,00
ADV. GERAL DA UNIÃO	0,00
MIN. DA AERONÁUTICA	2.258.731,99
MIN. DA AGRICULTURA	776.827,27
MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	146.275,90
MIN. DA FAZENDA	2.480.476,79
MIN. DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	2.405.118,99
MIN. DO EXÉRCITO	58.768,50
MIN. DA IND. COM. E TURISMO	52.501,30
MIN. DA JUSTIÇA	317.267,60
MIN. DA MARINHA	1.650.503,45
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	95.159,50
MIN. DA PREVIDÊNCIA E ASSIST. SOCIAL	5.500.450,63
MIN. PÚBLICO DA UNIÃO	0,00
MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	60.831,89
MIN. DA SAÚDE	3.628.017,24
MIN. DO TRABALHO	280.667,07
MIN. DOS TRANSPORTES	398.416,79
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	216.187,79
MIN. DA CULTURA	69.868,21
MIN. DO MEIO AMBIENTE	463.248,09
MIN. DA ADM. E REFORMA DO ESTADO	44.756,86
MIN. DO PLAN. E ORÇAMENTO	306.786,98
MIN. EXTRAORDINÁRIO DO ESPORTE	3.618,23
TOTAL	21.390.502,29
ÁREA FINS	9.128.467,87
OUTRAS ÁREAS	12.262.034,43

FONTE: SIAF/97

O Bolso Real do Cidadão (março de 1998)

O Governo vem, de maneira constante e até obsessiva, se vangloriando por deter o ritmo anteriormente alucinante dos preços ao apresentar para a sociedade uma estabilidade das taxas de inflação em patamares muito baixos. Não há dúvida de que as taxas anuais de inflação, medidas por diversos índices, são as menores das últimas décadas. No entanto, é preciso deixar claro que elas são construídas através de um conjunto de itens componentes da despesa familiar que possuem pesos e variações diferentes. O Índice de Custo de Vida, quando divulgado para a sociedade é, portanto, um índice ponderado.

Sob o argumento de que com o Plano Real o país caminharia, inexoravelmente, para o rol dos países com taxas anuais de inflação de um dígito, o Governo eliminou as reposições salariais, principalmente a partir de Janeiro de 1995, imbuído que estava da falsa tese econômica de que "salário inflaciona". De lá para cá, os servidores públicos, e aqui incluem-se os fiscais de contribuições previdenciárias, vêem seus salários minguar por num processo acumulado de perdas já que, a despeito do congelamento forçado dos salários, os preços apresentaram, em muitos casos, aumentos estratosféricos.

Se analisarmos o período que se inicia a partir da última reposição salarial, janeiro de 1995, até fevereiro de 1998, último dado aqui utilizado, passaram-se 1154 dias sem que o Governo se sensibilizasse com a necessidade de rever sua posição intransigente, errônea e injusta.

O Índice de Custo de Vida medido pelo DIEESE nesse período **foi de 50,11 % (conforme Tabela 1), significando que, no mínimo, os servidores e fiscais tiveram o valor real do seu salário reduzido em um terço.**

Entretanto, e como se essa perda real não bastasse, os 50,11 % é um índice ponderado, conforme explicações metodológicas feitas anteriormente. Para verificarmos a verdadeira situação dos fiscais e dos cidadãos como um todo é preciso analisar os dados desagregados.

Para tanto, foram selecionados 22 itens componentes do orçamento familiar e o resultado que se observa é assustador. A tabela abaixo mostra claramente a face obscura do Plano Real, ou seja, as variações absurdas ocorridas no período considerado revelam o dia-a-dia do cidadão brasileiro e a penúria de seu salário. Não é preciso dizer mais nada. O argumento teórico e utilitarista do Governo cai por terra. A ausência de política salarial, ao contrário do que fantasiavam os técnicos do Governo, não combate os aumentos generalizados dos preços, mas sim, abate o poder aquisitivo dos cidadãos.

Publicado no FCP Jornal, nº 120, em abril/maio de 1998.

Tabela 1
Comportamento do Custo de Vida
Percentual de Aumento de Preços
Período: janeiro de 1995
a fevereiro de 1998

Ítems Seleccionados	Variação(%)
Telefone	369,01
Cursos Formais	190,52
Locação/Aluguel	172,41
Cursos Diversos	162,07
Educação	157,98
Educação e Leitura	154,40
Assistência Médica	124,78
Água/Esgoto	115,51
Saúde	104,19
Serviços Públicos	101,44
Ônibus Executivo	96,15
Transporte Coletivo	92,88
Metrô	89,98
Trem Subúrbio	85,91
Livros Didáticos	76,57
Consultas Médicas	74,64
Gás de Butijão	72,14
Medicamentos	65,06
Combustível	53,81
Gás de Rua	34,54
Eletricidade	32,11
Alimentação	17,28
ICV/DIEESE(Taxa Ponderada)	50,11

Fonte: DIEESE

A Previdência Social no Contexto Macroeconômico (maio de 1998)

No sentido de analisarmos o desempenho da Previdência Social no contexto macroeconômico do país, foram levantadas algumas informações relevantes através de séries estatísticas históricas. O objetivo do presente trabalho é comparar os resultados das principais contas da Previdência Social com alguns indicadores mais gerais, tais como a evolução do PIB, o crescimento da Receita Tributária, o comportamento da Dívida Interna e da Dívida Externa, entre outros.

Inicialmente, foi feita uma análise do comportamento da arrecadação bancária previdenciária no período compreendido entre 1990 a 1997. Verificou-se que a arrecadação real média nesse período considerado foi de R\$ 40,59 bilhões (Quadro 1). O menor valor foi no ano de 1991, R\$ 34,73 bilhões, e o maior valor foi no ano de 1997, quando alcançou R\$ 47,97 bilhões. Com relação ao crescimento percentual real médio, observou-se que ele se situou no período em 3,25%, apresentando apenas duas quedas nos anos de 1991 e 1994.

Esse percentual é significativo, já que é superior ao crescimento médio real do Produto Interno Bruto (PIB), que se situou em 2,96% no mesmo período. Em outras palavras, a arrecadação da Previdência Social cresceu mais do que a economia brasileira em seu conjunto. Quanto à importância no PIB, como um todo, a arrecadação bancária da Previdência Social apresentou uma taxa média real de 5,45% (Quadro 1).

Ao compararmos a arrecadação previdenciária, que teve um crescimento real médio de 8,43% no período de 1994 a 1997, com outras receitas federais relevantes, verificou-se que ela foi superior ao crescimento da receita tributária e perdeu por pouco para o crescimento da receita de contribuições, já que essa última apresentou taxa de 10,41% na média dos anos considerados acima (Quadro 2).

No tocante às despesas com benefícios em manutenção, os gastos reais médios foram, no período compreendido entre 1990 a 1997, de R\$ 35,46 bilhões, o que resultou num superávit real médio de R\$ 5,13 bilhões (40,59 bilhões menos 35,46 bilhões) (Quadro 1), apesar da tendência de diminuição. Com relação ao crescimento real médio dos benefícios, ele foi de 10,71%, representando no PIB uma participação média real de 4,73%, participação essa inferior à participação da arrecadação nesse período (que, como já foi dito, foi de 5,45%) (Quadro 3).

Enquanto verificamos que houve crescimento real, tanto na arrecadação quanto nos benefícios, nos últimos oito anos, bem como também superávit médio nessas principais contas da Previdência Social, o Governo vem, por outro lado, aumentando suas dívidas, tanto com relação à dívida interna quanto com relação à dívida externa (Quadro 3).

O Tesouro Nacional desvia, de maneira ilícita, recursos do Orçamento da Seguridade Social para financiar o seu desequilíbrio estrutural. Esse desvio somou mais de R\$ 20,0 bilhões nos últimos três anos. Além disso, o Tesouro acumula também uma dívida interna que já ultrapassa R\$ 287,61 bilhões (Quadro 3). No período correspondente à julho de 1994 a março de 1998, portanto um período de vigência do Plano Real, o crescimento nominal da dívida interna foi de 383,38%. Ao somarmos com o montante da dívida externa, que já se situa em R\$ 195,56 bilhões (dados até março de 1998), teremos uma dívida total de R\$ 483,17 bilhões, o que significa cerca de 57,7% do total do PIB do país.

Publicado no Boletim Analítico da ANFIP, nº01, agosto de 1998.

QUADRO 1

PREVIDÊNCIA SOCIAL – ARRECADAÇÃO BANCÁRIA E BENEFÍCIOS - EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO NO PIB 1990 a 1997

(Em R\$ Bilhões) (1)

ANO	PIB (A) (2)	VAR. .(%)	ARRECADAÇÃO BANCÁRIA (B) (3)	VAR. (%)	(B/A) (%)	BENEFÍCIOS (C)	VAR. (%)	(C/A) (%)
1990	683,91	-	38,92	-	5,69	24,20	-	3,54
1991	696,86	1,89	34,73	-10,77	4,98	25,26	4,38	3,62
1992	687,08	-1,40	35,01	0,81	5,10	30,61	21,18	4,46
1993	710,42	3,40	41,06	17,28	5,78	35,71	16,66	5,03
1994	724,57	1,99	37,74	-8,09	5,21	34,94	-2,16	4,82
1995	789,01	8,89	42,12	11,62	5,34	39,73	13,71	5,04
1996	812,44	2,97	47,14	11,92	5,80	44,66	12,41	5,50
1997	836,81	3,00	47,97	1,76	5,73	48,60	8,82	5,81
MÉDIA ANUAL		2,96	40,59	3,25	5,45	35,46	10,71	4,73

Fonte: Banco Central do Brasil e Fluxo de Caixa do INSS

Notas: (1) Valores atualizados para dez/97 pelo IGP-DI

(2) O PIB de 1997 é uma estimativa do BACEN

(3) Inclui Arrecadação/Simples

QUADRO 2

EVOLUÇÃO COMPARATIVA RECEITA TRIBUTÁRIA, ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PERÍODO: 1994 A 1997

(EM R\$ BILHÕES) (4)

ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA(1)	CRESC. REAL (%)	ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA(2)	CRESC. REAL (%)	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES(3)	CRESC. REAL (%)
1994	55,85	-	37,74	-	70,79	-
1995	60,50	8,32	42,12	11,62	77,93	10,10
1996	55,51	-8,26	47,14	11,91	95,13	22,07
1997	56,58	1,93	47,97	1,76	94,24	-0,94
MÉDIA	57,11	0,66	43,74	8,43	84,52	10,41

Fonte: Secretaria da Receita Federal e Fluxo de Caixa do INSS

NOTAS: (1) Receita Tributária = I.Imp. + I.Exp. + IPI + IR + ITR + IOF + IPMF(94,95,96) + Outros Tributos

(2) Arrecadação Bancária Previdenciária = Folha de Salários + Arrecadação/Simples(1997)

(3) Receita de Contribuições = Contrib.p/seg.social + Cofins + Salário-Educação + Pis/Pasep + Lucro + Pin/Proterra + Concurso Prognóstico.+ CPMF(1997) + Outras Contribuições.

(4) Valores atualizados para dez/97 pelo IGP-DI

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA PERÍODO: 1994 A 1998

(EM US\$ BILHÕES)

DÍVIDAS	1994(*)	1995	CRESC. (%)	1996	CRESC. (%)	1997	CRESC. (%)	1998 (**)	CRESC. (%)	PLANO REAL (%)
INTERNA	59,5	170,33	186,27	237,60	39,49	251,78	5,97	287,61	14,23	383,38
EXTERNA	119,67	129,31	8,06	144,09	11,43	185,42	28,68	195,56	5,47	54,94
TOTAL	179,17	299,64	67,24	381,7	27,38	437,20	14,54	483,17	10,51	438,32

FONTE: BANCO CENTRAL BRASIL

(*) o valor da dívida interna corresponde ao mês de julho

(**) o valor da dívida interna corresponde ao mês de março

Panorama Quaternário do Plano Real (agosto de 1998)

Inflação acumula 71,78% em quatro anos e perde cada vez mais terreno

O Plano Real chega ao seu quarto ano com uma inflação acumulada de 71,78%, segundo o INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), índice inferior ao registrado no último mês (fevereiro/90) do Governo Sarney. Em quatro anos, ou seja, num período compreendido entre julho de 1994, quando a nova moeda foi implantada, a julho de 1998, a inflação acumulada é menos que o dobro dos 42% de março de 1994, quando a URV entrou em vigor. A perspectiva da inflação para 1998 é de uma taxa abaixo dos 4,34% registrados no ano passado, segundo o mesmo INPC. O acumulado do presente ano está em 1,94%, segundo a taxa média de uma cesta de índice (INPC,IPC,IGP,ICV).

Se sob o ponto de vista do combate à inflação o Plano é vitorioso, o mesmo não se pode dizer das taxas de crescimento da economia como um todo. A redução do crescimento econômico tem sido uma das molas propulsoras da estabilização. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que em 1997 foi de 3,0%, no presente ano não deverá chegar nos 2,0%. Enquanto que o déficit público (receitas menos despesas do Governo) ficará entre 7% e 8% do PIB.

O quarto ano do Real é também o mais difícil de seu curso no aspecto social, e as barganhas políticas em ano eleitoral deixam o programa de estabilização ainda mais frágil.

O Governo freou o crescimento interno nestes dois últimos anos para tentar incrementar as exportações e buscar o equilíbrio na balança comercial, que vinha apresentando déficits comprometedores para a saúde do Real. Neste mês de julho, a balança comercial começa a esboçar reação com o primeiro superávit em 25 meses - algo próximo a US\$ 100 milhões. Ao sacrificar o crescimento interno, o país se encontra na encruzilhada do desemprego, apesar da perspectiva de um reaquecimento da construção civil no segundo semestre.

A estabilização monetária mostrou aos brasileiros o verdadeiro custo do dinheiro, facilitou a vida da população de renda até cinco salários mínimos e provocou um ajuste histórico de credibilidade quanto ao poder de compra da nova moeda. Hoje, é possível haver planejamento familiar da renda disponível.

Esse lado da estabilização monetária é o aval positivo do Plano Real. Houve uma mudança de comportamento e a moeda passou a ter um pouco mais de valor. No entanto, também existem muitas dificuldades como veremos mais adiante. A modernização competitiva das empresas ainda causará desemprego em muitos setores distintos e o Plano não se sustentará mais com o sacrifício do não crescimento econômico interno.

Desindexação: uma poderosa arma usada contra a inflação

Desindexação, ou seja, ausência de mecanismos automáticos de reajuste dos salários devido ao aumento ininterrupto dos preços, foi uma palavra chave na implantação do Plano Real e fundamental para impedir que a inércia da inflação continuasse a realimentar a própria inflação. Antes do Plano Real, preços e salários eram corrigidos pela inflação passada e, com isso, estabelecia-se uma inflação futura sempre acima da passada.

Essa falta de política salarial prejudicou os trabalhadores, já que perderam a garantia mínima da reposição salarial. Ainda que a indexação anterior não garantisse a manutenção completa do poder de compra dos salários, com a desindexação as perdas foram maiores para as camadas mais pobres da população, visto que nunca possuíram "poder de fogo" nas negociações entre patrões e empregados.

As próprias negociações entre patrões e empregados foram alteradas de forma radical: as tensões em torno das negociações para reajustes salariais deram lugar a negociações que levaram à

redução dos salários em troca da manutenção do emprego, Isso se deu pela primeira vez na história do Brasil.

A desindexação teve importante papel para segurar os preços. Aumentos generalizados de preços, que antes eram ditados pelas empresas, passaram a ser perseguidos pelo Governo e pela sociedade como os possíveis vilões do Plano Real. Cada empresa foi obrigada, dessa maneira, a analisar seus custos na hora de definir preços, pondo fim à política de índices iguais de aumento, antes conduzida pelo próprio poder público. Além disso, para aumentar seu mercado consumidor com a credibilidade da nova moeda, as empresas tiveram em muitos casos que reduzir preços e custos.

Capital especulativo: um dos calos do Plano Real

O Plano Real ao completar quatro anos de existência se confirmou como o mais bem sucedido plano de combate à inflação. Em contrapartida, apresenta um de seus piores momentos desde julho de 1994: a crise mundial das bolsas de valores, desencadeada pelo sudeste asiático, que culminou num ataque especulativo ao Brasil, colocou em evidência as fragilidades do plano e respingou na credibilidade da moeda e do Governo.

O desequilíbrio das contas públicas - o Governo gasta mais do que arrecada - aumentou nos últimos meses, deixando claro que o compromisso de ajuste fiscal não passava de promessa de campanha. Embora o desequilíbrio exista há décadas, antes da crise das bolsas ocorrida em outubro de 1997 o Plano Real parecia ser mais forte do que hoje o é. Com baixas taxas de inflação, já comparáveis às principais economias do mundo, e com reservas internacionais em torno de US\$ 70 bilhões (situação em junho/98), tudo isso parecia significar provas da confiança dos investidores internacionais na economia brasileira.

Entretanto, bastaram alguns dias de ataque especulativo dos capitais internacionais para consumir cerca de US\$ 10 bilhões das reservas internacionais, ou seja, os investidores entraram numa corrida para ver quem retirava primeiro o dinheiro do país. O Governo agiu rápido: jogou as taxas básicas de juros para 43% ao ano e baixou um pacote pretensamente fiscal, em dezembro de 1997, com aumento de impostos e paralisação da produção, sob o pretexto de levantar ganhos de US\$ 20 bilhões que não se confirmaram.

O país passou a apresentar uma das maiores taxas de juros do mundo, tudo isso para trazer de volta o receoso capital estrangeiro. Cerca de oito meses depois da crise asiática que, aliás, continua perturbando o cenário mundial, o Brasil ainda sofre as conseqüências das estratosféricas taxas de juros e do aumento de impostos.

A economia, que já vinha num ritmo moderado de crescimento, entrou em pane, com sucessivas quedas na produção, nas vendas, no emprego e aumento generalizado da inadimplência. As taxas de desemprego, medidas por todos os institutos de pesquisa, inclusive os do Governo, bateram recordes: 18,9%, segundo o Dieese, ou mais de 8%, segundo o IBGE.

Desemprego cresce com modernização de empresas

O maior calo do Governo Fernando Henrique, o desemprego, não é produto exclusivo do Plano Real, mas foi agravado por ele. Sem inflação, que impedia referências de preços justos e escondia custos desnecessários e desperdícios, as empresas foram obrigadas a se ajustarem e buscar melhorias na qualidade e na produtividade, com profunda reestruturação produtiva.

A redução de pessoal foi o caminho mais utilizado para isso, conforme comprovou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mediu os ganhos de produtividade das empresas até 1997. Esses ganhos foram, em média, de 15%, e basicamente obtidos por redução de pessoal. Além disso, essa alta taxa de produtividade não foi repassada em nenhum momento aos salários dos trabalhadores remanescentes do ajuste competitivo das empresas.

E o problema do desemprego continua assustando os trabalhadores. Pesquisa da *Vox Populi* revelou que 60% dos brasileiros temem perder seus empregos nos próximos meses.

Desde 1995, quando ficou em 4,64% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o menor índice da década, o desemprego vem crescendo nas seis maiores regiões metropolitanas do país e em março último chegou ao pico de 8,18%, medido ainda pelo IBGE. Já a taxa medida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) beirou os 19%, recorde histórico. O Governo torce por uma continuidade na queda ocorrida na taxa de abril do IBGE, que chegou a 7,94%.

A indústria de transformação foi um dos segmentos que mais desempregou desde 1994, com uma redução de 8,5% dos postos de trabalho. Em compensação, o setor de serviços começa a despontar como um grande empregador, com a oferta de vagas tendo crescido 15,5% desde a criação do Plano Real.

Além dos ajustes que as empresas foram obrigadas a fazer com o fim da inflação, a corrida para enfrentar a concorrência de produtos importados e, no final do ano passado, com a crise no sudeste asiático que se espalhou por todo o mundo, também contribuíram para o aumento do desemprego. Nas grandes regiões metropolitanas, como São Paulo e o Rio de Janeiro, o problema se agravou por outro fenômeno surgido com o Plano Real: o deslocamento de empresas para outras regiões com mão-de-obra mais barata ou que oferecem incentivos fiscais para as indústrias se instalarem.

Um outro agravante para aumentar a taxa de desemprego é o número cada vez maior de mulheres, antigas donas de casa, entrando no mercado de trabalho, demonstrando claramente a instabilidade do emprego masculino e aumentando a oferta de mão-de-obra num ambiente de demanda cada vez mais retraída.

Juros altos ampliaram dívida pública interna

Ao mesmo tempo em que está acabando com a inflação, o Plano Real fez explodir a dívida pública interna. Em dezembro de 1994, essa dívida era de R\$ 61,782 bilhões. Atualmente, segundo o Banco Central, essa mesma dívida saltou para mais de R\$ 297,893 bilhões (dados de junho), portanto, com um crescimento astronômico de 370,84% durante o Plano Real.

Os juros altos, necessários para atrair capitais estrangeiros especulativos e manter o plano de estabilização, foram os principais responsáveis pelo crescimento explosivo da dívida pública. Mas o reconhecimento de dívidas, o saneamento de instituições financeiras públicas e o acerto de contas com os Estados também ajudaram a aumentar a dívida. Tudo isso revelou um sistema financeiro frágil, ineficaz e especulativo.

O pagamento de juros atualmente já supera o percentual de 20% do total da dívida interna, ou seja, mais de R\$ 50 bilhões. Enquanto isso, o déficit público (gastos superiores à receita) já chega aos R\$ 63 bilhões, equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os juros altos atingiram também a dívida dos Estados Municípios, que saltou de R\$ 24,916 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$ 43,407 bilhões, em junho de 1998, portanto um crescimento de 74,21% no período, segundo dados do Banco Central. Como os estados são proibidos de emitir títulos para cobrir despesas ordinárias, o crescimento da dívida se deu única e exclusivamente por causa da política de juros altos.

Além dos estados e municípios, o saneamento de algumas instituições bancárias, como o Banco do Brasil, a um custo de R\$ 8 bilhões, foi outro fator de crescimento da dívida. Outros R\$ 7 bilhões devem ser acrescidos a conta da União com o acerto dos gastos com subsídios para o álcool combustível.

O Plano Real não pode mais se sustentar às custas do capital especulativo, do não crescimento econômico, dos juros altos, do desemprego e do câmbio reprimido. É preciso mudar as regras do jogo de modo que o país consiga vencer seus traumas sociais.

Previdência Social: mais uma âncora de sustentação do Plano Real

Muito se falou, e se fala até hoje, que o Plano real vem se sustentando às custas, principalmente, da chamada âncora cambial, que nada mais é do que o controle rígido da paridade real/dólar através de um sistema de variação mínima. Em suma, a desvalorização do real frente ao dólar é muito pequena e em intervalos largos. Essa política favorece as importações, compromete a balança comercial mas, por outro lado, é atraente ao capital estrangeiro ao permitir uma abertura de fronteiras nunca antes ocorrida no país.

Se são corretas as críticas em relação à política cambial do Governo, que segura artificialmente o valor externo da nossa moeda e ilude a população com uma suposta força do Real, também são verdadeiras as colocações que vem sendo feitas, ainda que timidamente, sobre o papel, também de âncora, da Previdência Social na sustentação do mesmo Plano.

Por trás do discurso governamental, que elegeu a Previdência Social como a vilã do déficit público e inimiga da estabilização, se esconde o verdadeiro diagnóstico, qual seja, o de que o Governo, através do Tesouro Nacional, se utiliza dos recursos oriundos da Seguridade Social, para outros fins que não aqueles definidos constitucionalmente. E nada melhor do que números para dar consistência a essa afirmação. De janeiro do ano de 1995 até junho de 1998, portanto um período que abrange quase a totalidade da vigência do Plano Real, o Tesouro Nacional deixou de repassar recursos de contribuições sociais (Cofins + Lucro) no valor de R\$ 23,196 bilhões, que atenderiam os benefícios assistenciais e de pouca contribuição (RMV, LOAS e Rural). Diante desse valor a receber, é inconcebível falar de déficit da Previdência Social.

Fazendo uma comparação com alguns indicadores macroeconômicos, a arrecadação da Previdência cresceu, em percentuais médios históricos, mais que o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, que já seria de enaltecer, a mesma arrecadação também cresceu, em percentuais médios históricos, mais que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mais que o montante do Imposto de Renda (IR), mais que o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e mais do que o total da receita tributária do país. São todas receitas que sinalizam a performance econômica do Brasil.

Um outro dado importante, e que certamente será motivo de incredulidade, é que o valor dos juros pagos ao capital especulativo, que já passa da cifra de R\$ 50 bilhões/ano, é superior ao valor gasto com benefícios do sistema previdenciário, que totalizam o quantitativo de quase 18 milhões de beneficiários em todo o país.

Enquanto o país permanece estagnado, a arrecadação da Previdência, ao contrário, continua crescendo. E ela rema contra a maré econômica e social, uma vez que o desemprego vem aumentando segundo todos os levantamentos técnicos e a evasão fiscal reduz em mais de 30% a arrecadação potencial, principalmente com atividades de filantropia, cooperativas, órgãos públicos e área rural. O valor estimado dessa evasão supera os R\$ 10 bilhões, ou quase 20% do atual orçamento da Previdência Social.

Se o mercado de trabalho formal reduz cada vez mais o seu tamanho (representando hoje um pouco mais que um terço da População Economicamente Ativa), o que também diminui a possibilidade de melhorar ainda mais a arrecadação, o que se pode concluir é que o sistema previdenciário tem demonstrado qualidade e eficiência numa conjuntura adversa. Se o Governo tivesse uma política de empregos duradoura e reconduzisse o país na rota do crescimento econômico, certamente a Previdência Social estaria numa situação mais favorável.

Portanto, não é exagero nenhum afirmar que a Previdência Social se tornou ao longo do tempo, mais uma âncora de sustentação do Plano Real. O Governo, empresas consultoras formadoras de opinião e até mesmo a mídia apressada, confundem déficit com saldo a receber. Dessa maneira, contribuem para denegrir a imagem da Previdência Social junto à sociedade como um todo.

Os que denigrem a imagem da Previdência se esquecem que, nas últimas décadas, já foram utilizados recursos da Seguridade Social para fins os mais distintos possíveis. Esses desvios de recursos, geralmente para financiar obras faraônicas, provocaram uma queda da liquidez do sistema de Previdência Social, uma vez que não houve o devido retorno.

Os saldos positivos da Previdência Social existentes historicamente deveriam ser aplicados em fundos consistentes, de tal maneira que, quando ocorresse uma menor arrecadação, esses fundos deveriam ser utilizados para suprir as dificuldades financeiras da própria Previdência, tal como existe em outros países desenvolvidos.

O Flagelo do Desemprego (setembro de 1998)

A responsabilidade pelo flagelo

Sempre que se fala em estabilização econômica e crescimento sustentado, metas que todo Governo diz buscar, vem imediatamente a tona a questão do emprego. No entanto, não tem sido uma prática democrática no país o aprofundamento da discussão das causas do desemprego e das políticas efetivas para seu combate e superação.

E claro que os trabalhadores não são o agente causador das crises do mercado de trabalho, uma vez que simplesmente eles ofertam a mão-de-obra necessária para a produção econômica e o conseqüente progresso do país, além do que não são devidamente chamados para se inserirem numa ampla discussão de políticas de geração de empregos. Já os demais agentes, Governo e empresas, parecem sempre fugirem da responsabilidade que lhes cabe na causa e no agravamento do problema.

De um lado, o Governo, formulador e executor de políticas econômicas, propugna um equilíbrio macroeconômico que gera uma desaceleração no crescimento da economia e que já se tornou um costumeiro pressuposto para uma estabilização teórica. Ainda que ele não seja o principal demandador de mão-de-obra, ele cria desemprego pelas altas taxas de juros, pela reforma patrimonial, pela abertura externa e pela própria ausência de uma política nacional de emprego. O Governo tem sido, pois, uma entidade perdulária, porque além de gastar mal e muito acima daquilo que arrecada, mantém-se numa prática viciada de endividamento interno e externo as custas de uma poupança privada de indivíduos e empresas, e assim continuar com gastos não prioritários.

De outro lado, o empresariado, o setor privado, principal gerador de emprego, insiste numa prática de responsabilizar simplesmente os apertos creditícios pela redução da produção e pelo aumento do desemprego. Entretanto, sabe-se que, historicamente, os mais diversos setores da indústria brasileira trabalham com capacidade ociosa de produção, ou seja, não produzem a plena carga. Numa conjuntura de juros elevados, as empresas optam por aumentar a capacidade ociosa ao invés de aumentar vendas e faturamento. Além disso, sob o manto da modernização, expõem mão-de-obra que engrossa as fileiras do desemprego e do trabalho informal.

Ambos, saindo pela tangente, culpam a revolução tecnológica e a globalização pelos males causados ao mercado de mão-de-obra, onde o fator humano trabalho vem sendo substituído pelo fator não humano das novas tecnologias.

Diante dos descasos, dos mal-entendidos e da fuga de responsabilidades, é preciso que se conceitue os vários tipos de desemprego que assolam o país e o mundo, bem como as razões que estão por trás de cada um deles.

A tipologia do desemprego no Brasil

Inicialmente, existe o desemprego estrutural resultante dos desequilíbrios econômicos históricos, tais como, a forte concentração da renda, a ausência de política educacional de base, as desigualdades regionais, o forte fluxo migratório decorrente da ausência de reforma agrária, o descaso com o campo, e a não absorção pelo mercado de trabalho do contingente de mão-de-obra nova, ou seja, aquela que decorre do aumento da população economicamente ativa.

Temos também o desemprego conjuntural, decorrente de desestabilizações macroeconômicas, comuns em todas as políticas de ajuste implantadas no país. Esse tipo de desemprego, que vamos chamar aqui de desemprego corrente, é muito impactado pela política monetária de juros altos e pela conseqüente cultura empresarial de redução da produção em crise de crédito.

Um terceiro tipo seria o desemprego tecnológico, advindo de uma nova revolução industrial comandada pela tecnologia de ponta e de uma globalização dos mercados sem inclusão social, que vem aceleradamente expelindo e selecionando mão-de-obra. A essa revolução tecnológica globalizante que gerou um novo padrão de concorrência intercapitalista se convencionou rotular de expansão neoliberal.

De posse dessas diferenciações, não se pode aceitar os mal-entendidos e as confusões conceituais vindas tanto do empresariado quanto do próprio Governo, que afirmam que o desemprego é muito mais fruto do crescimento da população economicamente ativa e do mundo da concorrência globalizada do que por qualquer tipo de maximização dos lucros das empresas ou dos deslizes da política econômica.

Entendimento e superação

O desemprego, que se tornou o pior flagelo do fim do século, vem afetando sensivelmente o mercado formal de trabalho, dos trabalhadores com carteira assinada que, por sua vez, engrossam as fileiras do mercado informal, o dos trabalhadores sem carteira assinada, contingente já majoritário. Esse último já delinea o avanço de um novo perfil de trabalhador no mercado, os que ofertam mão-de-obra em caráter temporário.

Entendemos que a superação do desemprego, que já afeta 800 milhões de pessoas em todo o mundo, pressupõe que todos os agentes assumam seu grau de responsabilidade e de compromisso para uma ampla articulação de idéias e propostas em espaços democráticos de discussão, de modo a que o país formule uma política nacional de geração de empregos com base no seu potencial de crescimento e na sua inserção internacional.

Análise dos Benefícios Assistenciais e Rurais da Previdência Social - 1993 a 1997 (setembro de 1998)

Evolução quantitativa

Benefícios Assistenciais e Rurais representam 44,15% da quantidade total dos benefícios mantidos pela Previdência Social.

No sentido de analisar o comportamento dos benefícios assistenciais e rurais em seu aspecto quantitativo, elaborou-se o Quadro 1 que apresenta as quantidades anuais das espécies "rural", "RMV" e "LOAS" no período compreendido de 1993 a 1997. Os dados foram levantados a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social.

Do Quadro 1, pode-se verificar que o total dos benefícios assistenciais e rurais, representados pela linha "subtotal", só sofreu uma queda percentual de 1994 para 1995, de apenas -0,74%. Nos demais anos da série considerada houve crescimento, sendo que o mais significativo foi observado de 1993 para 1994, de 5,15%. Em termos quantitativos, o universo atendido pelos benefícios assistenciais e rurais saltou de 6.793.555 em 1993 para 7.671.128 em 1997, ou seja, cresceu 12,92% nos últimos cinco anos.

Com relação aos tipos, individualmente, verificamos que a espécie "rural" cresceu em todos os anos do período analisado, passando de 5.365.246 beneficiários em 1993 para 5.870.043 em 1997, ou seja, 9,41% a mais em cinco anos.

Quanto à espécie "Renda Mensal Vitalícia"(RMV), esta vem sofrendo quedas quantitativas ao longo dos anos considerados, o que resultou numa redução no universo atendido de 1.428.309 para 1.166.045 beneficiários, ou seja, 18,36% a menos nos últimos cinco anos.

Por fim, temos a espécie "LOAS", Lei Orgânica de Assistência Social, benefício que teve sua concessão iniciada em 1996. Nesses dois anos de vigência, essa espécie de benefício teve um crescimento quantitativo de 93,19%, resultando num aumento de seu universo atendido de 328.707 para 635.040 beneficiários.

Fazendo uma comparação entre a quantidade total de benefícios assistenciais e rurais com a quantidade total de benefícios mantidos pela Previdência Social, observamos que, enquanto aqueles cresceram 12,92% nos últimos cinco anos, estes cresceram 17,65%, passando de 15.122.135 em 1993 para 17.791.587 beneficiários em 1997. Em termos de participação percentual relativa, os benefícios assistenciais e rurais representaram, na média dos anos considerados, 44,15% do total dos benefícios mantidos pela Previdência Social.

Evolução monetária

Gastos com Benefícios Assistenciais e Rurais em 1997 superaram os R\$ 10 bilhões e representaram 22,01% do total dos gastos com benefícios previdenciários. Para proceder a uma análise evolutiva dos benefícios assistenciais e rurais no seu aspecto monetário, foram elaborados os Quadros 2 e 3 que apresentam, respectivamente, os gastos nominais e reais daqueles benefícios no período de 1993 a 1997. Os dados foram levantados a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social.

Inicialmente, faremos uma análise do comportamento dos valores nominais contidos no Quadro 2. Por essas informações podemos verificar que os gastos nominais totais com benefícios assistenciais e rurais, apresentados na linha "subtotal", aumentaram drasticamente de R\$ 206,52 milhões em 1993 para R\$ 5.444,09 bilhões em 1994, e daí aumentando também significativamente para R\$ 9.352,82 bilhões em 1995, ou seja, 71,80%. O dado mais recente nos mostra que em 1997 foram gastos R\$ 10.625,93 bilhões, com um crescimento de 3,29% em relação a 1996.

Analisando as espécies individualmente, verificamos que os gastos com a "LOAS" aumentou 346,63% de 1996 para 1997, ou seja, pulou de R\$ 172,34 milhões para R\$ 769,73 milhões. Em relação às demais espécies, observe-se que os gastos com a "Rural" teve uma ligeira queda percentual de 1996 para 1997, fechando o ano passado em R\$ 8.318,87 bilhões. Já a "Renda Mensal Vitalícia"(RMV) apresentou uma queda bem maior nos seus gastos, de -14,19%, passando de R\$ 1.779,81 bilhão em 1996 para R\$ 1.527,33 bilhão em 1997.

Fazendo uma comparação entre os gastos nominais com benefícios assistenciais rurais e os gastos totais com os benefícios previdenciários, observamos que, enquanto aqueles somaram R\$ 10.615,93 bilhões em 1997, estes, por sua vez, somaram R\$ 48.235,06 bilhões. Em termos de participação percentual relativa, os benefícios assistenciais e rurais representaram, na média nominal dos anos considerados, 27,20% do total dos gastos com benefícios previdenciários. Em 1997 essa taxa se situou nos 22,01 %.

Agora, faremos uma análise do comportamento dos valores reais dos gastos com benefícios assistenciais e rurais, contidos no Quadro 3. Por essas informações, podemos verificar que os gastos médios totais com esses benefícios se situaram em R\$ 10.848,54 bilhões, bem próximo da valor correspondente ao ano de 1997. Em termos percentuais, houve crescimento real em 1994 (5,16%) e em 1995 (2,59%). Por outro lado, observou-se quedas reais em 1996 (-1,08%) e em 1997 (-4,29%). Nos últimos cinco anos, os gastos tiveram um crescimento real de 2,14%.

Analisando as espécies individualmente, verificamos que os gastos médios com a espécie "Rural" foram de R\$ 8.746,78 bilhões, com quedas reais em 1996, de -1,18%, e em 1997, de -7,41%. Já a espécie "RMV", seus gastos médios somaram R\$ 1.910,48 bilhão, apresentando uma queda significativa de 1996 para 1997 de -20,48% ou R\$ 393,29 milhões. Enquanto isso, a espécie "LOAS" teve um aumento monetário real extraordinário de 313,90%.

Por essa análise dos benefícios assistenciais e rurais, pode-se concluir que eles são significativos em relação ao total dos benefícios previdenciários, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto monetário. No entanto, são espécies de benefícios de pouca contribuição o que onera muito o sistema. Muita despesa para pouca receita.

Publicado no Boletim Analítico da ANFIP nº 02, novembro de 1998.

QUADRO 1

QUANTIDADES ANUAIS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS EM MANUTENÇÃO COMPARATIVAMENTE COM A QUANTIDADE TOTAL DE BENEFÍCIOS - 1993 A 1997

ESPÉCIE	1993 (A)	1994 (B)	(B/A) (%)	1995 (C)	(C/B) (%)	1996 (D)	(D/C) (%)	1997 (E)	(E/D) (%)
RURAL(1)	5.365.246	5.752.688	7,22	5.757.811	0,09	5.781.411	0,41	5.870.043	1,53
RENDA MENSAL VITALÍCIA (RMV)	1.428.309	1.390.754	-2,63	1.333.034	-4,15	1.253.805	-5,94	1.166.045	-7,00
Urbano	746.907	717.295	-3,96	688.104	-4,07	644.761	-6,30	594.424	-7,81
<i>Invalidez</i>	463.230	452.293	-2,36	437.031	-3,37	414.709	-5,11	386.909	-6,70
<i>Idade</i>	283.677	265.002	-6,58	251.073	-5,26	230.052	-8,37	207.515	-9,80
Rural	681.402	673.459	-1,17	644.930	-4,24	609.044	-5,56	571.621	-6,14
<i>Invalidez</i>	317.054	314.860	-0,69	305.298	-3,04	292.930	-4,05	278.323	-4,99
<i>Idade</i>	364.348	358.599	-1,58	339.632	-5,29	316.114	-6,92	293.298	-7,22
LOAS(2)	-	-	-	-	-	328.707	-	635.040	93,19
<i>Idoso</i>	-	-	-	-	-	40.262	-	88.085	118,78
<i>Portador de Deficiência</i>	-	-	-	-	-	288.443	-	546.955	89,62
SUBTOTAL(3)	6.793.555	7.143.442	5,15	7.090.845	-0,74	7.363.923	3,85	7.671.128	4,17
TOTAL GERAL(4)	15.122.135	15.753.180	4,17	16.176.587	2,69	16.912.493	4,55	17.791.587	5,20
SUBTOTAL/TOTAL GERAL (%)	44,92	45,35	-	43,83	-	43,54	-	43,12	-

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

(1) não inclui as quantidades da RMV e Loas rural, já que elas se encontram em linha específica

(2) a concessão do benefício teve início em 1996

(3) total dos benefícios assistenciais e rurais(rural + RMV + LOAS)

(4) total dos benefícios mantidos pela Previdência Social

QUADRO 2

VALORES ANUAIS NOMINAIS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS EM COMPARATIVAMENTE COM OS GASTOS TOTAIS COM BENEFÍCIOS - 1993 A 1997 MANUTENÇÃO

ESPÉCIE	1993 (A)	1994 (B)	1995 (C)	(C/B) (%)	1996 (D)	(D/C) (%)	1997 (E)	(E/D) (%)
RURAL (1)	169,26	4.393,77	7.583,88	72,61	8.325,97	9,79	8.318,87	-0,09
RENDA MENSAL VITALÍCIA (RMV)	37,26	1.050,32	1.768,94	68,42	1.779,81	0,61	1.527,33	-14,19
Urbano	21,35	596,89	1.011,67	69,49	1024,06	1,22	876,11	-14,45
<i>Invalidez</i>	13,24	375,87	641,29	70,61	656,22	2,33	566,64	-13,65
<i>Idade</i>	8,11	221,02	370,38	67,58	367,84	-0,69	309,47	-15,87
Rural	15,92	453,44	757,26	67,00	755,74	-0,20	651,23	-13,83
<i>Invalidez</i>	7,92	228,31	386,66	69,36	393,38	1,74	343,88	-12,58
<i>Idade</i>	8,00	225,13	370,60	64,62	362,36	-2,22	307,34	-15,18
LOAS(2)	-	-	-	-	172,34	-	769,73	346,63
<i>Idoso</i>	-	-	-	-	24,06	-	94,77	293,89
<i>Portador de Deficiência</i>	-	-	-	-	148,28	-	674,96	355,19
SUBTOTAL(3)	206,52	5.444,09	9.352,82	71,80	10.278,12	9,89	10.615,93	3,29
TOTAL GERAL(4)	725,02	17.007,87	32.555,12	91,41	41.486,84	27,44	48.235,06	16,27
SUBTOTAL/TOTAL GERAL(%)	28,48	32,01	28,73	-	24,77	-	22,01	-

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

(1) não estão incluídos os valores monetários da RMV e Loas rural, já que eles se encontram em linha específica

(2) a concessão do benefício teve início em 1996

(3) valores totais dos benefícios assistenciais e rurais(rural + RMV + LOAS)

(4) valores totais dos benefícios mantidos pela Previdência Social

QUADRO 3

VALORES ANUAIS REAIS DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS EM MANUTENÇÃO COMPARATIVAMENTE COM OS GASTOS TOTAIS COM BENEFÍCIOS - 1993 A 1997

(EM R\$ MILHÕES)(6)

ESPÉCIE	1993	1994	var.(%)	1995	var.(%)	1996	var.(%)	1997	var.(%)
RURAL (1)	8.518,33	8.820,79	3,55	9.091,92	3,07	8.984,70	-1,18	8.318,87	-7,41
RENDA MENSAL VITALÍCIA (RMV)(2)	1.875,18	2.108,59	12,45	2.120,67	0,57	1.920,62	-9,43	1.527,33	-20,48
LOAS(3)	-	-	-	-	-	185,97	-	769,73	313,90
SUBTOTAL(4)	10.393,51	10.929,38	5,16	11.212,59	2,59	11.091,29	-1,08	10.615,93	-4,29
TOTAL GERAL(5)	36.488,03	34.144,46	-6,42	39.028,63	14,30	44.769,16	14,71	48.235,06	7,74
SUBTOTAL/TOTAL GERAL(%)	28,48	32,01	-	28,73	-	24,77	-	22,01	-

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

(1) não estão incluídos os valores monetários da RMV e Loas rural, já que eles se encontram em linha específica

(2) urbano + rural

(3) a concessão do benefício teve início em 1996

(4) valores totais dos benefícios assistenciais e rurais

(5) valores totais dos benefícios mantidos pela Previdência Social

(6) os valores estão expressos a preços de dezembro de 1997, pelo IGP-DI

Dívida Externa Conceito, Perfil e Implicações (outubro de 1998)

Introdução

A questão da dívida externa sempre esteve no palco do debate nacional e já proporcionou muitas surpresas, descontentamentos e acirradas críticas. Lemos nos jornais ao longo dos anos que o Brasil realiza os pagamentos devidos, porém sem jamais conseguir quitá-los. No entanto, o que a sociedade pergunta é porque a dívida externa cresce a despeito do alto desembolso feito pelo país junto as instituições credoras internacionais.

O presente texto busca revisitar conceitos, perfil e implicações desse processo extremamente oneroso para a saúde financeira do país.

A conceituação da dívida externa

A dívida externa é uma conta administrada pelo Banco Central e resultante dos empréstimos em moeda estrangeira assumidos pelo Brasil junto aos credores internacionais. Esses credores podem ser o sistema bancário privado internacional, as agências governamentais estrangeiras ou mesmo instituições multilaterais de crédito. Os tomadores de empréstimos externos no Brasil são o Governo, através de suas empresas, e o setor privado nacional.

Quando os créditos advêm das agências governamentais, a instituição encarregada de negociar os débitos é o Clube de Paris. Já com relação aos créditos do sistema bancário internacional, os chamados bancos credores, eles são administrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição criada no fim da Segunda guerra mundial, mais precisamente na conferência internacional de Bretton Woods em 1944, para monitorar o desempenho dos países membros e liberar recursos, recursos esses que exigem o cumprimento de uma série de exigências que, em geral, implicam em arrocho salarial, austeridade fiscal e redução de investimentos sociais. Finalmente, quando os empréstimos são concedidos por instituições multilaterais de crédito, a principal delas é o Banco Mundial, também criado na conferência de Bretton Woods.

A dívida externa, portanto, é um recurso oriundo da poupança externa e é concedida a uma taxa de juros ditada pelo mercado financeiro internacional que, por sua vez, é influenciado pela política monetária dos Estados Unidos da América.

A problemática da bola de neve

O Brasil vem, nas últimas décadas, acumulando uma dívida externa a qual não se sabe ao certo o seu montante total, já que ela cresce em termos temporais. Muitos falam que ela já esta em torno de R\$ 228 bilhões, sendo que a maior quantia vem dos empréstimos do setor privado (R\$ 148 bilhões) e o restante corresponde a dívida externa do governo (R\$ 80 bilhões).

E para se ter uma idéia do crescimento dessa dívida, estima-se que no ano de 1963 seu valor era de apenas US\$ 3 bilhões. De 1963 a 1998, ou seja, nos últimos trinta e cinco anos, portanto, ela cresceu mais de US\$ 5 bilhões ao ano. Se verificarmos o seu crescimento no período da vigência do plano real, temos que ela passou de US\$ 149 bilhões em 1994 para US\$ 228 bilhões em 1998, ou o que equivale a 54 % de aumento real. Em termos de participação no conjunto da riqueza gerada no país, a dívida externa representa hoje em torno de 26 % do Produto Interno Bruto (PIB).

Sem conseguir gerar poupança interna suficiente para um crescimento econômico sustentável (atualmente essa poupança interna se encontra próxima dos 16 % do PIB, o que é absolutamente insuficiente), decorrência dos gastos do Governo acima de sua capacidade de criar receita, e apresentando um déficit crônico no seu balanço de pagamentos, balanço que radiografa o resultado de suas transações comerciais com o mundo, o país vem contraindo novos empréstimos sem sequer quitar os empréstimos anteriores. E aqui reside o problema fundamental do endividamento externo, ou seja, o país tem que constantemente refinarciar dívidas atrasadas num processo ininterrupto de captação e desembolso de dinheiro.

Esse fluxo permanente de captação e desembolso de dinheiro vai cada vez mais aumentando a dívida externa, dado que o volume de entrada de recursos monetários, destinados tanto para fechamento do balanço das contas externas quanto para pagamentos de débitos atrasados, é superior ao volume de saída de dinheiro para amortização dessa mesma dívida.

E através da amortização que a dívida externa decresce em valores reais. No entanto, o Brasil gasta a maior fatia de dinheiro disponível para o pagamento dos juros embutidos nos empréstimos, fazendo assim a chamada rolagem da dívida.

Uma das formas utilizadas pelo Governo para realizar essa rolagem da dívida ao longo dos anos foi o aumento das exportações. As divisas que deveriam ingressar no país a título de exportações permanecem no país credor, comprometendo assim nosso comércio internacional.

A dívida externa, assim como também a dívida interna, é uma bola de neve que cresce de maneira praticamente exponencial. É uma conta impagável no atual perfil de financiamento, já que o país perdeu o controle sobre o processo de endividamento. Segundo diversas fontes e especialistas na matéria, o volume monetário em moeda estrangeira que já foi desembolsado para o pagamento, volume esse destinado mais para o pagamento dos juros do financiamento do que para a redução do tamanho real do débito, já deve ter chegado ao montante total da própria dívida atual.

A dívida externa, além de ser economicamente prejudicial ao país, possui outras implicações que se deslocam da área estritamente técnica, ou seja, fogem de uma discussão eminentemente monetária ou financeira, para uma outra discussão de caráter político. Vamos nos ater agora a essas outras implicações.

As implicações políticas

Diante do imperativo de ter que recorrer a uma política de rolagem ou de refinanciamento da dívida externa, o Governo brasileiro precisa se submeter a uma espécie de "intervenção branca" do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como já foi dito, o FMI é o organismo internacional encarregado de fazer a intermediação da renegociação da dívida externa entre os credores internacionais e o Governo brasileiro, mais especificamente com o Banco Central.

A questão é que, sem o aval do FMI, os credores externos não fecham nenhum tipo de acordo de renegociação da dívida externa. Com esse poder de fogo, o FMI exige o cumprimento de uma série de medidas econômicas que afetam a soberania do país e que trazem repercussões sociais internas negativas. Além do mais, não há qualquer consulta ao Governo e tampouco à sociedade como um todo.

Para exemplificar esse tipo de intervenção do FMI, recentemente o Governo brasileiro lançou um pacote fiscal que reduz rendas e que gera recessão. Esse pacote foi diretamente exigido por aquela instituição como pré-requisito para a liberação de recursos emergenciais que chegam a R\$ 41,5 bilhões, recursos esses que servirão para cobrir o déficit cambial e proteger o Real da crise especulativa mundial. Isso significa dizer que o Governo prefere aumentar seu endividamento externo a ter que alterar o regime cambial.

Entendemos que a solução para o problema da dívida externa passa necessariamente pela intervenção da sociedade nessa discussão e por uma profunda auditoria nas contas e na própria história do processo de endividamento externo brasileiro. É preciso saber exatamente como surgiu a dívida e porque tomou esse rumo incontrolável.

Trabalho Interno.

A controvérsia entre Estado e Mercado e as Crises: uma abordagem histórica e conceitual (outubro de 1998)

Preâmbulo

Quando uma crise mundial vem à tona, como a que estamos vivenciando neste final de século, surgem polêmicas de toda sorte. Os teóricos da economia entram em embates. Os conflitos e divergências se acirram e a crise vai sendo "empurrada com a barriga".

A atual crise das bolsas, que parece muito mais séria do aparentemente o é, motiva a que se faça uma incursão no tempo e que se recapitule alguns conceitos básicos para o seu entendimento.

Introdução

A controvérsia entre Estado e mercado do ponto de vista da sistematização conceitual, remonta a meados do século XVIII. De lá para cá, observou-se um acirramento das divergências entre seus partidários e que culminou com experiências históricas que oscilaram entre o antagonismo e a acomodação.

O presente texto visa revisitar as diferenças teóricas entre esses enfoques e os seus resultados práticos. O que está em questão, em primeira instância, é o um projeto duradouro de desenvolvimento econômico e social das nações.

A atual crise financeira internacional é mais uma razão que motiva o levantamento histórico de conceitos, bem como os questionamentos e esclarecimentos que aqui são feitos.

Liberalismo, mecanização e crise

As bases teóricas sobre as quais se fundou a ideologia do mercado livre, como mola propulsora e definitiva do crescimento econômico, foram sistematizadas num livro intitulado "A Riqueza das Nações", por volta do ano de 1776, de autoria do economista inglês Adam Smith. Segundo essa ideologia, que foi cognominada de Liberalismo, o Estado não deveria regular e nem tampouco intervir na atividade econômica, já que o movimento autônomo das forças de mercado, através de uma "mão invisível", se encarregaria de gerar e distribuir a riqueza necessária ao bem-estar social.

Esse mercado livre seria composto por uma infinidade de empresas, mais ou menos do mesmo porte, que concorreriam entre si de maneira saudável e chegariam ao equilíbrio econômico através das oscilações naturais entre a oferta e a demanda. Essas oscilações seriam facilmente contornadas pela certeza de que toda oferta geraria uma demanda correspondente.

Ao Estado caberia zelar pela soberania nacional, pela ordem cívica e militar, pelo recolhimento de impostos e pelas atividades não produtivas, como segurança por exemplo. O papel do Estado era, portanto, o menor possível.

Entretanto, o próprio sistema capitalista, dentro do qual foi criado essa teoria, tratou de desmentir a possibilidade de perdurar um mercado livre de concorrência perfeita. Vejamos como. No início da sua maturidade, o capitalismo se encantou com a potencialidade econômica e produtiva advindas da 1ª Revolução Industrial que logo gerou ciclos de crescimento e acumulação de riquezas sem precedentes. E, juntamente com esses ciclos opulentos, foi moldado um novo tipo de empresa: a grande empresa transnacional ou multinacional. O advento dessas grandes empresas propiciou, no seu bojo, o surgimento do monopólio e do oligopólio e, com eles, o mercado concentrado e imperfeito.

No final do século XIX e início do século XX, se verificou uma forte expansão econômica dirigida pelas grandes empresas monopolistas internacionais que mudou a face do mercado: de um mercado teoricamente perfeito, ditado pelas corporações artesanais, para um mercado imperfeito, ditado pela mecanização crescente e pelo alto grau de concentração e de domínio das grandes

empresas. A necessidade de um Estado regulador já se fazia presente. Mas não um Estado meramente político e institucional, mas sim influente nos destinos da economia como um todo.

As crises de superprodução e superacumulação que se sucederam à expansão do capitalismo transnacional e mecanizado nesse período, desnudaram uma contradição fundamental desse sistema econômico aparentemente inviolável: um sistema que gera crescimento mas não gera distribuição social da riqueza produzida. A expansão econômica sofreu pela ausência de mercado comprador que dinamizasse a continuidade da própria expansão. Desse diagnóstico derivou, fundamentalmente, a famosa crise de 1929 que se transformou na maior depressão econômica da história do capitalismo.

O Estado na superação da crise de mercado

A crise de 1929, que se manifestou brutalmente na quebra da bolsa de valores de Nova York e na destruição de mercadorias, foi uma crise de excesso de oferta e superacumulação de riquezas por parte de uma elite produtora. Se até então o Estado se encontrava afastado da atividade econômica, agora ele foi chamado para intervir na superação de uma crise puramente de mercado, de uma crise, portanto, que ele não criou.

Da mesma forma que no século XVIII o economista inglês Adam Smith lançou as bases do liberalismo econômico ao publicar seu livro "A Riqueza das Nações", no século XX, John Maynard Keynes, outro economista inglês, lançou as bases do Capitalismo de Estado, com seu livro intitulado "A Teoria do Emprego, do Juro e da Moeda". O Estado, sob inspiração keynesiana, passou a ser ao mesmo tempo agente comprador e produtor de mercadorias. Comprador do excedente da produção nas crises de oferta e, portanto, intervindo na busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda, antes uma prerrogativa exclusiva da "mão invisível" do mercado; e produtor de bens escassos ou exclusivos, regulando monopólios e oligopólios e, por fim, também um Estado gerador de demanda por bens e por emprego.

Essa nova forma de atuação do Estado que prevaleceu a partir dos anos 30 e, de maneira consolidada, a partir da 2ª guerra mundial, gerou um novo ciclo de expansão do sistema capitalista e que perdurou plenamente até o início dos anos 80.

A experiência socialista de Estado

Diferentemente dos defensores do mercado livre ou do Estado regulador da economia, produtor e contratante de serviços, uma outra vertente teórica ganhou força no início do século XX: o dirigismo estatal. Essa vertente, definida como socialista, entendia que o mercado, além de ser incapaz de organizar a produção econômica de maneira equilibrada e justa, aprofundava cada vez mais as desigualdades sociais. Para os socialistas, o capitalismo é um sistema econômico que carrega dentro de si o desequilíbrio permanente, já que quem produz (os trabalhadores) não tem acesso ao consumo. Quanto ao bem-estar social, este fica restrito a uma elite econômica detentora do capital e dos meios de produção.

Na experiência socialista, que durou de 1917 a 1989, o Estado é o grande instrumento da promoção do desenvolvimento econômico, dirigindo a produção econômica de maneira coletivizada. Nesses 70 anos de modelo socialista, foram saneados satisfatoriamente os problemas econômicos e sociais básicos da população, tais como: educação, saúde, emprego, alimentação, moradia e transporte. No entanto, o dirigismo estatal pecou pelos seus excessos: centralismo, burocratismo, privilégios incrustados na máquina estatal, investimentos produtivos escassos e uma economia voltada para a "guerra fria".

No modelo socialista de gestão econômica, o Estado era o maior possível e o mercado o menor possível. De maneira antagônica à ação liberal capitalista, que promovia o crescimento mas não distribuía socialmente a riqueza, a prática estatal socialista primava por uma melhor distribuição social da riqueza mas não fazia crescer o produto global da economia.

O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento que se utilizou tanto da estatização e do monopólio em setores industriais estratégicos, tais como energia, petróleo, siderurgia, minerais, telecomunicações e petroquímica, quanto do setor privado e do mercado, nos setores industriais mais

tradicionais, tais como metalurgia, têxtil, papel, cimento, vidro, etc. Tal modelo, se por um lado transformou o Brasil na 8ª economia do mundo, também consolidou o país como uma das piores nações em termos de distribuição de renda e desigualdade social.

O ressurgimento das velhas idéias liberais

A estagnação econômica dos anos 80 e o colapso da experiência socialista no final da mesma década, fizeram ressurgir na cúpula dos países ricos as velhas idéias liberais. Dessa vez, para convencer os mal informados, seus defensores introduziram o prefixo "neo" para transformar o velho no novo.

O liberalismo ressurgiu com a mesma bandeira de sua criação no século XVIII: "Estado mínimo e mercado máximo". É preciso que o Estado se reduza ao tamanho de um anão para que o mercado cresça na altura de um gigante. E o manto que envolve e sustenta esse velho liberalismo travestido de neoliberalismo é a globalização.

A globalização, que conceitualmente significa integração dos mercados produtivos ou mundialização da produção e bens e serviços, não seria condenável se não se tratasse, até o momento, de um processo de consolidação do "império dos ricos". Se antes tínhamos a "cortina de ferro", que dividia o mundo entre dois sistemas antagônicos, capitalismo e socialismo, hoje temos a "cortina de ouro", que divide o mundo entre ricos e pobres.

O neoliberalismo é, mais uma vez, a tentativa da hegemonia do mercado sobre o Estado. Mas, na verdade, estamos entrando no terceiro milênio sem que nenhum país que tivesse adotado esse tipo de modelo conseguisse êxito. Nenhum país prescindiu de um Estado regulador e protecionista para promover seu desenvolvimento. Portanto, falar de mercado sem Estado é uma falácia.

Se existem os radicais da estatização e os radicais da privatização, também existe um campo promissor para a rediscussão do papel do Estado e do mercado em novas bases. Do Estado é preciso resgatar a sua função de planejador da economia sem os excessos intervencionistas. Ao mercado é necessário que se crie instrumentos permanentes e ágeis de controle social.

A atual crise financeira internacional

A atual crise financeira internacional, crise novamente desencadeada pelo *crash* das bolsas de valores, desde outubro de 1997, desnuda a verdadeira face da globalização. O que existe hoje no mundo é uma globalização financeira e não produtiva, sob o comando de um fluxo incontrolável de capitais especulativos. O volume de capitais que circulam no mercado financeiro é estimado em trilhões de dólares. Recursos que vagueiam à procura do melhor rendimento, da maior taxa de juros, do melhor retorno imediato.

As bolsas de valores, instrumentos da globalização financeira, estão perfeitamente integradas mundialmente. Os ganhos e as perdas ocorrem na mesma velocidade e promovem uma reação em cadeia, atingindo principalmente, no caso das crises, os países mais dependentes de capitais estrangeiros. Esses capitais aplicados em bolsas de valores não possuem prazos de permanência ou mesmo regras de entrada e saída, bem como também não investem na produção.

Diferentemente da última grande depressão econômica que abalou o mundo em 1929 e que se caracterizou pela superprodução (excesso de oferta sobre a demanda), a atual crise é fundamentalmente de caráter inverso, ou seja, subprodutiva (excesso de dinheiro especulativo em circulação), desmistificando mais uma vez a velha tese neoliberal de que o mercado livre é sempre produtivo e que ele resolve os desequilíbrios.

A experiência histórica do embate teórico entre Estado e mercado, analisada no presente texto, mostra que as duas maiores crises econômicas do século, a de 1929 e a atual, aconteceram exatamente sob a égide das teses liberais e neoliberais. Na primeira, coube ao Estado superá-la e retomar o desenvolvimento. Na atual, caberá a um esforço conjunto dos estados nacionais (aqui entendido de maneira mais ampla, ou seja, sem a exclusão dos países subdesenvolvidos) no sentido de redefinir uma nova ordem econômica internacional.

Num fórum de nações para o debate da crise, é necessário que se elejam o planejamento econômico e a realocação dos recursos internacionais para a produção como instrumentos capazes de criar um ambiente propício para uma verdadeira integração de riquezas econômicas e culturais. Priorizar países que necessitam de investimentos produtivos e viabilizar a inclusão social no desenvolvimento econômico futuro são passos importantes no sentido da superação da crise.

Publicado no Boletim Analítico da Anfip, nº 02, novembro de 1998.

Globalização e (In)justiça (novembro de 1998)

"Na sociedade justa, todos os cidadãos devem desfrutar de liberdade pessoal, de bem-estar básico, de igualdade racial e étnica, da oportunidade de uma vida gratificante".

John K. Galbraith

Num período não muito distante vários conceitos invadiram o imaginário da população no mundo inteiro: mundialização, modernização, globalização, planetarização, internacionalização, e outros que pretendem expressar as novas condições e as leis ou regras pelas quais o mundo moderno desenvolve-se .

É tão interessante e complexo este processo que, quando alguém afirma diante de tal ou qual circunstância, que ela é produto da "globalização", a discussão está encerrada. Portanto, tornou-se fundamental para a sociedade em geral e os trabalhadores em particular, assumir uma posição sobre o tema com o objetivo de evitar enganos, equívocos políticos ou ainda adotar condutas que não possuem viabilidade nos novos ares do mundo.

Nos países emergentes, muito mais do que nos países industrializados o fenômeno assumiu uma forma bastante particular, afetando toda a sociedade, mudando correlações de forças, alterando e redefinindo papéis políticos e sociais, imprimindo uma dinâmica econômica e estatal que atualmente preocupa a todo cidadão com algum sentido de responsabilidade individual e social.

Ainda que as diferenças entre as várias economias existam, e são consideráveis, a chamada globalização tem marginalizado, cada vez mais, o conjunto dos países em desenvolvimento dos fluxos de comércio mundial, da disputa pela ponta do desenvolvimento tecnológico, bem como dos movimentos de capitais. Aliás, uma característica notável da atual fase de desenvolvimento do capitalismo é que ela se desenvolve comandada pela super força do capital financeiro. Como cita Giovanni Arrighi, em seu livro, "Ao longo do século XX", "o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna". A particularidade desta fase que estamos vivendo é, segundo Arrighi, "que ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro".

Este processo tornou os países emergentes mais polarizados, mais desiguais, aumentando consideravelmente a concentração da riqueza.

Nos países do primeiro mundo e do terceiro, o extremo da pobreza fica com 5% a 7% da renda total, enquanto o extremo da riqueza fica com cerca de 24%. No Brasil, conforme DIEESE, Anuário dos Trabalhadores, 1996/97, aos mais pobres cabe 2,6% da riqueza nacional, enquanto os mais ricos abocanham 48%. Os 50% mais pobres ficam com 17,4% enquanto que os 10% mais ricos se apropriam de 47,1%. A renda de 50% dos mais pobres supera muito pouco a renda do 1% mais rico.

É difícil entender que o Brasil, nona economia do mundo, seja também a 69ª em Índice de Desenvolvimento Humano. É terrível pensar que 2,7 milhões de crianças brasileiras entre 7 e 14 anos permaneçam fora da escola. É triste constatar que existem 45 milhões de analfabetos funcionais (os que estudam menos de quatro anos), que nosso déficit habitacional remonta a 6 milhões de moradias e que nosso sistema de saúde encontra-se em péssimas condições de atendimento.

Será que a alta liquidez mundial existente não contribuiria para minimizar tais problemas existentes nos países menos aquinhoados com essa fortuna? Em artigo na F.S.P. (27104196), o embaixador Rubens Recúpero, faz suas reflexões "como evitar que uma economia cada vez mais globalizada aumente o número de excluídos e marginalizados, em vez de incorporar a todos, como é sua vocação? Afinal - preciso não esquecer-, sem solidariedade, a aliança dos excluídos de dentro com os marginalizados de fora acabará por negar `a globalização a possibilidade de cumprir sua promessa, que é a unificação de um espaço destinado não apenas ao ganho material, mas sobretudo à realização plena do potencial de cada homem e de todas as sociedades".

Sob o manto da pós-modernidade, o neoliberalismo está conseguindo desestabilizar cada vez mais a economia dos países subdesenvolvidos. E até nos países do primeiro mundo, segundo Laster C. Thurow, autor de o "Futuro do Capitalismo", entre 1973 e 1994 a Europa Ocidental não gerou um só emprego novo. O salário médio de um trabalhador americano caiu 11% entre 1973 e 1993. Nesse período, o PIB dos E.U.A cresceu 29%.

Entretanto, mergulhados na crise, os países desenvolvidos estão utilizando o neoliberalismo como fórmula mágica para transferir seus problemas às economias independentes do Terceiro Mundo. Assim, travestido de modernidade, implantam a globalização e incentivam o desemprego e a miséria. Neste sentido cabe perguntar: onde estamos empregando a justiça? Será que alguém está pensando em justiça? Nessa "nova ordem internacional", denominada pela globalização, a experiência dos indivíduos não tem importância e, muito menos, valor.

Segundo o professor José Walter Bautista Vidal, em jornal, Ação da ANABB, maio/96, "os fins civilizatórios da "welfare Society"; dos valores humanistas; das sociedades justas e solidárias e tudo o que vem sendo perseguido há séculos e que produziu avanços sem paralelo nos últimos duzentos anos estaria sendo substituído pela finalidade exclusiva do lucro, tendo por instrumentos o egoísmo exacerbado do consumidor e a guerra devastadora da competitividade global. Fomenta-se assim, nefando antagonismo genocida entre o capital e a vida".

Arranja-se desculpas e mais desculpas para por fim o estado, ou criar o estado mínimo, como se o homem não pertencesse a este Estado, criando nova percepção ideológica, argumentando que o Estado não tem condições de responder à nova conformação da crise social, principalmente, no pós-guerra, com o "Welfare State", ou Estado de Bem-Estar Social. Na verdade busca-se o "Welfare Market", ou "mercado do bem-estar", como salvação de toda a humanidade. Porém, ao invés da ampliação de emprego, investimento na área social, satisfação pessoal etc, vê-se uma concentração de renda exacerbada e cada vez menos justiça social, tudo isso em função, como diz Viviane Forrester, em seu livro "Horror Econômico: dos "anarquistas do capitalismo".

Se com todo este excesso de liquidez, e por isso a existência das disfunções na bolsa de valores, existente no mundo, não está canalizado para os interesses sociais, ou, não está sendo "dividido" justamente, é de se perguntar: com qual ideologia teremos uma sociedade justa?

**Publicado na Revista de Seguridade Social n° 59,
novembro/dezembro de 1998.**

Pacote de Ajuste Fiscal Reduz Rendas e Atividade Econômica (novembro de 1998)

Os bastidores do remédio anunciado: a cara do FMI

O conjunto de medidas apresentadas recentemente pelo Governo, cognominadas de Programa de Estabilidade Fiscal, fazem parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a liberação emergencial de recursos da ordem de R\$ 40 bilhões. Esse dinheiro fará parte de um fundo de segurança para manter a saúde do Real frente à crise financeira internacional, crise essa de caráter eminentemente especulativo e/ou subprodutivo.

O Governo e o FMI entenderam que uma alteração na política cambial resultaria na volta da inflação e, dessa maneira, optaram por atacar o déficit público e tentar completar a estabilização econômica. Acertaram no diagnóstico do desequilíbrio fiscal, mas erraram no remédio.

O recurso ao FMI é resultante de uma política econômica que privilegiou a poupança externa para financiar a incapacidade do Estado de criar poupança interna. No cenário atual de crise de capitais, essa política cai por terra e o descontrole do balanço de pagamentos, que mede as transações do Brasil com o resto do mundo, compromete a estabilização econômica.

Esse descontrole do balanço de pagamentos já gerou um déficit cambial de 4% do PIB, ou cerca de R\$ 35 bilhões, déficit esse derivado da radicalização da abertura externa, do câmbio apreciado e que não será reduzido a curto e médio prazos. O fluxo de capitais internacionais que financiavam esse déficit sofreu uma retração violenta com a crise no mercado internacional de ações, refletindo no Brasil com a saída de dinheiro volátil, dinheiro não comprometido com investimentos na produção, de quase R\$ 30 bilhões nos últimos três ou quatro meses e reduzindo nossas reservas cambiais de R\$ 70 bilhões para R\$ 41 bilhões. Há que se ressaltar que o nível das reservas baixa a cada dia a perdurar a crise.

Ciente desse quadro externo totalmente fragilizado e dependente, mas caminhando em outra direção, o Governo lança medidas para arrumar seu caixa, ou seja, buscando reduzir o déficit público através do aumento de impostos e contribuições, ou seja, ataca mais o lado da receita, e menos pelo lado da redução nos gastos, já que essa redução depende do controle efetivo de despesas menos prioritárias.

As principais medidas: o gosto amargo do remédio

Ao aumentar impostos e contribuições sociais o Governo assume claramente sua opção pela recessão, dado que as medidas afetarão diretamente a situação financeira das empresas através da COFINS, que terá alíquota elevada de 2,0% para 3,0%, ou seja, 50% de aumento sobre o faturamento. Isso, certamente, reduzirá a produção e gerará uma crise industrial com sérias repercussões no nível de emprego. Devido a esse mesmo aumento, que se estenderá às instituições financeiras, o sistema bancário apertará o crédito dificultando a queda da taxa de juros.

E mais, ao penalizar novamente o cidadão, dessa vez através do chamado imposto sobre os cheques, alcunha da CPMF, que terá sua alíquota elevada de 0,2% para 0,38%, o que corresponde a um aumento de 90%, o Governo também gerará redução no consumo e crise no comércio, novamente com efeitos negativos no mercado de trabalho.

Além disso, o arrocho na renda se complementar com o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para os que ganham até R\$ 1.200,00 e 20% para os que ganham acima desse limite.

Com mais esse remendo fiscal, já tentado com medidas semelhantes em dezembro de 1997 sem qualquer resultado positivo, o Governo pretende aumentar a receita em R\$ 15,823 bilhões.

Do lado das despesas, com exceção do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) que pode abocanhar 40% (hoje são 20%) da arrecadação dos tributos da União, os cortes nos gastos estão no campo das promessas, pois dependerão de cortes no Orçamento, da aprovação das reformas da Previdência, tributária e administrativa, que somarão, segundo cálculos do Governo, R\$ 12,20 bilhões.

Somando o aumento de receita com a redução de despesa prevista, o Governo pretende economizar R\$ 28 bilhões. Cifra que fica apenas no campo da expectativa, uma vez que dependem da aprovação das medidas pelo Congresso Nacional, do aval do FMI e da própria implementação na prática.

O déficit público: o tamanho da conta

No intuito de proteger o Real, o Governo ao longo da vigência da nova moeda optou por elevar as taxas de juros e, com isso, aumentou o déficit público para cerca de 8 % do PIB ou algo próximo de R\$ 66 bilhões e também aumentou o desemprego. Esse déficit é subdividido em déficit primário, ou seja, receitas menos despesas (situação de caixa), mais o pagamento dos juros que realimentam o mesmo déficit e que já se situam acima dos R\$ 50 bilhões ao ano.

É consenso hoje da urgência do controle das finanças públicas, mas a divergência se dá exatamente no remédio a ser utilizado. O Governo entende que é preferível combater o déficit fiscal através da recessão, já que admite claramente uma taxa negativa para o PIB em 1999 de -1,0 %. No entanto, esse remédio amargo já vem sendo implementado há muito tempo, uma vez que as taxas de crescimento do PIB vem decaindo desde 1994, quando foi de 5,8 % positivo, até o presente momento quando se estima uma taxa de apenas 1,0 %.

Se a elevação das taxas de juros é o principal instrumento de alimentação do crescimento do déficit e foi uma escolha governamental contra a alteração na taxa de câmbio, é certo que o equilíbrio das contas passe necessariamente pela redução em seus patamares, algo que não se vislumbra no curto prazo com as medidas anunciadas.

Os dois principais pontos de estrangulamento do Real estão exatamente no déficit cambial e no déficit público, que somados alcançam 12 % do PIB e a cifra de cerca de R\$ 100 bilhões. Os R\$ 28 bilhões de economia previstos com o chamado Programa de Estabilidade Fiscal somados aos cerca de R\$ 40 bilhões esperados do Fundo Monetário Internacional chegam a apenas R\$ 68 bilhões, valores insuficientes para fazer frente aos dois principais déficits do país e de alcançar uma estabilização econômica duradoura.

Para se ter uma idéia do rombo que está por vir, estima-se que o pagamento com os juros da dívida interna para 1999 pode chegar a R\$ 70 bilhões, o que compromete a própria redução do déficit público e da taxa de juros.

As justificativas para o remédio receitado: o doente errado

Além do remédio anunciado ser inadequado para o combate ao déficit público, o Governo ainda interna o doente errado, ou seja, a Previdência Social.

Eleita como o paciente em estado terminal e vilã do déficit público, o sistema de Previdência Social apresenta, segundo dados do Governo, um déficit primário previsto em 1998 de R\$ 7,8 bilhões relativo ao INSS e de R\$ 34,430 bilhões relativo à Previdência dos servidores públicos, o que totalizaria R\$ 42,235 bilhões.

Como a Previdência relativa aos servidores públicos é de exclusiva responsabilidade da União, vamos nos ater aqui aos números do INSS.

As fontes de financiamento da Previdência Social são, constitucionalmente, a folha de salários de empregados e empregadores, a COFINS e a Contribuição sobre o Lucro Líquido, recursos advindos do orçamento da Seguridade Social. No entanto, o Tesouro Nacional, depositário desses recursos, não os repassa em conformidade com a Carta Magna. No período de janeiro de 1995 a

setembro de 1998, o Tesouro deixou de repassar das rubricas COFINS e Contribuição sobre o Lucro o montante de R\$ 22,073 bilhões para pagamento de benefícios assistenciais e rurais, de nenhuma ou pouca contribuição, impondo à folha de salários a tarefa ingrata de cobrir essa diferença.

Os dados apresentados pelo Governo omitem esses valores não repassados, trabalhando em seu diagnóstico apenas com a diferença entre a arrecadação bancária líquida (que exclui as transferências a terceiros) e as despesas com benefícios, incluindo os benefícios assistenciais e rurais. Daí, o déficit apontado pelo Governo é, na verdade, o saldo estimado a receber do Tesouro por parte do INSS para 1998.

De posse da realidade dos números e da existência dos desvios de recursos da Seguridade Social para cobertura de gastos fiscais, é de se prever que o aumento da alíquota da COFINS, anunciada pelo Governo, que deverá gerar uma receita adicional de cerca de R\$ 4,575 bilhões em 1999 e do também aumento das alíquota da CPMF, que gerará receita adicional de cerca de R\$ 7,294 bilhões, não irão para as áreas fins, quais sejam, Previdência Social e Saúde, mas sim para se tentar reduzir o desequilíbrio das contas públicas.

Considerações Finais:

o crescimento econômico fica para quando der e a falácia do déficit da Previdência

O déficit público é, pois, resultante da junção de uma política de juros altos implementada pelo Governo, política essa adotada para atrair o fluxo de capitais especulativos e fechar o balanço das contas externas, e dos gastos excessivos com a máquina administrativa. No entanto, gerando recessão e aumentando receita às custas do contribuinte, o Governo entende que protege o Real sem desvalorizar a moeda, sem reduzir no curto prazo os juros e sem deixar, conseqüentemente, que a economia como um todo volte a crescer.

O aumento de contribuições sociais, através do aumento da alíquota, é mais uma forma de arrochar salário e reduzir padrão de vida. Se o Tesouro repassasse devidamente os recursos atuais de COFINS e Contribuição sobre o Lucro, advindos do orçamento da Seguridade Social, para pagamento de benefícios de pouca ou nenhuma contribuição, como os são os benefícios assistenciais e rurais, não haveria o propalado déficit.

Em seu diagnóstico sobre a situação financeira da Previdência Social, o Governo não ataca dois pontos cruciais para a saúde do sistema: a renúncia fiscal e a sonegação fiscal.

Quanto à renúncia fiscal, que inclui as entidades filantrópicas, os clubes de futebol, o setor rural, os segurados especiais, etc., estudos demonstram que o seu montante já chega a R\$ 7,884 bilhões, o que equivale a 16,12 % da arrecadação previdenciária de 1997. Quanto à sonegação fiscal, o valor é bem maior e já alcança o montante de R\$ 11,010 bilhões, significando que poderia cobrir 22,63 % dos gastos com benefícios em 1997. Se somarmos o que a Previdência Social deixa de arrecadar com essas práticas prejudiciais a cifra atinge a marca de R\$ 18,894 bilhões, o que daria para pagar o equivalente a 38,87 % dos gastos com benefícios.

Concluindo, bastaria que o Governo acabasse com a evasão fiscal para que o propalado déficit de R\$ 7,8 bilhões da Previdência Social deixasse de existir E mais ainda, a entrada desses recursos geraria superávit para o sistema de Previdência Social sem a necessidade de quaisquer medidas de alteração de alíquotas de contribuição.

Publicado no FCP Jomal nº 121, setembro/novembro de 1998.

A Economia da Dependência e do não Crescimento (Perspectiva é de retrocesso na economia) (dezembro de 1998)

As perspectivas da economia brasileira para 1999 não sinalizam para o otimismo. Ainda que não sejamos arautos do pessimismo, temos que ser realistas no diagnóstico: o próximo ano tem tudo para apresentar retrocessos nos principais indicadores macroeconômicos e sociais .

A política econômica do atual Governo caminhou no sentido de combater a inflação a qualquer custo. Se antes convivíamos com a neurose inflacionária, hoje estamos diante de uma paranóia antiinflacionária, levando o país a um grau elevadíssimo de dependência externa e, conseqüentemente, ao crescimento do nível de endividamento externo (atualmente a nossa dívida externa se situa na casa dos R\$ 228 bilhões, ou 26 % do PIB). Essa vulnerabilidade é conseqüência da opção de financiar uma estabilização teórica às custas do fluxo de capitais internacionais, muitos dos quais meramente especulativos.

A teimosia na manutenção de um regime cambial controlado através de um mínimo intervalo de variação do real frente ao dólar trouxe uma séria conseqüência: gerou um déficit na conta "Transações Correntes" do Balanço do Pagamentos da ordem de R\$ 35 bilhões, o que equívale a cerca de 4 % do Produto Interno Bruto (PIB). Esse déficit só será reduzido com o aumento das exportações, que por sua vez só melhorará de performance com uma desvalorização do cambio superior aos atuais 7,5 % ao ano. Aliás, a atual defasagem cambial, segundo especialistas do mercado, está estimada entre 18%, baseada na taxa cambial estabelecida no início do plano real, a 40%, baseada na cotação mais baixa do dólar. A opção adotada para enfrentar esse déficit externo foi a contração de empréstimos de R\$ 41,5 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a conseqüente submissão do país a suas regras de comportamento econômico.

Para manter internalizados os capitais especulativos que financiam nosso déficit externo diante da moratória russa, o Governo dobrou as taxas de juros de 27,75 % para 49,75 % ao ano e mesmo assim não conseguiu evitar a fuga desses mesmos capitais, em valores exorbitantes. Esse choque de juros, leva a um encarecimento do crédito, aumento do endividamento interno e a uma redução da atividade econômica, com graves conseqüências sociais: aumento do desemprego, que deve alcançar 10 % da população economicamente ativa (PEA), de acordo com estimativas do IBGE , e agravamento da concentração da renda no topo da pirâmide, onde os 10 % mais ricos detendo 46,7 % da riqueza e os 10 % mais pobres respondendo por apenas 1 % dos ganhos globais, ainda segundo o IBGE.

As taxas de juros permanecerão altas ao longo do próximo ano e deverão se estabilizar na casa dos 21 % em média, o que ainda será muito oneroso para o país. A manutenção das taxas de juros em patamares elevados afetará ainda mais a dívida interna, que já se situa na cifra de R\$ 340 bilhões, ou algo próximo a 38 % do PIB, o que também prejudicará o esforço de ajuste fiscal recentemente proposto pelo Governo.

E por falar em ajuste fiscal, não há sinais de que o déficit público (receitas - despesas + juros), que se encontra em torno de 7,5 % do PIB, ou cerca de R\$ 66 bilhões, se reduzirá no curto prazo, uma vez que os choques de juros utilizados constantemente pelo Governo para proteger o Real das crises do capital financeiro (vice sudeste asiático e Rússia) comprometem a redução do próprio déficit. Quanto à geração de superávit primário (receitas superiores às despesas), este vai depender da redução de gastos não prioritários e do sucesso arrecadador do pacote fiscal.

No seu conjunto, a economia brasileira, que na melhor das hipóteses terá crescimento zero em 1998, deve passar por um período relativamente longo de recessão ao longo de 1999, com piora nas condições sociais da população. Estimativas indicam que a taxa de crescimento econômico do país será, no mínimo, de -1,0 % para os otimistas do Governo, e, no máximo, de -3,0 % para os mais realistas.

De resto, talvez o único saldo positivo da atual política econômica seja a baixíssima taxa de inflação anual (entre 1 e 2 %), comparável às verificadas nos países mais desenvolvidos do planeta. Porém, a um custo social e financeiro muito alto.

Publicado no FCP Jornal nº 122, janeiro/fevereiro de 1999.

A Questão da Evasão Fiscal: Renúncia e Sonegação na revidência Social

(dezembro de 1998)

Introdução

O presente texto tem por objetivo analisar de forma sucinta alguns itens de maior relevância sobre evasão da receita previdenciária que, sem dúvida, desequilibra de forma contundente o caixa da Seguridade Social.

Sem falar nas inadimplências e no estoque da dívida existente na previdência, que chegam a R\$ 43 bilhões, a evasão através da renúncia e sonegação fiscais atinge o montante absurdo de R\$ 18,894 bilhões/ ano, ou seja, 38,87% das despesas com benefícios, ou mais de um terço do orçamento da Previdência Social (conforme Quadros I e 2).

É importante salientar que em vários seminários realizados pela ANFIP sobre sonegação, fraude e evasão fiscal foram constatadas muitas disfunções que privilegiam a prática da evasão de receitas. Citamos abaixo algumas dessas disfunções.

1. A Previdência Social não dispõe hoje de mecanismos eficazes para detectar com segurança onde existe a sonegação;

2. O Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), instrumento que permite confrontar informações sócio-econômicas oriundas de órgãos como os ministérios do Trabalho e do Planejamento, Receita Federal, Caixa Econômica Federal, ainda não está totalmente implantado e vê-se que há pouco interesse no seu prosseguimento, pois os dados servem apenas de indicadores sem qualquer consistência técnica;

3. Quanto à inadimplência, embora esteja um pouco mais preparado, dispondo de recursos tecnológicos mais eficazes, mesmo assim são grandes as dificuldades em função dos escassos recursos humanos, fiscais e pessoal administrativo;

4. Desestímulo à fiscalização, através de:

a) desmonte do serviço público, via reforma previdenciária, reforma administrativa, levando o servidor à aposentadoria precoce, tendo em vista a ameaça de prejuízos financeiros e insegurança quanto ao seu futuro;

b) sigilo bancário, que constitui importante empecilho, ficando de mãos amarradas, principalmente após decisão da justiça impedindo o processo administrativo fiscal como meio para solicitar dados aos sistema bancário;

c) a falta de uma ação conjunta de fiscalização, com um órgão coordenador, integrada pelos órgãos: Receita Federal, Procuradoria Geral da República, Polícia Federal, Previdência, estados e municípios. Trabalha-se em duplicidade e desarmonia, gerando resultados improdutivos.

Não obstante os esforços realizados pela ação fiscal, muitas vezes o retorno do trabalho para a sociedade é mínimo em relação aos tributos cobrados, principalmente para aqueles que cumprem com seu dever de cidadão.

Neste cenário, a análise a seguir sintetiza o grau de evasão fiscal relativamente à renúncia e à sonegação, considerando dados fornecidos pela Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, bem como outras projeções feitas a partir de informações coletadas em diversos segmentos.

A renúncia fiscal

Renúncias fiscais somaram R\$ 7,884 bilhões e representaram 16,12% do total da arrecadação da Previdência Social em 1997.

Para melhor clareza do assunto, entende-se aqui como renúncia fiscal a remissão que o poder público concede a determinados segmentos econômicos ou categorias de segurados sujeitos a disposições especiais. A partir deste conceito, o objetivo do trabalho é comparar os resultados financeiros com aqueles que seriam devidos, caso estivessem sujeitos à regra geral de contribuição para com a Previdência Social. Tais diferenças de receitas são caracterizadas como renúncias fiscais.

Os segmentos econômicos ou categorias de segurados aqui analisados são os seguintes: Entidades Filantrópicas; Contribuição sobre a Produção Rural; Segurados Especiais; Clubes de Futebol Profissional, o modelo SIMPLES de arrecadação e o CPMF.

Quanto às Cooperativas de Trabalho, que também estão enquadradas entre os segmentos contemplados pela renúncia fiscal, até o momento não foi possível quantificar o valor da mesma, mas que certamente já é expressivo dado que o cooperativismo é uma tendência de mercado e já abarca um grande número de trabalhadores e empregadores. Pesquisa realizada em Cooperativas de 13 (treze) Estados da Federação deu-se conta que a perda potencial da receita chega a 80% quando considerada as contribuições efetivamente realizadas e as simuladas sem as evasões legais.

1. Filantropia

Sobre esse tipo de categoria de segurado, podemos dizer que existem 5.279 instituições registradas, sendo que 80% delas se concentram nas regiões sudeste e sul, o que faz agravar ainda mais o desequilíbrio da renda nacional, uma vez que a ampla maioria dessas entidades que gozam de isenção da contribuição patronal para a Seguridade Social encontram-se nas duas regiões mais desenvolvidas do país.

Através do Quadro 1, verifica-se que a renúncia fiscal desse conjunto de entidades foi de R\$ 2,00 bilhões, valor esse resultante da diferença entre a contribuição estimada (que foi de R\$ 2,700 bilhões) e a efetivada (que foi de apenas R\$ 700,00 milhões para um universo de cerca de 1,5 milhões de trabalhadores). Esse resultado mostra que apenas 25,93% da receita potencial foi arrecadada.

Por outro lado, dada a relevância do assunto, é importante registrar que os conceitos de entidades beneficentes de assistência social, caracterizando-as como entidades filantrópicas, não são delimitados, surgindo daí os critérios de subjetivismo e distorcendo a essência de sua finalidade.

Atualmente prevista na constituição, as isenções para a Previdência Social referem-se às obrigações patronais. No entanto, olhando sob os aspectos de equidade, elas não se justificam pelo fato de que todos os trabalhadores, sejam eles vinculados ou não à entidades beneficentes de assistência social, têm os mesmos direitos na Seguridade Social, não se admitindo, portanto, que a sua participação no custeio seja reduzida pela falta de contribuição de seus empregadores.

Tais recursos não arrecadados devido às isenções, após comprovados e estabelecidos critérios mais rigorosos para o seu funcionamento, deveriam ser subvencionados pelo Tesouro Nacional, através do Orçamento Fiscal, como forma de implementar políticas públicas, com base nos serviços efetivamente prestados e voltados para as entidades que realizem atividades de assistência social.

2. Rural

Quanto à Contribuição sobre a Comercialização da Produção Rural temos os produtores rurais, "pessoas físicas" e "pessoas jurídicas", em substituição à contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento, excetuando as agroindústrias que continuam contribuindo com a mesma base de cálculo, ou seja, sobre a folha de salário, face à inconstitucionalidade considerada pelo STF.

Pelo Quadro 1, projeções feitas pela Diretoria de Arrecadação e Fiscalização (DAF) do INSS, ajustadas com a arrecadação efetivada, face o Anuário Estatístico da Previdência Social/97, verifica-se que esse tipo de segmento econômico importou numa renúncia fiscal de R\$ 210,47 milhões, valor esse resultante da diferença entre o que foi estimado em R\$ 790,92 milhões e o que efetivado em R\$ 580,45 milhões. Ou seja, 73,39% do total foi arrecadado.

Quanto aos Segurados Especiais, que são os produtores que exploram a atividade econômica em regime familiar, ou seja, produção para consumo próprio, verificou-se o maior potencial de receita e uma conseqüente maior renúncia fiscal, mais de 60% do total. De uma contribuição estimada em R\$ 5,508 bilhões, foi arrecadado apenas R\$ 385,13 milhões, ou 6,99%, o que significou uma renúncia fiscal de R\$ 5,123 bilhões.

Vale lembrar que o segmento rural é um dos mais deficitários, pois sua despesa total só em 1997 foi de R\$ 8,970 bilhões, enquanto sua receita direta foi de R\$ 965,00 milhões.

3. Simples

O modelo de arrecadação/SIMPLES, embora implantado para simplificar as atividades das empresas de pequeno e médio porte, afetou de forma decisiva a receita previdenciária. Conforme estimativas da DAF/INSS, pode-se observar no Quadro I uma renúncia fiscal de R\$ 364,00 milhões derivada do modelo SIMPLES de arrecadação. Ainda por esse modelo, estimou-se uma arrecadação de R\$ 1,300 bilhão em 1997 e obteve-se R\$ 936,00 milhões, ou seja, 72% do total.

Saliente-se também que nesse segmento a projeção é de um grande déficit, principalmente no médio e longo prazos, tendo em vista que a média de receita em 1997 pelo modelo SIMPLES foi de R\$ 47,20 por empresa, independente do número de empregados registrados, enquanto que qualquer benefício concedido receberá pelo menos um salário mínimo por empregado.

4. Clubes de futebol

A contribuição empresarial da associação desportiva destinada à Seguridade Social corresponde a 5,0% (cinco por cento) da receita bruta decorrente dos espetáculos esportivos, em substituição à cota patronal, remuneração paga ao empregado, empresário, autônomo e equiparados. A contribuição estimada para o setor foi de R\$ 60,00 milhões, enquanto que a efetivada foi de R\$ 23,60 milhões em 1997. Isso significa 39,33% do total, gerando uma renúncia fiscal de R\$ 36,40 milhões. Essa diferença é possivelmente resultante de uma virtual omissão de dados reais pelas confederações, federações e/ou empresas patrocinadoras sobre a realização dos eventos/contratos e à modificação da base de cálculo substitutiva utilizada atualmente.

5. CPMF

Com a implantação da CPMF, a Previdência Social teve uma redução nas alíquotas de incidência dos trabalhadores de 8,00% para 7,82% e de 9,00% para 8,82% e um aumento de 0,20% nos benefícios até três salários mínimos causando um impacto negativo de R\$ 150 milhões/ano. Saliente-se que qualquer aumento na alíquota da referida contribuição certamente acarretará um maior impacto negativo.

6. Conclusão

Tem-se, portanto, que o valor total das renúncias fiscais advindas dos segmentos econômicos ou categorias de segurados analisadas somou R\$ 7,884 bilhões. Esse valor é a diferença entre o total da contribuição estimada (R\$ 10,359 bilhões) e o total da contribuição efetivada (R\$ 2,625 bilhões, ou apenas 25,52% do estimado) mais a perda estimada com a CPMF (R\$ 150,00 milhões). O total das renúncias representou 16,12% do valor total da arrecadação da Previdência Social, que foi de

R\$ 47,970 bilhões, e 15,91 % do valor total dos benefícios pagos em 1997, que foi de R\$ 48,603 bilhões.

QUADRO 1 PREVIDÊNCIA SOCIAL DEMONSTRATIVO DAS RENÚNCIAS FISCAIS ANO: 1997

(EM R\$ MILHÕES)

TIPOS	Contribuição Estimada (A)	Contribuição Efetivada (B)	(B/A) (%)	Renúncia Fiscal (A-B)
Entidade Filantrópica	2.700,00	700,00	25,93	2.000,00
Rural - Subst. Folha-de-Salário	790,92	580,45	73,39	210,47
Segurado Especial	5.508,40	385,13	6,99	5.123,27
Clubes de Futebol	60,00	23,60	39,33	36,40
SIMPLES	1.300,00	936,00	72,00	364,00
CPMF (renúncia estimada)	-	-	-	150,00
TOTAL	10.359,32	2.625,18	25,34	7.884,14

Fonte: DAF/INSS

Nota: Os valores monetários estão expressos em Termos nominais

A sonegação fiscal

Sonegação fiscal atinge o valor de R\$ 11,010 bilhões e poderia cobrir 22,63% dos gastos com benefícios previdenciários em 1997.

Se não bastassem as perdas de receitas resultantes dos desvios de recursos das contribuições sociais e da renúncia fiscal, a Previdência Social ainda sofre penosamente com a prática criminosa da sonegação fiscal.

No Brasil, já se tornou rotina a prática da sonegação de impostos. Muitas vezes o custo da sonegação é bem menor do que o custo do recolhimento tributário. Na área das receitas federais, por exemplo, ouve-se diariamente notícias de fatos escandalosos ocorridos, bem como as mil maneiras criadas para burlar o fisco. A Previdência Social também não escapa dessa turbulência.

Empresas e segurados se utilizam de diversas artimanhas com vistas à redução do valor a ser pago e mesmo ao não pagamento da contribuição para a Previdência Social. O Quadro 2, projetado pela Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, apresenta um resumo dos procedimentos ilegais usados para os fins da sonegação, bem como os valores estimados correspondentes no ano de 1997.

Como pode-se observar, uma das maneiras de sonegar é a formalização de empregos com salários inferiores aos efetivamente pagos. Também são comuns os artifícios contábeis no fechamento do balanço. Além do mais, temos a prática nefasta do abandono e do desaparecimento da empresa. Todas essas formas criadas dentro do mercado formal de trabalho geraram uma perda de receita de R\$ 3,000 bilhões.

Quanto à informalização na contratação, levantou-se que na área urbana, somando-se empresas e segurados, a sonegação foi estimada em R\$ 5,000 bilhões. Já na área rural, chegou-se a um valor de R\$ 400,00 milhões somente da parte dos segurados, enquanto que da parte das empresas a cifra é muito maior, ou seja, R\$ 1,500 bilhão, o que resulta numa soma final do setor rural de R\$ 1,900 bilhão. O total da sonegação no mercado informal está estimado em R\$ 6,900 bilhões, que representa a maior fatia do total geral, 62,67%.

No segmento econômico da comercialização da produção rural, a sonegação alcançou a casa dos R\$ 600,00 milhões. Menor, mas não menos importante, é a cifra derivada do subfaturamento que ocorre no modelo SIMPLES de arrecadação, que chegou em R\$ 500,00 milhões. Já em relação a outro tipo de subfaturamento, ou seja, aquele encontrado nas receitas dos clubes de futebol profissional, verificou-se a marca dos R\$ 10,00 milhões que, apesar de ser um valor pequeno em comparação aos demais, fica aqui também registrado como prática ilícita e que precisa ser combatida.

Concluindo, a sonegação fiscal estimada para com a Previdência Social somou R\$ 11,010 bilhões, o que daria para cobrir 22,63% dos gastos com os benefícios previdenciários em 1997, que foi de R\$ 48,603 bilhões.

Aos valores resultantes das renúncias fiscais e da sonegação fiscal há que se acrescentar, embora não estejam ainda quantificadas, as reduções da receita previdenciária promovidas pela legislação que concede tratamentos diferenciados a alguns segmentos:

a) opção por parte das empresas em recolherem a contribuição instituída pela Lei Complementar 84/96 sobre o salário base do trabalhador autônomo em substituição àquelas sobre o total da remuneração paga (de 15% da remuneração recebida para 20% do salário base, com opção sempre pelo menor);

b) redução da alíquota da contribuição patronal de 20% para 15% sobre as remunerações pagas aos trabalhadores avulsos;

c) salário de contribuição inferior ao salário mínimo/mensal *versus* benefícios iguais ao salário mínimo. Isso significa que o salário mínimo, que é estabelecido por mês, dia ou hora, qualquer empregado poderá prestar serviço por alguns dias da semana ou por poucas horas diárias com seu salário de contribuição inferior ao salário mínimo recolhendo para a Previdência sobre o total recebido. Entretanto, na hora da concessão do benefício esse mesmo trabalhador recebe da Previdência Social um salário mínimo. Servidores de muitas prefeituras, empregadas domésticas (meio período, diarista), professores contratados por hora/ aula em pequenas escolas, recepcionistas, empregados de limpeza de pequenos estabelecimentos, empregados contratados apenas para alguns dias da semana, etc., são exemplos de como acontece a evasão de receita na Previdência Social.

d) a Cooperativa de Trabalho, cuja contribuição chega a ser reduzida em até 80%, como já foi mencionado no presente texto.

Publicado na Revista de Seguridade Social da ANFIP nº 58, setembro/outubro de 1998.

QUADRO 2

PREVIDÊNCIA SOCIAL - DEMONSTRATIVO DA SONEGAÇÃO FISCAL ANO: 1997

(EM R\$ MILHÕES)	
TIPOS	SONEGAÇÃO ESTIMADA
EMPREGOS FORMALIZADOS (com salários inferiores aos efetivamente pagos; artifícios contábeis; abandono/desaparecimento de empresa).	3.000,00
EMPREGOS INFORMALIZADOS	6.900,00
Urbano (segurado + empresa)	5.000,00
Rural (segurado)	400
Rural (Patronal)	1.500,00
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL	600
RECEITA CLUBES DE FUTEBOL (subfaturam.)	10
SIMPLES (subfaturamento)	500
TOTAL	11.010,00

Fonte: IBGE e INSS/Sistema IDEIA

Nota: Os valores monetários estão expressos em termos nominais

Perfil e Balanço do Subsistema de Previdência rural (janeiro de 1999)

Características do subsistema

A Previdência Rural se caracteriza por atender a um público beneficiário que é, na sua grande maioria, pertencente ao mercado informal da economia ou alocado em empregos vulneráveis, o que resulta numa arrecadação precária.

Não obstante, esse subsistema vem ao longo do tempo se constituindo num seguro social de grande cobertura em relação à sua população. Como exemplo disso, temos que em 1997 a população total da área rural era de 31.563.876 milhões, segundo o IBGE (Quadro 2), enquanto que a população rural atendida pela previdência foi de 6.441.664 milhões de beneficiários, ou seja, 20% do total, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social. Sabendo que 32% da população total é constituída de crianças de 0 a 14 anos, e se excluirmos esse contingente, temos que aquele atendimento sobe para 30%.

A Previdência Rural atendeu uma população beneficiária (benefícios em manutenção) em torno de 6,4 milhões de aposentados e pensionistas no ano de 1997, distribuída em mais de cinco mil municípios. Há uma relação inversa entre tamanho de município e concentração de benefícios previdenciários, ou seja, quanto menor o município em termos populacionais, maior a cobertura previdenciária.

Para exemplificar, o *Quadro 1* mostra a concentração dos beneficiários da Previdência Rural nos municípios com até 49,9 mil habitantes, portanto considerados pequenos, em comparação com os demais municípios do país, por Estado. Por esse Quadro, pode-se verificar que a concentração dos beneficiários da previdência rural varia entre 87,2%, nos municípios do Rio Grande do Norte com até aquela população, a 55,2%, nos municípios do Amazonas.

Uma característica demográfica importante do subsistema da Previdência Rural é a concentração de idosos das regiões rurais pobres. É efetivamente a aposentadoria por idade, que totalizou 3.810.846 milhões em 1997, que puxa o número de benefícios e chega a corresponder a 59,16% do total dos beneficiários, nesse mesmo ano (*Quadro 4*). Se agregarmos os 4,55% da *RMV por idade* mais os 23,63% de *pensão por morte* (embora parte desse percentual advém de benefícios *por invalidez*), tem-se um total de 87,34% de todos os beneficiários carreados para a "velhice".

QUADRO 1

Distribuição percentual dos beneficiários da Previdência rural nos municípios com até 49,9 mil habitantes e demais municípios por Estado

Estados	Municípios COM até 49,9 mil hab.	Demais Municípios	Total
Rio Grande do Norte	87,2	12,8	100,0
Paraíba	81,7	18,3	100,0
Piauí	80,9	19,1	100,0
Bahia	79,2	20,8	100,0
Sergipe	78,1	21,9	100,0
Alagoas	76,1	23,9	100,0
Ceara	75,4	24,6	100,0
Rio grande do sul	73,0	27,0	100,0
Pernambuco	68,1	31,9	100,0
Maranhão	64,3	35,7	100,0
Pará	56,8	43,2	100,0
Amazonas	55,2	44,8	100,0

Fonte: IBGE e Anuário Estatístico da Previdência Social

Obs: Quadro retirado do trabalho "Previdência Rural: Relatório de Avaliação Sócioeconômica - IPEA - maio de 1997 - Guilherme C. Delgado

Um outro dado importante a ressaltar é que enquanto a quantidade de beneficiários cresceu 6,53% no período de 1993 a 1997 (Quadro 4), a população rural como um todo vem decrescendo desde 1970, caindo de 41.054.053 milhões naquele ano para 31.563.876 milhões em 1997 (Quadro 2). Isso expressa claramente, de um lado, a preocupação social da Previdência Rural com as populações locais desamparadas, e de outro lado, a redução das oportunidades de trabalho advindas da falta de uma política agrícola que incentive a pequena produção e a fixação do homem no campo.

Sob o ponto de vista do perfil da renda domiciliar rural, existem, segundo metodologia do IBGE, três grandes grupos econômicos (os dados a seguir foram retirados do trabalho *"Previdência Rural: Relatório de Avaliação Sócioeconômica"* - IPEA - Maio de 1997). O primeiro deles, compreende os estados do nordeste (exceção do Maranhão) com renda média mensal inferior a 150 reais. Esse primeiro grupo constitui a macroregião mais fortemente atendida pela previdência rural e com uma participação da renda dos inativos na renda rural ao redor de 50%.

O segundo grupo econômico se situa no nível intermediário de renda média rural (entre 150 e 250 reais), e apresentando uma razão de renda dos inativos sobre a renda rural na faixa de 20% a 25%. Esse grupo compreende a região norte, região sudeste (exceção de São Paulo), e os estados do Maranhão e Goiás.

Por último, há um grupo que se situa com renda rural acima de 250 reais por domicílio, cuja proporção da renda dos inativos na renda rural situa-se nos limites de 10% a 20%. Nesse grupo se encontram os estados da região sul, centro oeste (exceção de Goiás) e os estados de Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Quanto a atividade econômica propriamente dita (setores não-inativos), ela representa, ainda segundo o IBGE, apenas 40% das rendas rurais totais. Ou seja, mais da metade dessas rendas, 60%, advém dos inativos, através dos benefícios previdenciários.

Por fim, se analisarmos os valores unitários reais mensais dos benefícios rurais, podemos verificar, a partir do *Quadro 3*, que eles não são elevados e que equivalem-se a em torno de um salário mínimo em quase todos os anos considerados. De 1993 a 1995, passaram de R\$ 128,44 para R\$ 130,15. A partir daí, iniciaram uma queda de valor real dos R\$ 130,15 para R\$ 116,04 em 1997.

Tem-se, portanto, que para as vastas regiões mais pobres do país, há uma sustentação da renda rural fundada basicamente no sistema previdenciário, ainda que os valores unitários dos benefícios não sejam elevados. Os valores pagos pela Previdência Rural a essas populações chegam a ser maiores que a receita advinda do *Fundo de Participação* em muitos municípios, o que revela o grande impacto sobre a economia local.

QUADRO 2

COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL

ANO	POPULAÇÃO RURAL	VAR.(%) CRESC.(%)	VAR.(%) (1997/1970)
1970	41.054.053	-	-
1980	38.566.297	-6,06	-
1991	35.834.485	-7,08	-
1996	33.993.332	-5,14	-
1997	31.563.876	-7,15	-23,12

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico – 1997

QUADRO 3

VALORES UNITÁRIOS REAIS MENSIS DOS BENEFÍCIOS RURAIS

ANO	VALOR TOTAL DOS BENEFÍCIOS RURAIS (R\$ MILHÕES) (A)	QTDE TOTAL DOS BENEFÍCIOS RURAIS (R\$ MILHÕES) (B)	VALOR UNITÁRIO (R\$ 1,00) C=(A/B)/12*1000
1993	9.319,68	6.046,65	128,44
1994	9.731,11	6.426,15	126,19
1995	9.999,75	6.402,74	130,15
1996	9.800,22	6.390,45	127,80
1997	8.970,11	6.441,66	116,04

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

Essa sustentação de renda é originária de mecanismos de captação e de transferência de recursos dos estados mais ricos para os mais pobres, bem como dos setores urbanos para os setores rurais, o que enfatiza bem o aspecto social e redistributivo da Previdência Rural.

Análise quantitativa dos benefícios rurais

Para realizar a análise quantitativa dos benefícios rurais, elaborou-se o *Quadro 4* e adotou-se uma série histórica de 1993 a 1997. Além disso, dividiu-se os benefícios rurais em três grupos de espécie: *Previdenciários, Assistenciais e Acidentários*.

1) Crescimento no período

No período de 1993 a 1997 os benefícios rurais totais apresentaram uma taxa de crescimento de 6,53%, ou seja, passaram de 6.046.648 milhões de beneficiários em 1993 para 6.441.664 em 1997, ou um acréscimo de 395.016 em cinco anos. As quedas ocorridas em 1995 e 1996 se devem basicamente aos impactos causados pela criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 01/01/96.

Quanto aos grupos de espécie separadamente, temos que os *benefícios acidentários*, ainda que em quantidades pequenas em relação ao total, foram os que apresentaram a maior taxa de crescimento no período, 30,64%, passando de 14.168 beneficiários em 1993 para 18.509 em 1997. Dentro deles, o *auxílio por acidente* foi o que teve crescimento significativo.

Já com relação aos *benefícios previdenciários*, tiveram um incremento de 9,35 % no período considerado, passando de 5.351.078 milhões de beneficiários para 5.851.534, ou seja, um acréscimo de 500.456. Especificamente, dentro desse grupo, temos que as *aposentadorias* cresceram 7,15%, com especial atenção para as *aposentadorias por idade*, que passaram de 3.491.626 milhões para 3.810.846, (ou 319.220 a mais).

Por fim, os *benefícios assistenciais*, representados pelas *Rendas Mensais Vitalícias (RMV por invalidez e idade)*, apresentaram uma taxa negativa de 16,11% no período, reduzindo o número de beneficiários em 109.781, ao passar de 681.402 em 1993 para 571.621 em 1997, basicamente em função das dificuldades encontradas para sua habilitação e com o início da concessão da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), pondo fim à concessão da RMV, a partir de 01/01/96.

QUADRO 4

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS RURAIS EM MANUTENÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE ESPÉCIE - 1993 A 1997

GRUPOS DE ESPÉCIE	1993	1994	1995	1996	1997	TX.CRESC. 1997/1993 (%)	PART.REL. S/GRUPO(%)	PART.REL. S/TOTAL (%)
I - PREVIDENCIÁRIOS	5.351.078	5.737.382	5.741.161	5.764.147	5.851.534	9,35	100,00	90,84
A). Aposentadorias	3.989.298	4.307.202	4.263.917	4.237.401	4.274.534	7,15	73,05	66,36
*Tempo de Serviço	83	280	547	1.128	3.113	3650,60	0,05	0,05
*Idade	3.491.626	3.817.606	3.787.195	3.769.648	3.810.846	9,14	65,13	59,16
*Invalidez	497.392	489.049	475.594	465.727	460.788	-7,36	7,87	7,15
B). Pensões por Morte	1.321.454	1.378.500	1.424.496	1.470.978	1.522.143	15,19	26,01	23,63
C). Auxílios	40.325	50.616	50.090	51.458	48.200	19,53	0,82	0,75
*Doença	39.673	49.824	49.208	50.329	46.696	17,70	0,80	0,72
*Reclusão	652	792	878	1.075	1.260	93,25	0,02	0,02
*Acidente	-	-	4	54	244	-	0,00	0,00
D). Salário-Maternidade	-	1.064	2.657	4.310	6.444	-	0,11	0,10
II - ASSISTENCIAIS	681.402	673.459	644.930	609.044	571.621	-16,11	100,00	8,87
A). Rendas Mensais Vitalícias	681.402	673.459	644.930	609.044	571.621	-16,11	100,00	8,87
*Invalidez	317.054	314.860	305.298	292.930	278.323	-12,22	48,69	4,32
*Idade	364.348	358.599	339.632	316.114	293.298	-19,50	51,31	4,55
III - ACIDENTÁRIOS	14.168	15.306	16.650	17.264	18.509	30,64	100,00	0,29
A). Auxílios	3.734	4.651	5.670	5.935	6.670	78,63	36,04	0,10
*Doença	3.048	3.489	3.948	3.634	3.783	24,11	20,44	0,06
*Acidente	686	1.162	1.722	2.301	2.887	320,85	15,60	0,04
B). Aposentadorias	6.838	6.922	7.096	7.295	7.624	11,49	41,19	0,12
C). Pensões	3.596	3.733	3.884	4.034	4.215	17,21	22,77	0,07
TOTAL	6.046.648	6.426.147	6.402.741	6.390.455	6.441.664	6,53	100,00	100,00

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

2) Participação relativa dentro do grupo de espécie

Analisando, individualmente, os componentes de cada grupo de espécie, no ano de 1997, pode-se verificar que dentro dos *benefícios previdenciários*, que totalizaram 5.851.534 milhões, as aposentadorias representaram 73,05%, ou 4.274.534 milhões, com especial atenção para a modalidade de *aposentadorias por idade*, que participou com 65,13% do total, ou 3.810.846 milhões de beneficiários. Elas são seguidas pelas *pensões por morte*, com 26,01% dos beneficiários desse grupo, ou 1.522.143 milhões.

Já dentro do grupo dos *benefícios assistenciais*, temos que as *rendas mensais vitalícias por idade* representaram 51,31 % em 1997, apesar da queda na quantidade, de 364.348 em 1993 para 293.298, em 1997. Enquanto isso, as *rendas mensais vitalícias por invalidez* representaram 48,69% do total dos benefícios assistenciais, embora também apresentando redução na quantidade atendida em todos os anos do período considerado.

Por fim, dentro do grupo dos *benefícios acidentários*, as *aposentadorias decorrentes* desse grupo de espécie foram de 41,19%, seguidas dos *auxílios* (doença e acidente), 36,04%, e das *pensões*, 22,77%.

Financiamento do subsistema

A estrutura de contribuições contempla duas fontes de arrecadação designadas a financiar o subsistema de Previdência Rural (embora existisse até a década de 80 uma terceira fonte de custeio específica da área urbana para a área rural na base de 2,4% sobre a folha de pagamentos), a saber:

a) a contribuição sobre a folha de pagamento do setor rural (do empregador rural, dos autônomos e dos empregados formais);

b) a contribuição sobre a comercialização da produção primária (do segurado especial originalmente e depois de pessoas físicas e jurídicas rurais).

A base de incidência da contribuição previdenciária rural é o valor do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária convertido em equivalente da produção comercializável rural. O PIB da agropecuária, a preços de dezembro de 1997, segundo o IBGE, foi de R\$ 83,00 bilhões. A relação entre o valor bruto das receitas agropecuárias e o respectivo valor do PIB (fator de conversão ou equivalência) se situa no nível de 1,40, o que resultaria numa base de incidência fiscal bruta da contribuição previdenciária rural de R\$ 116,00 bilhões em 1997 (dados retirados do trabalho "*Previdência Rural: Relatório de Avaliação Sócio econômica*" - IPEA - Maio de 1997).

Aplicando-se sobre essa base a menor alíquota de 2,0% (pessoa física), o setor rural deveria gerar uma arrecadação de R\$ 2,320 bilhões. Entretanto, o valor nominal rural arrecadado em 1997 foi de R\$ 940 milhões. Esse valor representa, portanto, cerca de 40% da arrecadação potencial, evidenciando um índice de evasão fiscal muito alto, em torno de 60%, e uma perda de receita da ordem de R\$ 1,380 bilhões, embora seja difícil parametrizar o índice de equivalência entre a alíquota de 2,0% sobre a comercialização dos produtos agrícolas e a folha de pagamento dos produtores rurais.

Segundo dados da última PNAD/IBGE, de 1997, o setor agrícola possui o mais alto grau de não-contribuição. Apenas cerca de 16,5% de trabalhadores rurais contribuem para institutos de previdência.

Vê-se que, diante desse quadro, há que se criar mecanismos com vistas a incrementar a receita previdenciária rural, principalmente em função da grande demanda por benefícios, como veremos adiante.

Os números do subsistema

A seguir, a partir das informações monetárias também levantadas do Anuário Estatístico da Previdência Social, foram feitas análises das receitas e despesas do subsistema de Previdência Rural com o objetivo de chegar a um resultado final de balanço (*superávit ou déficit*).

1) Comportamento das Receitas

Para analisar o comportamento das receitas do subsistema de Previdência Rural, levantou-se as principais fontes das receitas rurais e chegou-se a quatro tipos, de acordo com os códigos FPAS: a) Pessoal das entidades produtoras (pessoas físicas e jurídicas); b) Comercialização dos produtos agrícolas; c) Folha de pagamento dos sindicatos/federações/confederações e d) Pessoal das agroindústrias.

QUADRO 5

RECEITAS REAIS DO SUBSISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL(1) - (1993 a 1997)

(EM R\$ MILHÕES)(2)

FONTES DAS RECEITAS	1993	1994	VAR. (%)	1995	VAR. (%)	1996	VAR. (%)	1997	VAR. (%)	RECEITA MEDIA
CÓD.604: PESSOAL DAS ENTIDADES PRODUTORAS (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS RURAIS)	41,27	76,65	85,73	144,88	89,02	181,35	25,17	172,07	-5,12	123,24
CÓD.744: COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS	302,97	525,80	73,55	543,4	3,34	568,07	4,54	636,74	12,09	515,39
CÓD.787: FOLHA SINDICATOS/FEDERAÇÕES/ CONFEDERAÇÕES	306,49	195,74	-36,13	79,58	-59,34	127,88	60,69	96,39	-24,62	161,22
CÓD.795: PESSOAL DAS AGROINDÚSTRIAS	62,91	50,77	-19,30	53,76	5,89	32,03	-40,42	60,39	88,54	51,97
TOTAL DAS RECEITAS (3)	713,64	848,96	18,96	821,60	-3,22	909,33	10,68	965,59	6,19	851,82

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

(1) Total líquido

(2) Valores expressos em termos reais, a preços de dezembro de 1997, atualizados pelo IGP-DI

(3) Não inclui as transferências das contribuições urbanas

Após esse levantamento, optou-se por trabalhar apenas com as receitas reais, apresentadas no *Quadro 5* e atualizadas para dezembro de 1997 pelo IGP-DI, uma vez que elas expressam a verdadeira realidade dos números sem as distorções causadas pela inflação.

Analisando essas receitas reais totais, pode-se observar que elas alcançaram seu maior valor no ano de 1997 (R\$ 965,59 milhões) e menor no ano de 1993 (R\$ 713,64 milhões), e apresentaram queda somente de 1994 para 1995 (-3,22%). A receita média do período atingiu o valor de R\$ 851,82 milhões, o que é muito baixo se compararmos com as despesas totais (*Quadro 7*).

Dentro das fontes das receitas apresentadas, a de maior arrecadação foi a comercialização dos produtos agrícolas, que cresceu em todos os anos da série considerada e com média percentual de 18,70%. Quanto ao valor médio arrecadado, chegou-se a R\$ 515,39 milhões ao ano e a sua melhor performance foi no ano de 1997, com R\$ 636,74 milhões, o que equivale a 65,94% do total das receitas. Seu potencial arrecadador pode ser ainda maior.

Em seguida, surge a folha de pagamento dos sindicatos/ Federações/ Confederações que arrecadou, em termos médios históricos, R\$ 161,22 milhões ao ano, mas com quedas sucessivas na taxa de crescimento. Sua melhor arrecadação ocorreu no ano de 1993, com R\$ 306,49 milhões, portanto no primeiro ano da série considerada, e quando participava com 42,95% das receitas totais, caindo em 1997 para apenas 9,98%. Diante disso, seu potencial arrecadador é cada vez menor.

Depois temos o segmento das entidades produtoras, com uma arrecadação média anual de R\$ 123,24 milhões e com apenas uma queda em sua taxa de crescimento no ano de 1997 (-5,12%), o que pode ser um sintoma de redução futura de pessoal com carteira assinada.

Por fim, a agroindústria, com R\$ 51,97 milhões de receita média no período de 1993 a 1997 e uma recuperação na sua taxa de crescimento (antes anualmente negativa) no ano de 1997, indicando uma possível expansão no seu potencial arrecadador.

2) Comportamento das Despesas

Para a análise do comportamento das despesas do subsistema de Previdência Rural, manteve-se a mesma metodologia, ou seja, trabalhou-se também com as despesas reais atualizadas para a mesma base (dezembro de 1997) e pelo mesmo índice (IGP-DI), e apresentadas no *Quadro 6* no período de 1993 a 1997.

QUADRO 6

DESPESAS REAIS DO SUBSISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL - 1993 A 1997

(EM R\$ MILHÕES)(1)

GRUPOS DE ESPÉCIE	1993	1994	var.(%)	1995	var.(%)	1996	var.(%)	1997	var.(%)	DESPESA MEDIA
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS(2)	8.494,68	8.803,47	3,64	9.063,58	2,95	8.957,90	-1,17	8.289,91	-7,46	8.721,91
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS(3)	801,2	910,31	13,62	907,84	-0,27	815,53	-10,17	651,23	-20,15	817,22
BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS	23,80	17,33	-27,18	28,33	63,47	26,79	-5,44	28,97	8,14	25,04
TOTAL DAS DESPESAS	9.319,68	9.731,11	4,41	9.999,75	2,76	9.800,22	-2,00	8.970,11	-8,47	9.564,17

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a

(1) os valores estão expressos em termos reais, a preços de dezembro de 1997, atualizados pelo IGP-DI

(2) inclui as aposentadorias e pensões

(3) inclui a Renda Mensal Vitalícia (RMV) e LOAS

Os grupos de espécie que compõem as despesas são de três tipos: os *Benefícios Previdenciários*, que incluem as *aposentadorias e pensões*; os *Benefícios Assistenciais*, que incluem a *Renda Mensal Vitalícia (RMV) e LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social, criada em 1996)*; e os *Benefícios Acidentários*. Desses três tipos o de maior peso relativo é amplamente os Benefícios Previdenciários (92,42% do total das despesas rurais em 1997), seguido pelos Assistenciais (7,26% do total em 1997).

Com relação às despesas reais totais, elas apresentaram crescimento de 1993 para 1994, de 4,41%, e de 1994 para 1995, de 2,75%. Nos demais anos houve queda, de 1995 para 1996, de -2,0%, e de 1996 para 1997, de -8,47%. Em termos monetários, a despesa média real do subsistema nos anos considerados foi de R\$ 9,564 bilhões, sendo que o menor valor alcançado foi no ano de 1997, de R\$ 8,790 bilhões, e o maior no ano de 1995, quando alcançou R\$ 9,999 bilhões de gastos com benefícios rurais.

Analisando especificamente os grupos de espécie componentes das despesas, verificou-se que os *benefícios previdenciários* alcançaram um valor médio real de 1993 a 1997 de R\$ 8,721 bilhões, os assistenciais chegaram a uma média de R\$ 817,22 milhões e os *Acidentários*, R\$ 25,04 milhões médios. Em todos os três tipos de espécie de despesa, os menores valores foram observados no ano de 1997. Já quanto ao comportamento percentual anual, os *benefícios previdenciários* apresentaram quedas em 1996 e 1997, enquanto os *benefícios assistenciais* apresentaram quedas em 1995, 1996 e 1997, ou seja, suas despesas cresceram apenas de 1993 para 1994.

3) Balanço Financeiro do Subsistema

Após as análises das receitas e das despesas, é possível fazer um balanço financeiro do subsistema de Previdência Rural com o objetivo de verificar a existência de superávit ou déficit. O *Quadro 7* apresenta o balanço real que será analisado a seguir.

Analisando o balanço real, com os valores atualizados para dezembro de 1997 pelo IGP-DI, observou-se que a receita média total foi de R\$ 851,82 milhões, enquanto que a despesa média total alcançou R\$ 9,564 bilhões, o que gerou um déficit médio histórico de R\$ 8,712 bilhões no período 1993 a 1997. Houve déficit em todos os anos da série considerada, sendo que o maior ocorreu no ano de 1995, quando chegou a R\$ 9,178 bilhões, e desde então ele vem diminuindo, e o menor ocorreu em 1997, ao atingir R\$ 8,004 bilhões.

Quanto à participação percentual das receitas da Previdência Rural no total das despesas, pode-se verificar que ela é muito baixa, daí resultando em um déficit elevado. Essa participação percentual média foi de 8,93%, sendo que a menor foi no ano de 1993 (7,66%) e a maior no ano de 1997 (10,76%). Isso quer dizer que para cada R\$ 10,00 de despesa, sua receita cobriu apenas R\$ 1,076 em 1997.

Pode-se concluir pelo balanço financeiro que o subsistema de previdência rural é muito pouco contributivo do lado das receitas e muito oneroso do lado das despesas, gerando um déficit médio anual, no período de 1993 a 1997, de R\$ 8,712 bilhões. Esse montante vem sendo freqüentemente coberto pela arrecadação bancária total, advindo principalmente da folha de salários do setor urbano, resultando em sérias dificuldades financeiras para o sistema de previdência social como um todo.

Para que esse quadro melhore, do lado das receitas, é necessário que a agricultura brasileira seja mais incentivada pelas políticas econômicas governamentais, tanto a agricultura de exportação quanto a agroindústria, e também tanto a grande propriedade mecanizada quanto a pequena e média propriedade que produzem para o mercado interno. Dessa forma, é possível que o nível de emprego cresça e, conseqüentemente, os recolhimentos para a previdência rural, equilibrando financeiramente esse subsistema.

É necessário também que se respeite os preceitos constitucionais, que determinam a alocação de recursos das fontes *Cofins e Contribuição sobre o lucro líquido* para a cobertura das despesas com benefícios rurais de pouca contribuição.

QUADRO 7

BALANÇO REAL DO SUBSISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL (1993 A 1997)

(EM R\$ MILHÕES)(1)

ÍTEM	1993	1994	var.(%)	1995	var.(%)	1996	var.(%)	1997	var.(%)	MEDIA
TOTAL DAS RECEITAS	713,64	848,96	18,96	821,60	-3,22	909,33	10,68	965,59	6,19	851,82
TOTAL DAS DESPESAS	9.319,68	9.731,11	4,41	9.999,75	2,76	9.800,22	-2,00	8.970,11	-8,47	9.564,17
RESULTADO: SUPERÁVIT(+) DÉFICIT(-)	-8.606,04	-8.882,15	3,21	-9178,15	3,33	-8.890,89	-3,13	-8.004,52	-9,97	8.178,17
RECEITAS/DESPESAS (%)	7,66	8,72	-	8,22	-	9,28	-	10,76	-	8,93

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 1993 a 1997

(1) os valores estão expressos em termos reais, a preços de dezembro de 1997, atualizadas pelo IGP-DI

Dilemas da Economia Brasileira na Crise Real (fevereiro de 1999)

Uma economia teimosamente dependente

Ao longo de sua história, o Brasil jamais conseguiu implantar um projeto de desenvolvimento econômico sustentado. Todas as experiências de crescimento foram cíclicas, o que vale dizer que o país logrou prosperidade em períodos específicos e temporais, geralmente respaldados por uma conjuntura favorável de liquidez internacional. Assim foram, por exemplo, os surtos de crescimento ocorridos no Plano de Metas (Governo JK), no "milagre econômico" (Governo Médici) e nos primeiros anos do Plano Real (Governo FHC), para citar apenas alguns importantes.

A atual crise brasileira, exacerbada recentemente pela liberalização cambial, tem como eixo central a incapacidade da elite dirigente (tanto política como econômica) de enfrentar a grande concentração da renda e da riqueza. Nesse campo, os últimos números divulgados pelo IBGE mostram o agravamento da concentração da renda no topo da pirâmide, onde os 10% mais ricos detêm 47% da riqueza gerada e os 10% mais pobres respondem por apenas 1% dos ganhos globais. Tudo isso se traduz em excessiva propensão a consumir e a importar, de um lado, e em baixa taxa de poupança interna (cerca de 16% do PIB), de outro, taxa essa absolutamente insuficiente para impulsionar o crescimento sustentado.

O resultado desse modelo econômico concentrador é a submissão do país às regras internacionais de conduta, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional e outros organismos externos, dado que a nossa crônica dependência de poupança externa (leia-se capitais especulativos) acarreta um crescente nível de endividamento que, por sua vez, piora as condições internas e gera incerteza quanto ao futuro. A política econômica traçada nos últimos anos buscava estabilizar os preços através da desindexação, do choque de juros e do represamento do câmbio. Essas medidas facilitaram o aumento do endividamento interno e externo, gerando graves desequilíbrios no balanço de pagamentos.

O ancoramento do Real no câmbio represado produziu um déficit externo de cerca de US\$ 35 bilhões, ou 4% do PIB. Esse déficit é o resultado final da balança comercial (exportações menos importações), da balança de serviços (historicamente deficitária, dado o excesso de pagamento de juros) e da conta de capital, todas inseridas no balanço de pagamentos.

Sobre nosso endividamento externo é preciso ressaltar que ele é estrutural. Como já foi dito, o país sempre se aproveitou dos momentos de considerável liquidez internacional para crescer. O resultado dessa política de captação de recursos alheios mostra que nossa dívida externa saltou no período de vigência do Plano Real, segundo dados do Banco Central, de US\$ 149 bilhões em 1994 para US\$ 230 bilhões em 1998, valor, portanto, anterior à má-valorização, o que equivale a 54% de aumento real. Em termos de participação no conjunto da riqueza gerada no país, a dívida externa representava em dezembro de 1998 a cerca de 26% do PIB.

As implicações políticas desses números são claras: o país vai perdendo autonomia política e aumentando sua vulnerabilidade diante das crises externas. A redução da capacidade do país de se autogovernar deve servir de alerta para que a sociedade como um todo participe de maneira mais direta dos rumos da crise, se empenhando no controle social da vulnerabilidade externa e na defesa da soberania. É necessário que haja um entendimento nacional de que a crise não é meramente econômica e que, portanto, não cabe somente aos especialistas entrar no debate de sua superação.

Tem sido prática comum no Brasil, em termos históricos, o vício do endividamento e a capitulação do comando da economia aos organismos internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, que, por sua vez são geridos pelos interesses da política norte-americana. Esse círculo de aprisionamento há tempos merece uma ruptura, entendendo que qualquer nação tem recursos humanos e materiais para promover um desenvolvimento interno com mais autonomia e coragem.

Velhos instrumentos tradicionais de política econômica: recessão e desemprego

Alguns instrumentos tradicionais de política econômica têm sido utilizados historicamente no Brasil pelas autoridades governamentais: congelamento de preços e salários (leia-se política de rendas), aumento de impostos (leia-se política fiscal) e aumento na taxa de juros (leia-se política monetária).

O primeiro deles já foi abandonado há alguns anos e parece que não deixou saudades, pois que penalizava mais os salários dos trabalhadores. O segundo continua sendo adotado, inclusive recentemente, como uma maneira fácil, simplista e injusta de aumentar a arrecadação e tentar reduzir o déficit público nominal (receitas menos despesas mais juros) e obter superávit primário (receita menos despesas). Já o terceiro, qual seja a taxa de juros, trata-se do instrumento mais convencional e insistentemente utilizado pelas elites, penalizando o sistema produtivo, favorecendo criminosamente o mercado especulativo e gerando recessão.

Já foi mais do que provado que a eficácia da política de juros elevados é muito limitada. Esse tipo de instrumento é usado geralmente para conter movimentos ascendentes de preços, uma vez que reduz a oferta de dinheiro em circulação, e também para atrair o fluxo de capitais estrangeiros, através de uma suculenta remuneração de curto prazo. A estratégia de estabilização do último quinquênio se apoiou em dois vetores básicos, quais sejam, uma política monetária restritiva e importações favorecidas, transformando-as nas molas propulsoras do combate à inflação. As conseqüências foram claras e drásticas: explosão da dívida interna e sério desequilíbrio no balanço de pagamentos. Dois vetores que, lançados sem controle no espaço, geraram dois buracos negros.

A política de juros altos provocou uma redução nos investimentos produtivos e uma hipertrofia nos investimentos sociais (também chamados improdutivos, por não serem tecnicamente econômicos). Além disso, fez saltar a dívida interna da casa de US\$ 63 bilhões em 1994 para o exorbitante montante de US\$ 340 bilhões em 1998, ou algo próximo a 40% do PIB. Esse crescimento real da dívida correspondeu a 439% somente na vigência do Plano Real.

Aliado a isso, a dilapidação do patrimônio público e a desnacionalização da economia brasileira caminham a passos largos: de um lado, nossas empresas estão sendo privatizadas de maneira profundamente questionável, de outro, a presença estrangeira nas empresas brasileiras duplicou de 1994 para 1998, enquanto que as remessas de lucros para o exterior mais do que dobraram nesse mesmo período. Indústria, comércio, finanças, serviços - não há setor da economia brasileira em que não haja presença importante de interesses estrangeiros. É uma economia que vem sendo internacionalizada de modo desigual e perverso, apresentando uma contradição entre o modesto nível de desenvolvimento do parque produtivo e os padrões elevados de consumo das classes afluentes.

Os juros elevados e a abertura desenfreada às importações contiveram os preços relativos internos. Entretanto, geraram, de um lado, um desemprego generalizado no ano de 1998, de cerca de 9% da população economicamente ativa, segundo o IBGE, e de 18%, em média, dessa mesma população, segundo o DIEESE/SEADE. De outro lado, penalizaram os setores industriais exportadores, tradicionalmente geradores de emprego e de divisas. Em conseqüência da queda das exportações, o país vem apresentando sucessivos déficits comerciais desde 1995 (US\$ 6,4 bilhões em 1998).

Ao propugnar um equilíbrio macroeconômico que prima pela desaceleração no crescimento da economia, o Governo cria desemprego de várias maneiras: pelas altas taxas de juros, pela reforma patrimonial do Estado, pela desmedida abertura externa e pela própria ausência de uma política nacional de emprego. Quanto a essa última, fez-se primordial a retomada do diálogo democrático com as entidades representativas da classe trabalhadora. Afinal, a democracia se constrói no debate de propostas.

Se não bastasse o desemprego estrutural, resultante dos desequilíbrios econômicos históricos, tais como a forte concentração da renda, a ausência de reforma agrária, as desigualdades regionais, o sucateamento da educação pública, o país convive com outros dois tipos de desemprego: o de caráter conjuntural, ou corrente, resultante de desestabilizações macroeconômicas, como as que estamos vivendo através do choque de juros e, mais recentemente, do choque liberalizante do câmbio, e o de caráter tecnológico, ditado pela reestruturação produtiva por que passa o mundo globalizante e que engendrou um novo padrão de concorrência intercapitalista.

Âncora Cambial: crônica de uma morte anunciada

Não era preciso ser especialista em matéria cambial para se concluir que o represamento do dólar e a conseqüente valorização artificial do real estavam há tempos com os dias contados. O real, portanto, chegou ao fim em sua marca registrada de quatro anos e meio: a âncora cambial. Trata-se da crônica de uma morte anunciada, mas que poderia ter sido menos traumática.

O dólar, que desde 1995 vinha deslizando num ritmo suave de valorização de 0,6% ao mês, passou a ser determinado pelo próprio mercado e chegou a níveis muito além do que expressava a defasagem cambial. Essa experiência de liberalização cambial é inédita na história do Brasil.

Historicamente, a política cambial no Brasil sempre foi administrada e as intervenções do Governo no mercado de moeda estrangeira eram freqüentes. Essas intervenções tinham por objetivo corrigir o diferencial entre a inflação interna e externa para, dessa forma, manter competitivos os preços da nossa pauta de exportações.

Nesse sentido, maxidesvalorizações (taxas elevadas) abruptas, como a que ocorreu recentemente, não eram regras. Adotou-se tanto as minidesvalorizações (taxas pequenas) como as mididesvalorizações (taxas maiores), a depender das taxas de inflação externas e da situação da balança de pagamentos. Isso vale dizer que os desequilíbrios externos eram enfrentados pela manipulação do câmbio, sempre se buscando superávits comerciais.

Todavia, o Plano Real alterou totalmente essa rotina cambial histórica de beneficiar as exportações e alcançar superávits comerciais. A política econômica caminhou no sentido inverso, ou seja, favoreceu as importações através da valorização artificial da moeda nacional. O objetivo expresso dessa nova política era derrubar a inflação através da internalização de preços internacionais, de modo a aumentar a concorrência.

Já o medo da inflação voltar levou o Governo a se apegar à âncora cambial de uma maneira muito temerária. Em conseqüência, levou o país a um elevadíssimo grau de endividamento e dependência externos e às mais altas taxas de desemprego dos últimos decênios. Ora, sabe-se que moeda forte só existe em economia forte. Não é o nosso caso.

O desequilíbrio das contas externas apontava claramente para o nó cambial. A defasagem cambial, segundo especialistas do mercado, se situava no intervalo de 18% a 40%. O mercado, portanto, ajustou o câmbio, em determinados momentos, acima do limite superior. Entretanto, se pegarmos a taxa de inflação acumulada de julho de 1994 a dezembro de 1998, que foi, segundo o INPC/IBGE, de 71,72%, pode-se concluir que o câmbio foi ajustado mais ou menos em conformidade com a inflação interna, só que de maneira brusca.

Para tentar frear a perda de reservas (que no auge da crise cambial já se encontravam inferiores a US\$ 30 bilhões, com uma perda de cerca de R\$ 10 bilhões apenas no mês de janeiro/99), o Governo adotou o câmbio flutuante e passou a intervir (leia-se vendendo dólares) apenas para evitar desvalorizações ainda maiores. Como o crédito internacional vinha secando desde as crises asiática e russa, era sensato que o ajuste cambial fosse feito anteriormente e de maneira menos abrupta da que impôs o mercado.

Incertezas e opções do futuro: a sombra do dragão

Historicamente, também é comum no Brasil que as desvalorizações cambiais sejam sucedidas por reajustes nos preços internos, o que lamentavelmente decretaria o fim do real e o retorno à síndrome inflacionária. Muito há de psicológico nesse processo relacional dólar versus preços internos. Entretanto, dado que o nível de endividamento das empresas cresceu com a maxidesvalorização, é quase inevitável que alguns setores industriais repassem aos preços o novo custo financeiro. Frango não fala inglês, mas a ração pode ser importada. A sombra do dragão da inflação já é visível, mas o seu impacto pode ser minimizado por uma reforma fiscal e tributária mais abrangente.

O Governo recuou em arrefecer a taxa de juros e, diante da explosão da demanda por dólares, voltou a elevá-las exatamente para frear o consumo e tentar impedir que os reajustes de preços sejam muito fortes. No entanto, sabe-se que a manutenção dessa política monetária restritiva aumenta os estragos na dívida pública e aprofunda a recessão com todos os males sociais que ela causa.

Quando e até que ponto o dragão da inflação pode cuspir fogo vai depender da retomada da credibilidade da nossa moeda, da vontade política do Governo para realizar verdadeiras mudanças estruturais (tais como a renegociação do perfil das dívidas interna e externa e a sonhada reforma tributária) e da acomodação do dólar em patamares razoáveis (algo como R\$ 1,75 por dólar, que já recomporia devidamente a defasagem cambial em relação à inflação interna e visando aumentar as exportações).

Entretanto, o que se vem assistindo é o governo prefixar a nova taxa de inflação anual num intervalo entre 10 e 20%, a mando do FMI. Com esse intervalo, o mercado deve trabalhar com uma taxa de no mínimo 20%, já que o limite superior é o que sempre vale para os especuladores de preços.

Muitos já falam que a economia brasileira está fadada à moratória, dado o total descontrole sobre o endividamento externo e interno e das taxas de juros que nenhum alívio trazem aos devedores. A estratégia do Fundo Monetário Internacional parece ser a de prolongar a recessão, impor taxas de inflação e, lá na frente, impor também a dolarização da economia com sérias conseqüências no plano da soberania nacional.

Diante desse quadro, o atual ajuste fiscal que vem sendo aprovado pelo Congresso Nacional, principalmente no seu impacto negativo de redução das rendas de ativos e inativos, além de injusto, é totalmente insuficiente para fazer frente ao não crescimento e para recuperar a estabilidade econômica. O tipo de ajuste imposto apenas beneficia os interesses da cúpula financeira internacional, além do que aumenta ainda mais a nossa excessiva carga tributária (que já se encontra acima dos 30% do PIB).

Com a maxidesvalorização cambial é preciso aguardar, no médio prazo, a retomada das exportações em níveis capazes de reverter os sucessivos déficits comerciais verificados nos últimos quatro anos. É preciso também, e de maneira urgente, que o Governo discipline a saída de capitais e que intervenha no mercado de moeda estrangeira para combater os ataques especulativos ao real. Com a palavra, a equipe econômica. Vamos aguardar!!!!

Publicado na Revista de Seguridade social da ANFIP nº 60, janeiro/fevereiro de 1999.

Análise da Seguridade Social e da Previdência em 1998 (março de 1999)

Balanço sintético da Seguridade Social

No sentido de analisar o comportamento das contas da Seguridade Social, elaborou-se o Quadro 1, que contém as receitas e despesas consolidadas dos anos de 1997 e 1998.

Os dados foram levantados a partir do Fluxo de Caixa do INSS, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria da Receita Federal.

1 - Comportamento das Receitas

As receitas da Seguridade Social são, na presente análise, compreendidas pela *Arrecadação bancária previdenciária*, pela *Contribuição para o financiamento da Seguridade (COFINS)*, pela *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)* e pela *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)*.

Analisando especificamente cada uma dessas receitas, podemos observar que a *arrecadação bancária (inclui Simples e Outras Receitas)* cresceu 5,37% em 1998 em relação a 1997, totalizando R\$ 50,666 bilhões. Quanto à *COFINS*, verificou-se uma queda de 1,95% no mesmo período, totalizando em 1998 R\$ 18,745 bilhões. A perspectiva é de crescimento na arrecadação dessa rubrica em 1999, dada a aprovação do aumento em sua alíquota, de 2,0% para 3,0%.

Já em relação à *Contribuição sobre o Lucro*, essa rubrica praticamente se manteve constante em 1998 em relação a 1997, totalizando R\$ 7,703 bilhões. Por fim, temos que a *CPMF* apresentou um crescimento significativo de 17,50%, saltando de R\$ 6,909 bilhões em 1997 para R\$ 8,118 bilhões em 1998 e com previsão ainda maior de crescimento em 1999, devido também ao aumento da alíquota incidente, que passou de 0,25% para 0,38%.

Concluindo, a receita total bruta da Seguridade Social cresceu 3,69% em 1998, quando totalizou R\$ 84,707 bilhões.

Quanto à receita total líquida, excluídas as *Transferências a Terceiros*, cresceu 4,28%, totalizando R\$ 81,207 bilhões dessa última. Esse aumento na receita líquida da Seguridade Social foi resultante, principalmente, da queda na rubrica *Transferências a Terceiros*, de 8,42%, nos anos considerados.

2 - Comportamento das Despesas

As despesas da Seguridade Social estão aqui compreendidas como os gastos com *Benefícios da Previdência Social (benefícios previdenciários e assistenciais)*, *Outras Despesas Previdenciárias* (tais como Pessoal e Administração) e os gastos com *Saúde*.

Analisando especificamente cada uma dessas despesas, podemos observar que os *Benefícios Previdenciários e Assistenciais* cresceram 15,26% em 1998 em relação a 1997, totalizando R\$ 56,021 bilhões. Quanto às *Outras Despesas Previdenciárias*, essas aumentaram pouco, 0,47%, totalizando em 1998 R\$ 3,667 bilhões. Com relação aos gastos com *Saúde*, o valor de 1998 é uma estimativa muito próxima da realidade, a partir de valores orçamentários. Diante disso, esses gastos cresceram 3,70%, totalizando R\$ 19,500 bilhões em 1998.

Concluindo, as despesas totais da Seguridade Social apresentaram um crescimento de 11,44%, saltando de R\$ 71,057 bilhões em 1997 para R\$ 79,188 bilhões em 1998.

3 - Resultado Financeiro das Contas

De posse da receita líquida total, que foi de R\$ 81,732 bilhões, e da despesa total, que foi de R\$ 79,188 bilhões, pode-se chegar a um balanço financeiro da Seguridade Social com um saldo positivo de caráter de R\$ 2,544 bilhões, conforme Quadro 1.

A presente análise demonstra que a Seguridade Social estaria com folga de caixa se suas receitas fossem devidamente direcionadas para a cobertura de suas despesas.

QUADRO 1
RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 1998

(EM R\$ BILHÕES CORRENTES)

RECEITAS	1998
ARRECADAÇÃO BANCÁRIA(1)	50,666
COFINS	18,745
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	7,703
SUBTOTAL 1	77,114
(+) CPMF	8,118
SUBTOTAL 2	85,232
(-) TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	3,500
TOTAL DAS RECEITAS	81,732
DESPESAS	VALORES
BENEFÍCIOS(2)	56,021
OUTRAS DESPESAS PREVID.(3)	3,667
SAÚDE(4)	19,500
TOTAL DAS DESPESAS	79,188
SALDO FINAL	2,544

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS,
 Secretaria do Tesouro Nacional
 e Secretaria da Receita Nacional

(1) inclui arrecadação/simples e outras receitas

(2) Inclui os previdenciários e os assistenciais

(3) Inclui custeio administrativo e de pessoal

(4) Os gastos com Saúde em 1998 estão estimados, a partir de valores orçamentários

Fluxo de caixa do INSS

1 - Arrecadação cresce 4,52% em 1998

Analisando o comportamento do Fluxo de Caixa do INSS (Quadros 2-a e 2-b), com dados consolidados do ano de 1998, e sua principal fonte de receita da Previdência Social, qual seja a **Arrecadação Bancária (incluindo o Simples)**, observou-se que houve um incremento nominal de 4,52% e real de 0,71%. Em termos monetários, houve um acréscimo nominal de R\$ 2,171 bilhões para os cofres do INSS, ou seja, passou de R\$ 47,970 bilhões em 1997 para R\$ 50,141 bilhões em 1998.

Quanto ao desempenho da **Receita Total**, onde são incluídas as *aplicações financeiras, as transferências do Tesouro e outras receitas*, verificou-se no ano de 1998 um incremento nominal de 4,42% e um incremento real de 0,89% no total dos recebimentos em comparação ao ano de 1997. Em termos monetários, essa receita subiu de R\$ 58,416 bilhões para R\$ 60,997 bilhões, ou seja, um acréscimo de R\$ 2,581 bilhões.

Com relação aos **Repasses da União**, em seu conjunto, advindos do Orçamento da Seguridade Social, excluídos desse montante os Encargos Previdenciários da União (EPU) e a Contribuição sobre Plano de Seguridade Social, observou-se que eles aumentaram de R\$ 3,907 bilhões em 1997 para R\$ 9,370 bilhões em 1998. Apesar desse aumento significativo, derivado basicamente da performance no repasse das rubricas *Contribuição sobre o Lucro Líquido, Concurso de Prognósticos e Fundo de Estabilização Fiscal*, ele ainda é totalmente insuficiente para fazer frente à expansão dos gastos com benefícios, *principalmente os assistenciais e rurais* que dependem desses repasses.

Já o **desempenho da Arrecadação/Simples**, em particular, foi muito promissor, uma vez que teve um crescimento tanto nominal quanto real bastante significativo, ou seja, 106,67% e 99,00%, respectivamente. Isso, em termos monetários, significou que essa arrecadação mais do que dobrou, ou seja, saltando de R\$ 936 milhões em 1997 para R\$ 1,935 bilhão em 1998 (ou R\$ 1,0 Bilhão a mais).

Analisando o Fluxo de Caixa sob a ótica da **Despesa Total**, observamos um crescimento nominal de 12,67%, e de 8,75%, em termos reais, no total dos pagamentos do INSS. Isso em valores monetários significou um aumento de R\$ 56,081 bilhões em 1997 para R\$ 63,188 bilhões em 1998. Se analisarmos especificamente o comportamento da principal rubrica de despesa, qual seja a de **Benefícios**, verificamos um aumento nominal de 15,26% e real de 11,27%, em 1998 em relação a 1997, ou seja, pulou de R\$ 48,603 bilhões para R\$ 56,021 bilhões.

O diagnóstico permanece o mesmo, ou seja, apesar do esforço arrecadador dos fiscais de contribuições previdenciárias e seu conjunto de servidores, a folha de salários não cobre a despesa com *benefícios previdenciários e assistenciais*, fato que deveria ocorrer com os recursos da Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido, contemplados na Constituição.

QUADRO 2-a
FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - INSS - 1998

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	NO ANO
1 - SALDO INICIAL	2.667.693	2.029.516	1.683.182	1.109.298	688.319	622.590	253.575	155.608	104.784	75.621	150.284	37.994	2.667.693
2 - TOTAL RECEBIMENTOS (A+B)	4.211.651	4.243.647	4.160.484	4.375.817	4.441.657	4.351.798	4.364.516	5.675.338	4.670.522	5.726.192	5.585.661	9.190.178	60.997.461
Arrecadação Bancária	3.750.724	3.713.864	3.754.099	3.734.495	3.726.111	3.780.053	3.850.242	3.830.730	3.794.453	3.975.285	3.688.683	6.607.590	48.206.329
Remuneração s/ Arrecadação Bancária	1.192	794	703	535	908	219	233	357	306	628	459	571	6.905
Rendimento Aplicações Financeiras	24.886	38.697	24.601	51.962	33.938	45.417	17.670	5.569	5.289	4.784	7.719	5.893	266.425
Resgate de Títulos e Bonificações	0	0	0	0	0	0	2.488	7	5	0	0	16	2.516
Outros	154.613	28.166	61.809	26.671	33.201	51.449	21.276	15.694	49.064	23.733	20.143	39.336	525.155
Antecipação de Receita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.356.206	1.320.804	-2.677.010	0
SUB-TOTAL A	3.931.415	3.781.521	3.841.212	3.813.663	3.794.158	3.877.138	3.891.909	3.852.357	3.849.117	5.360.636	5.037.808	3.976.396	49.007.330
Arrecadação / SIMPLES	0	127.726	90.617	163.652	142.499	179.380	102.287	100.881	112.125	117.905	106.640	691.090	1.934.802
Recursos Ordinários	0	0	24.960	24.960	24.960	27.520	27.520	20.760	24.960	15.294	101.069	1.050.851	1.342.854
Cota de Previdência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS	27.000	7.500	3.560	1.801	0	0	0	0	0	50.000	-27.843	411.648	473.666
COFINS/LOAS	0	50.000	0	148.826	276.000	0	133.496	0	0	0	105.948	0	714.270
Contribuição Plano Seguridade Social	0	0	7.800	7.800	7.800	8.600	11.702	7.800	7.800	0	0	74.923	134.225
Fundo de Estabilização Fiscal	0	26.000	40.383	57.280	109.700	179.919	118.425	131.026	157.520	182.351	188.008	105.384	1.295.996
Fundo de Estabilização Fiscal / EPU	0	0	105.232	88.297	40.020	50.001	40.295	38.894	0	0	53.966	121.331	538.036
Contribuição Social Sobre o Lucro	253.236	250.900	46.720	69.538	46.520	29.240	38.882	1.523.620	519.000	6	75	1.285.185	4.062.922
Concurso Prognóstico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.480.370	1.480.370
SUB-TOTAL B	280.236	462.126	319.272	562.154	647.499	474.660	472.607	1.822.981	821.405	365.556	527.863	5.220.782	11.977.141
3 - TOTAL DE PAGAMENTOS	4.849.828	4.589.981	4.734.368	4.796.796	4.507.386	4.720.813	4.462.483	5.726.162	4.699.685	5.651.529	5.677.951	8.771.262	63.188.244
Benefícios	4.516.005	4.025.987	4.061.757	4.117.332	4.128.479	4.097.048	3.724.623	5.287.128	4.095.328	4.878.187	4.941.552	8.147.923	56.021.349
Transferência a Terceiros	54.046	284.351	281.603	395.759	93.801	269.653	440.342	110.426	288.083	438.864	402.658	440.574	3.500.160
Outros	279.777	279.643	391.008	283.705	285.106	354.112	297.518	328.608	316.274	334.478	333.741	182.758	3.666.728
4 - SALDO CONTA ÚNICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - SALDO CONTA MOVIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - SALDO NOMINAL (1+2-3)	2.029.516	1.683.182	1.109.298	688.319	622.590	253.575	155.608	104.784	75.621	150.284	37.994	464.910	464.910
7 - SALDO OPERACIONAL (2-3)	-638.177	-346.334	-573.884	-420.979	-65.729	-369.015	-97.967	-50.824	-29.163	74.663	-112.290	426.916	-2.202.783

QUADRO 2-b - FLUXO DE CAIXA - DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS – 1998

(R\$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	NO ANO
TOTAL DE PAGAMENTOS (A+B+C)	4.849.828	4.589.981	4.734.368	4.796.796	4.507.386	4.720.813	4.462.483	5.726.162	4.699.685	5.651.529	5.677.951	8.771.262	63.188.244
A - BENEFÍCIOS	4.516.005	4.025.987	4.061.757	4.117.332	4.128.479	4.097.048	3.724.623	5.287.128	4.095.328	4.878.187	4.941.562	8.147.923	56.021.359
B - OUTROS	279.777	279.643	391.008	283.705	285.106	354.112	297.518	328.608	316.274	334.478	333.741	182.768	3.666.738
PESSOAL	186.753	162.434	243.715	152.955	157.070	223.993	154.908	174.468	168.648	206.987	257.378	84.854	2.174.163
a - Ativos	84.017	71.728	103.465	65.346	64.842	86.170	63.131	70.485	69.123	75.988	102.745	49.203	906.243
b - Inativo	102.736	90.706	140.250	87.609	92.228	137.823	91.777	103.983	99.525	102.538	153.579	35.433	1.238.187
c - IRRF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.889	439	218	16.546
d - Contribuição Pl. Seg. Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.572	645	0	13.217
ADMINISTRAÇÃO	93.024	117.209	147.293	130.750	128.036	130.119	142.610	154.140	147.626	127.491	76.363	97.914	1.492.575
Amortização e Encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração e Patrimônio	1.655	1.953	3.244	1.698	1.831	1.311	861	1.356	1.568	1.268	870	2.181	16.745
Material	3.908	2.332	4.180	6.924	5.507	3.181	2.391	2.020	2.405	30.551	1.572	1.355	66.326
Remuneração Bancária	745	30.712	39.093	37.130	34.235	35.890	35.397	59.240	47.647	42.652	0	60	362.801
Serviços de Terceiros	46.112	54.403	39.722	35.084	36.602	34.446	39.604	35.814	40.758	24.995	33.099	64.608	485.247
DATAPREV	21.041	5.035	28.071	31.703	24.224	31.189	32.430	29.122	28.916	793	9.508	7.904	249.936
ECT	3.356	1.310	4.928	1.366	1.414	618	1.828	2.802	1.447	45	1.406	1.829	22.349
GEAP	12.264	12.530	18.458	7.000	13.969	11.218	18.373	10.357	12.691	14.145	13.696	3.008	147.709
FUNDACENTRO	819	4.000	4.000	3.518	3.950	4.000	3.950	4.000	4.200	4.050	7.950	3.990	48.427
PASEP	1.019	951	684	453	623	559	0	206	221	168	193	213	5.290
Diversos	2.105	3.983	4.913	5.874	5.681	7.707	7.776	9.223	7.773	8.824	8.059	12.766	84.684
C - TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	54.046	284.351	281.603	395.759	93.801	269.653	440.342	110.426	288.083	438.864	402.658	440.571	3.500.157
FNDE-Salário Educação	14.982	94.990	93.168	61.525	61.366	78.580	82.465	77.649	88.262	83.483	185.964	136.698	1.059.132
INCRA	2.650	18.814	18.832	16.864	18.008	18.092	18.329	18.688	19.107	18.625	35.706	28.682	232.397
DPC / FEDP Marítimo	623	1.737	1.641	1.447	1.351	1.351	1.496	1.544	1.611	1.592	3.136	2.481	20.010
SEFA-Fundo Aeroviário	1.640	2.412	2.316	2.702	2.751	2.799	2.847	2.894	2.943	2.413	5.259	4.294	35.270
SDR-MAARA	635	3.281	3.184	3.282	3.087	3.136	3.281	3.282	3.377	3.329	6.273	5.018	41.165
SENAI	2.682	18.141	18.049	33.478	0	17.747	35.912	0	18.238	35.901	17.611	27.953	225.712
SESI	2.894	22.676	22.582	42.331	0	23.147	47.475	0	23.643	46.227	23.015	36.058	290.048
SENAC	3.710	22.562	22.486	46.969	0	23.337	47.564	0	24.366	48.057	23.932	38.048	301.031
SESC	7.814	44.748	44.681	90.419	0	46.488	94.728	0	49.022	94.764	46.996	75.547	595.207
SEBRAE	6.457	42.834	42.794	84.063	0	43.395	88.189	0	45.162	86.906	43.425	69.357	552.582
SENAR	690	3.180	3.088	3.983	0	2.898	7.205	0	3.377	6.369	2.992	3.235	37.017
SEST	5.491	5.405	5.308	5.172	4.343	5.210	6.491	3.860	5.404	6.653	5.018	7.911	66.266
SENAT	3.778	3.571	3.474	3.524	2.895	3.473	4.360	2.509	3.571	4.545	3.329	5.289	44.318

Análise dos repasses da União

1 - Estoque da dívida do Tesouro para com a Previdência Social cai em 1998, mas ainda permanece muito alto.

Analisando o Orçamento da Previdência Social, e suas principais fontes de financiamento, aprovado para 1998 (Quadro 3), teríamos, em valores nominais, um repasse total da União de R\$ 7,249 bilhões da rubrica Cofins e R\$ 2,165 bilhões da rubrica Contribuição sobre o Lucro Líquido. Esses repasses, somados ao montante previsto da folha de salários de R\$ 48,130 bilhões, totalizaram R\$ 57,545 bilhões, conforme publicação no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1997.

Quanto ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), apresentado e analisado em separado, o Governo orçou seu repasse em R\$ 2,429 bilhões, tem-se essa rubrica como mera figura contábil, uma vez que são retidos 20% de toda a receita tributária arrecadada para repasse onde for necessário.

Todavia, **entre os valores orçados, arrecadados e aqueles repassados para o Fluxo de Caixa do INSS existem grandes diferenças**, como veremos a seguir. Essas diferenças são enormes e acabam por manter elevado o estoque da dívida do Tesouro para com a Previdência Social.

Conforme o Orçamento da Previdência Social, o Tesouro deveria repassar para o INSS, referente à rubrica Cofins, o valor de R\$ 604,13 milhões mensais, totalizando R\$ 7,249 bilhões em 1998 (Quadro 4). Já com relação à rubrica Contribuição sobre o Lucro Líquido o valor repassado deveria ser de R\$ 180,45 milhões mensais ou o equivalente a R\$ 2,165 bilhões no mesmo ano. Quanto ao FEF, orçado em R\$ 2,429 bilhões para 1998, o que equivale a R\$ 202,42 milhões mensais (Quadro 5).

Conforme a Secretaria da Receita Federal, a União arrecadou da rubrica Cofins no ano de 1998, R\$ 18,745 bilhões, o que dá uma diferença a mais de R\$ 11,700 bilhões em relação ao valor do orçamento. Da rubrica contribuição sobre o Lucro Líquido a União arrecadou no mesmo período R\$ 7,703 bilhões, o que novamente dá uma diferença a mais de R\$ 5,538 bilhões em relação ao que foi orçado e aprovado (Quadro 4).

Analisando o Fluxo de Caixa do INSS, no tocante a essas rubricas analisadas, observamos valores muito abaixo tanto do que determina o orçamento, quanto do que foi efetivamente arrecadado. Foram repassados para os cofres do INSS no ano de 1998 apenas R\$ 473,67 milhões a título da Cofins, resultando, portanto, numa diferença de R\$ 6,775 bilhões em relação ao que foi orçado e de R\$ 18,271 bilhões em relação ao que foi arrecadado daquela rubrica. Com relação à rubrica Contribuição sobre o Lucro Líquido ocorreu um fato inédito. O Tesouro repassou R\$ 4,064 bilhões dessa rubrica, ou seja, acima do que deveria em relação ao orçamento. Mas em relação ao que foi arrecadado, há uma sobra de R\$ 3,639 bilhões (Quadro 4).

Quanto à rubrica FEF (excluído FEF/EPU), foi repassado apenas R\$ 1,296 bilhão para o INSS de um total orçado de R\$ 2,429 bilhões, com uma diferença a receber de R\$ 1,133 bilhão (Quadro 5).

Assim, **do total orçado que o Tesouro deveria repassar**, referentes às rubricas Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e FEF, que são, respectivamente, R\$ 7,249 bilhões, R\$ 2,165 bilhões e R\$ 2,429 bilhões, totalizando R\$ 11,844 bilhões, foi consolidado no Fluxo de Caixa apenas R\$ 5,834 bilhões. Esse valor é resultante da soma de R\$ 473,67 milhões da Cofins, R\$ 4,064 bilhões do Lucro Líquido e de R\$ 1,296 bilhão do FEF. Diante disso, o INSS tem um saldo a receber de R\$ 6,01 bilhões em 1998 (Quadro 4 e 5). **Saliente-se, contudo, que o repasse de receita sobre o Concurso de Prognóstico foi bastante significativa, alcançando um valor de R\$ 1,480 bilhão em 1998.**

Por outro lado, a execução da despesa da Seguridade Social apresentada pelo Tesouro Nacional, referentes às mesmas rubricas Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e FEF no mesmo ano de 1998 (Quadros 6 e 7), mostra que os gastos do **Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)** foram de R\$ 11,353 bilhões da Cofins, R\$ 4,529 bilhões da Contribuição sobre o Lucro Líquido e R\$ 4,532 bilhões do FEF, o que totaliza R\$ 20,414 bilhões. Esse total é diferente (a maior), portanto, do consolidado no Fluxo de Caixa do INSS que foi, como vimos no parágrafo anterior, de R\$ 5,834 bilhões.

Já em relação ao **Ministério da Saúde**, os gastos monetários respectivos são R\$ 4,535 bilhões de Cofins, R\$ 1,396 bilhão da Contribuição sobre o Lucro Líquido e R\$ 2,327 bilhões do FEF, totalizando R\$ 8,258 bilhões.

No total geral de Cofins + Lucro, foram gastos nos dois ministérios acima, e que são denominados de áreas fins, R\$ 15,888 bilhões, ou seja, apenas 60 % do valor arrecadado que foi de R\$

26,449 bilhões, conforme Quadro 5. Há, portanto uma diferença a menor de R\$ 10,561 bilhões dessas duas rubricas.

QUADRO 3

ORÇAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 1998

(EM R\$ MILHÕES)

ÓRGÃO	TOTAL
MPAS	57.544,84
FOLHA DE SALÁRIOS	48.129,80
COFINS	7.249,58
CONTRIBUIÇÃO S/ LUCRO LÍQUIDO	2.165,46
FEF	2.429,10

Fonte: Orçamento Geral da União - Diário Oficial de 31 de dezembro de 1997

QUADRO 4

COFINS E LUCRO - ORÇADO, ARRECADADO E REPASSADO(1) JANEIRO A DEZEMBRO DE 1998

(EM R\$ MILHÕES)

MESES	COFINS(2)			LUCRO			TOTAL		
	ORÇADO	ARRECAD.	REPASSADO	ORÇADO	ARRECAD.	REPASSADO	ORÇADO	ARRECAD.	REPASSADO
JANEIRO	604,13	1.615,30	27,00	180,45	715,30	253,24	784,58	2.330,60	280,24
FEVEREIRO	604,13	1.437,50	57,50	180,45	702,40	250,90	784,58	2.139,90	308,40
MARÇO	604,13	1.403,70	3,56	180,45	998,70	46,72	784,58	2.402,40	50,28
ABRIL	604,13	1.548,10	150,63	180,45	581,30	69,54	784,58	2.129,40	220,17
MAIO	604,13	1.586,90	276,00	180,45	383,90	46,52	784,58	1.970,80	322,52
JUNHO	604,13	1.569,70	0,00	180,45	428,50	29,24	784,58	1.998,20	29,24
JULHO	604,13	1.539,20	133,50	180,45	583,60	38,88	784,58	2.122,80	172,38
AGOSTO	604,13	1.782,00	0,00	180,45	945,50	1.523,62	784,58	2.727,50	1.523,62
SETEMBRO	604,13	1.556,90	0,00	180,45	416,60	519,00	784,58	1.973,50	519,00
OUTUBRO	604,13	1.571,80	50,00	180,45	604,60	0,06	784,58	2.176,40	50,06
NOVEMBRO	604,13	1.549,00	78,11	180,45	415,20	0,75	784,58	1.964,20	78,86
DEZEMBRO	604,13	1.585,20	411,65	180,45	927,90	1.285,18	784,58	2.513,10	1.696,83
TOTAL	7.249,56	18.745,30	1187,95	2.165,40	7.703,50	4.063,65	9.414,96	26.448,80	5.251,60

Fonte: Orçamento Geral da União-DOU de 31 de dezembro de 1997, Secretaria da Receita Federal e Fluxo de Caixa do INSS

(1) Os valores orçados são os aprovados para a Seguridade Social; os valores arrecadados são os que efetivamente entraram nos cofres da União; os valores executados são os que foram repassados para o INSS.

Nota: os valores estão expressos em termos nominais.

(2) Inclui Cofins/LOAS

QUADRO 5

TOTAL (COFINS + LUCRO) E SALDO ORÇADO, ARRECADADO E REPASSADO(1) JANEIRO A DEZEMBRO DE 1998

(EM R\$ MILHÕES)

MESES	TOTAL (COFINS + LUCRO)			SALDO A RECEBER(2)	
	ORÇADO	ARRECADADO	REPASSADO	EM RELAÇÃO AO ORÇADO	EM RELAÇÃO AO ARRECADADO
JANEIRO	784,58	2.330,60	280,24	504,34	2.050,36
FEVEREIRO	784,58	2.139,90	308,40	476,18	1.831,50
MARÇO	784,58	2.402,40	50,28	734,30	2.352,12
ABRIL	784,58	2.129,40	220,17	564,41	1.909,23
MAIO	784,58	1.970,80	322,52	462,06	1.648,28
JUNHO	784,58	1.998,20	29,24	755,34	1.968,96
JULHO	784,58	2.122,80	172,38	612,20	1.950,42
AGOSTO	784,58	2.727,50	1.523,62	-739,04	1.203,88
SETEMBRO	784,58	1.973,50	519,00	265,58	1.454,50
OUTUBRO	784,58	2.176,40	50,06	734,52	2.126,34
NOVEMBRO	784,58	1.964,20	78,86	705,72	1.885,34
DEZEMBRO	784,58	2.513,10	1.696,83	-912,25	816,27
TOTAL	9.414,96	26.448,80	5.251,60	4.163,36	21.197,20

Fonte: Orçamento Geral da União-DOU de 31 de dezembro de 1997, Secretaria da Receita Federal e Fluxo de Caixa do INSS.

(1) Os valores orçados são os aprovados para a Seguridade Social; os valores arrecadados são os que efetivamente entraram nos cofres da União; os valores repassados são os foram para o INSS.

(2) diferenças em relação ao que foi pago para o INSS.

Nota: Os valores estão expressos em termos nominais.

Os valores da Cofins inclui a LOAS.

(EM R\$ MILHÕES)

MESES	FEF(1)		SALDO A RECEBER
	ORÇADO	REPASSADO	
JANEIRO	202,42	0,00	202,42
FEVEREIRO	202,42	26,00	176,42
MARÇO	202,42	40,38	162,04
ABRIL	202,42	57,28	145,14
MAIO	202,42	109,70	92,72
JUNHO	202,42	179,92	22,50
JULHO	202,42	118,43	83,99
AGOSTO	202,42	131,03	71,39
SETEMBRO	202,42	157,52	44,90
OUTUBRO	202,42	182,35	20,07
NOVEMBRO	202,42	188,01	14,41
DEZEMBRO	202,42	105,38	97,04
TOTAL/98	2.429,04	1.296,00	1.133,04

Fonte: Orçamento Geral da União - DOU de 31 de dezembro de 1997 e Fluxo de Caixa.

(1) não inclui FEF/EPU.

Nota: Os valores estão expressos em termos nominais

2 - O verdadeiro tamanho do déficit no período considerado e a fabricação de resultados negativos.

Ao analisar a situação financeira da Previdência Social, o discurso é o de divulgar seguidamente déficits que são muito superiores aos efetivamente computados. Não se explica também a questão do saldo do INSS com o Tesouro, além das diferenças constantes verificadas entre a execução das despesas e os repasses efetivos apresentados pelo Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 2-a e 2-b).

O Quadro 8 apresenta um **demonstrativo do comprometimento da arrecadação bancária líquida** (subtraídas as *transferências a terceiros*) **com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais** no ano de 1998. Verifica-se um saldo negativo de R\$ 9,380 bilhões.

Entretanto, como já foi analisado no estudo anterior sobre o comportamento dos repasses da União, **a dívida do tesouro para com a Previdência Social**, resultante das receitas de Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e FEF foi em 1998 de R\$ 6,01 bilhões (Quadro 5). Isso quer dizer que se fossem repassados devidamente a totalidade desses recursos, advindos do Orçamento originário da Previdência Social, teríamos um saldo negativo de R\$ 4,102 bilhões em 1998 (Quadro 8).

Se analisarmos sob a **ótica dos pagamentos dos benefícios assistenciais e rurais** (RMV, LOAS e Rural), no mesmo ano, vamos concluir que o montante da dívida do Tesouro caiu de R\$ 5,405 bilhões em 1997 para R\$ 1,870 bilhão em 1998 (Quadro 9). As despesas com Benefícios assistenciais e rurais aumentaram de R\$ 10,250 bilhões para R\$ 12,325 bilhões (ou 20,24%), enquanto que os repasses aumentaram de R\$ 4,845 bilhões para R\$ 10,455 bilhões (ou 116%).

Disso tudo resulta que a dívida total do Tesouro para com a Previdência Social, no período que vai de janeiro de 1995 até dezembro de 1998, é de R\$ 20,730 bilhões (Quadro 10).

QUADRO 8

RELAÇÃO ENTRE A ARRECADAÇÃO BANCÁRIA LÍQUIDA E DESPESA COM BENEFÍCIOS-JANEIRO A DEZEMBRO/98

(EM R\$ MILHÕES)

MESES	ARRECADAÇÃO BANCÁRIA(1) (A)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS (B)	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (C = A-B)	BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO (D)	(D/C) (%)	SALDO (C-D) (E)	SALDO A RECEBER (2) (F)	SALDO FINAL (G=E+F)
JANEIRO	3.750,72	54,05	3.696,67	4.516,00	122,16	-819,33	706,76	-112,57
FEVEREIRO	3.841,59	284,35	3.557,24	4.025,99	113,18	-468,75	652,60	183,85
MARÇO	3.844,72	281,60	3.563,12	4.061,76	113,99	-498,64	896,34	397,70
ABRIL	3.898,14	395,76	3.502,38	4.117,33	117,56	-614,95	709,55	94,60
MAIO	3.868,61	93,80	3.774,81	4.128,48	109,37	-353,67	554,78	201,11
JUNHO	3.959,43	269,65	3.689,78	4.097,05	111,04	-407,27	777,84	370,57
JULHO	3.952,53	440,34	3.512,19	3.724,62	106,05	-212,43	683,59	471,16
AGOSTO	3.931,61	110,43	3.821,18	5.287,13	138,36	-1.465,95	-667,65	-2.133,60
SETEMBRO	3.906,60	288,08	3.618,52	4.095,33	113,18	-476,81	310,48	-166,33
OUTUBRO	4.093,19	438,86	3.654,33	4.878,19	133,49	-1.223,86	748,65	-475,21
NOVEMBRO	3.795,32	402,66	3.392,66	4.941,56	145,65	-1.548,90	720,13	-828,77
DEZEMBRO	7.298,68	440,57	6.858,11	8.147,92	118,81	-1.289,81	-815,21	-2.105,02
NO ANO/98	50.141,14	3.500,15	46.640,99	56.021,36	120,11	-9.380,37	5.277,86	-4.102,51

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS

(1) Inclui arrecadação/simples

(2) Conforme Quadro 17 (Cofins + Lucro + FEF)

Nota: Os valores estão expressos em termos nominais

QUADRO 9

REPASSES DA UNIÃO PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS (1997 e 1998)

(EM BILHÕES)

ANO	VALOR TOTAL DOS BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS (1) (A)	REPASSES DA UNIÃO (2) E RURAL (3) (B)	SALDO (B-A)	VAR.(%) SALDO
1997	48,603	10,250	4,845	-5,405	-
1998	56,021	12,325	10,455	-1,870	-65,40

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS e Assessoria Econômica – ANFIP

(1) Corresponde a 22 % do total de benefícios (percentual estimado).

(2) Correspondem a Recursos Ordinários, Cofins, Cofins/Loas, Fundo de Estabilização Fiscal, Contribuição sobre o lucro líquido e Concurso Prognóstico.

(3) Os gastos com benefícios rurais correspondem a 18,45 % do total de benefícios, enquanto que a arrecadação rural corresponde a cerca de 10,5% desses gastos ou 2,0% do total de benefícios.

Notas: Os percentuais apresentados nos itens (1) e (2) acima correspondem ao ano de 1997, sujeitos, portanto, a alterações oportunas.

Obs- Os valores estão expressos em termos nominais.

QUADRO 10

INSS - RESUMO DE SALDOS COM O TESOIRO PERÍODO: 1995 A 1998

(Em R\$Bilhões)(3)

Ano (1)	Pagamentos assistenciais e rurais (A)	Receita transferida (1) e rural (2) (B)	Diferença (total do saldo que deveria ter) (A-B)
1995	9,353	3,242	6,111
1996	10,278	3,273	7,005
1997	10,616	4,872	5,744
1998	12,325	10,455	1,870
TOTAL	42,572	21,842	20,730

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS e Assessoria Econômica-ANFIP

Notas:

(1) Receita transferida do Tesouro via Orçamento da Seguridade Social das Rubricas COFINS e Contribuição sobre o Lucro Líquido. Não estão incluídas nas transferências as despesas de pessoal de responsabilidade da União e que foram custeadas com recursos da Previdência Social, face alterações nos artigos 17 e 18 da lei 8.212/91.

(2) Na receita rural não estão incluídas as transferências das contribuições urbanas.

(3) Os valores estão expressos em termos nominais.

Ação Fiscal

1 - Resultado da ação fiscal em 1998 atinge R\$ 11,502 bilhões

O Resultado da Ação Fiscal (RAF) no ano de 1998 totalizou R\$ 11,502 bilhões (Quadro 11), correspondendo a 23% do total da arrecadação bancária + simples que foi de R\$ 50,144 bilhões, de acordo com o Fluxo de Caixa do INSS. Se comparado com o ano de 1997, quando totalizou R\$ 13,750 bilhões, verificou-se uma queda no RAF de 16,35%. Essa queda pode ser atribuída ao movimento reivindicatório dos fiscais ao longo de 1998, à falta de incentivos do Governo, principalmente quanto à política salarial e Plano de Carreira, e ao aumento do número de aposentadorias requeridas, resultando numa certa diminuição no ritmo da atuação fiscal.

Os fiscais de contribuições previdenciárias fiscalizaram em todo o território nacional 99.394 empresas e visitaram outras 61.322. Nesse trabalho, foram emitidas 32.546 Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD), que totalizaram R\$ 7,020 bilhões e representaram 61,02% do total do RAF. No entanto, essas notificações apresentaram uma queda no volume monetário de 13,94% em relação a 1997, quando alcançou R\$ 8,157 bilhões.

Quanto aos recolhimentos, totalizaram R\$ 908,63 milhões, representando 7,89% do total do RAF e foi o único item que apresentou crescimento, de 0,34%, em relação a 1997, quando totalizaram R\$ 905,53 milhões. Esse crescimento foi fruto de um melhor planejamento da ação fiscal, onde os débitos depurados foram selecionados de maneira mais qualitativa e, conseqüentemente, obteve-se mais eficácia da máquina fiscalizadora.

Já com relação aos parcelamentos, foram emitidas 34.965 Confissões de Dívida Fiscal (CDF) que totalizaram R\$ 3,574 bilhões, representaram 31,07% do total da RAF e apresentaram uma queda de 23,75% no valor monetário em relação a 1997.

Fazendo uma análise comparativa do período de 1994 a 1998 (Quadro 12), verificou-se que o melhor desempenho da ação fiscal ocorreu no ano de 1997, em quase todos os itens componentes de atuação dos fiscais. A exceção foram os recolhimentos que alcançaram seu maior valor em 1996, de R\$ 947,5 milhões. Por outro lado, a ação fiscal mais fraca ocorreu no ano de 1994, em todos os itens componentes. O maior crescimento no valor do RAF se deu em 1995, de 134,64%. Já com relação ao ano de 1998, ele se caracterizou por quebrar a seqüência de crescimento do Resultado da Ação Fiscal desde 1994, com exceção novamente para os recolhimentos, o que de certa forma atinge os objetivos propostos: maior entrada de dinheiro e redução de papéis.

O número de empresas visitadas e fiscalizadas chegou a um total de 160.716. Esse total é inferior ao verificado no ano de 1997, que foi de 213.265. Essa redução quantitativa explica, de certa maneira, a queda no valor do Resultado da Ação Fiscal. A razão dessa queda se deve também a uma maior seleção e direcionamento da ação fiscal com vistas a atingir as empresas inadimplentes. Porém, mesmo com a redução do número de empresas, está havendo uma melhoria na qualidade da ação fiscal.

Analisando o ranking das regiões do país, verifica-se que o Sudeste representou em 1998 66,25% do Resultado da Ação Fiscal. Ela é seguida de longe pela região Sul, 14,79%, Nordeste, 10,34%, Centro Oeste, 5,46%, e Norte, 3,15%.

Quanto aos Estados da Federação, São Paulo participou com 46,40% do RAF, seguido pelo Rio de Janeiro, 11,94%, Paraná, 6,34%, Minas Gerais, 5,77%, Rio Grande do Sul, 4,86%, Bahia, com 3,92%, e Santa Catarina, com 3,59%. Esses sete estados totalizaram 82,82% do RAF em 1998.

Se observarmos, como ilustração, a participação desses estados na arrecadação da Previdência Social em 1998, a ordem de importância e os percentuais variam pouco, ou seja, São Paulo representa 45,14%, Rio de Janeiro, 11,07%, Minas Gerais, 8,21%, Rio Grande do Sul, 6,88%, Paraná, 5,35%, Santa Catarina, 4,24% e Bahia, 2,96%. O somatório percentual desses sete estados foi de 83,85%, conforme *Relatório Síntese*.

QUADRO 11

RESULTADO DA AÇÃO FISCAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 1998

(EM R\$ MIL NOMINAIS)

UF	EMPRESAS		RECOLH.	CDF		NFLD		RAF	(%)
	VISIT.	FISCAL IZ.	VALOR	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR	VALOR	
AM	1.038	537	7.683,0	398	42.157,0	392	61.679,0	111.518,0	0,97
PA	468	1056	5.942,0	697	34.282,0	567	97.188,0	137.412,0	1,19
AC	6	194	559,0	261	10.608,0	152	18.631,0	29.798,0	0,26
AP	103	160	733,0	125	4.758,0	76	6.929,0	12.419,0	0,11
RO	0	137	451,0	107	4.556,0	203	26.886,0	31.873,0	0,28
RR	96	158	516,0	168	3.332,0	73	5.191,0	9.039,0	0,08
TO	1	505	1.662,0	306	6.057,0	298	23.094,0	30.812,0	0,27
NORTE	1.712	2747	17.546,0	2.062	105.750,0	1761	239.598,0	362.871,0	3,15
AL	124	518	1.686,0	61	11.320,0	173	78.926,0	91.932,0	0,80
BA	2.932	1.913	22.579,0	907	141.148,0	1126	287.566,0	451.292,0	3,92
CE	1004	1065	5.921,0	1022	54.375,0	371	29.569,0	89.865,0	0,78
MA	178	595	3.699,0	233	32.744,0	365	70.742,0	107.185,0	0,93
PB	516	1104	2.641,0	521	26.520,0	650	68.497,0	97.659,0	0,85
PE	1095	1047	6.042,0	536	44.562,0	649	124.803,0	175.407,0	1,52
PI	0	1.610	1.099,0	347	7.263,0	258	19.889,0	28.251,0	0,25
RN	249	367	2.423,0	234	51.564,0	64	37.695,0	91.682,0	0,80
SE	0	825	879,0	118	9.194,0	363	46.544,0	56.617,0	0,49
NORDESTE	6.098	9.044	46.969,0	3.979	378.690,0	4.019	764.231,0	1.189.890,0	10,34
ES	1478	1.592	51.922,0	760	53.313,0	1173	140.808,0	246.043,0	2,14
MG	8.377	9.241	66.131,0	3.090	189.579,0	2.327	408.485,0	664.195,0	5,77
RJ	6.893	6.969	66.981,0	2.570	309.957,0	2.722	996.314,0	1.373.252,0	11,94
SP	23.427	38.051	516.609,0	13.785	1.852.242,0	11.468	2.967.962,0	5.336.814,0	46,40
SUDESTE	40.175	55.853	701.643,0	20.205	2.405.091,0	17.690	4.513.569,0	7.620.304,0	66,25
PR	4.654	6.227	49.096,0	3.070	277.934,0	1.937	402.563,0	729.593,0	6,34
RS	1.683	18.267	33.748,0	3.356	166.885,0	3.439	358.191,0	558.823,0	4,86
SC	2.158	3.830	26.288,0	1.406	97.972,0	1.993	288.459,0	412.719,0	3,59
SUL	8.495	28.324	109.132,0	7.832	542.791,0	7.369	1.049.213,0	1.701.135,0	14,79
MS	847	615	10.268,0	347	31.021,0	496	83.970,0	125.259,0	1,09
GO	757	1146	13.395,0	249	23.286,0	424	134.176,0	170.857,0	1,49
MT	254	434	6.132,0	215	69.280,0	485	63.664,0	139.076,0	1,21
DF	2.984	1.231	3.547,0	76	18.032,0	302	171.451,0	193.030,0	1,68
C.OESTE	4.842	3.426	33.342,0	887	141.619,0	1707	453.261,0	628.222,0	5,46
BRASIL	61.322	99.394	908.632,0	34.965	3.573.941,0	32.546	7.019.872,0	11.502.422,0	100,00

Fonte: MPAS/INSS /DAF

Notas:

- (1) Recolh. = Recolhimento
- (2) CDF = Confissão de Dívida Fiscal (parcelamentos)
- (3) NFLD = Notificação Fiscal de Lançamento de Débito
- (4) RAF = Resultado da Ação Fiscal = Recolh. + CDF + NFLD

QUADRO 12
RESULTADO DA AÇÃO FISCAL
1994 A 1998

(Valores em R\$ Mil nominais)

ANO	EMPRESAS				RECOL.		CDF				NFLD				RAF	VAR.
	VISIT.	VAR.(%)	FISCALIZ.	VAR.(%)	VALOR	VAR.(%)	QTDE.	VAR.(%)	VALOR	VAR.(%)	QTDE.	VAR.(%)	VALOR	VAR.(%)	VALOR	(%)
1994	153.515	-	144.069	-	478,8	-	21.363	-	723,1	-	75.249	-	2.775,7	-	3.977,7	-
1995	139.243	-9,30	121.870	-15,41	728,1	52,07	24.930	16,7	1.335,8	84,73	97.145	29,10	7.269,5	161,9	9.333,4	134,64
1996	126.370	-9,24	119.067	-2,30	947,5	30,13	47.678	91,25	3.052,9	128,54	58.830	-39,44	5.380,8	-25,98	9.381,2	0,51
1997	112.307	-11,13	100.958	-15,21	905,5	-4,43	47.283	-0,83	4.687,4	53,5	33.126	-43,69	8.157,4	51,60	13.750,0	46,57
1998	61.322	-45,40	99.394	-1,55	908,6	0,35	34.965	-26,05	3.573,9	-23,75	32.546	-1,75	7.019,9	-13,94	11.502,0	-16,35

Fonte: MPAS/INSS/DAF

Notas:

Recol. = Recolhimento

CDF = Confissão de Dívida Fiscal (parcelamentos)

NFLD = Notificação Fiscal de Lançamento de Débito

RAF = Resultado da Ação Fiscal = Recol. + CDF + NFLD

Crescimento Econômico com Crescimento Cultural: a conjunção necessária para o progresso

(abril de 1999)

Trabalho e saber

Quando voltamos no tempo e observamos a história dos povos, podemos constatar que a construção de uma grande nação demanda trabalho e saber. Se pegarmos, como exemplo, um país como a Alemanha, que somente neste século foi derrotada em duas guerras mundiais, verificamos o quanto a cultura de seu povo fez a diferença para a superação das crises internas decorrentes desses conflitos bélicos. Arrasada militarmente, moralmente e economicamente, esse país renasceu das cinzas através, principalmente, do investimento humano e, por ter adotado esse caminho, é atualmente uma das grandes potências econômicas e políticas do mundo.

Qualquer país para crescer verdadeiramente no campo da riqueza econômica precisa investir na riqueza cultural de seu povo. Estamos aqui entendendo cultura de maneira a mais abrangente possível, ou seja, não só o grau de escolaridade e de leitura, mas também o nível nutricional e o estado geral de saúde do cidadão. O conjunto desses itens é que permitirá uma melhor capacitação intelectual e técnica do cidadão e que, por sua vez, resultarão numa competitividade saudável no mercado de trabalho e numa melhoria da qualidade de vida de todos. Conhecimento e oportunidades são as molas propulsoras de uma sociedade justa e próspera.

No Brasil, tudo o que definimos acima como cultura são, na verdade, carências estruturais. No campo da educação, o ensino público entrou em colapso, enquanto que as escolas particulares, além de serem ocupadas pela minoria, não passariam impunes a uma avaliação de sua qualidade. Já quanto ao analfabetismo, ele continua elevado, e a mão-de-obra do trabalhador brasileiro continua barata e de má qualidade, enquanto que, paralelamente, a marginalidade social está solta nas ruas.

No campo da alimentação, existem milhões de indigentes completamente afastados da nutrição mínima. Quanto à saúde, a situação é caótica: os hospitais públicos se tornaram ramificações de cemitérios, enquanto os hospitais da rede privada transformaram a salvação da vida humana numa mercadoria cara e lucrativa.

Com relação à capacitação técnica e intelectual, entendemos que a primeira deveria fazer parte dos currículos escolares e do cotidiano do trabalhador, ser parte integrante do seu aperfeiçoamento no ofício com vistas a melhorar produtividade e salário. No entanto, o que se observa é que o Brasil entrou na dança da globalização orquestrada pelos países ricos sem o prévio preparo do seu trabalhador, sem criar as condições para a sua devida qualificação. Nesse processo da globalização ou da mundialização da competição e da produção de bens e serviços, a substituição do fator trabalho humano pela automação, pela sofisticação tecnológica, vem transformando o desemprego no maior desafio para a civilização industrial.

A segunda, qual seja, a capacitação intelectual, essa deveria ser o maior instrumento de um povo para implementar seu projeto de nação. O crescimento econômico deveria gerar mais intelectuais, mais cidadãos cultos, encaminhar milhões de trabalhadores para o campo do saber e do lazer. No entanto, o que se verifica é que a elite econômica que dirige há séculos o país o conserva no atraso e na miséria. Além de criar as mazelas sociais também cria uma elite do conhecimento.

Ao invés de aproximar os cidadãos dos livros, o nosso crescimento econômico, paradoxalmente, os distancia, deixando o Brasil no *ranking* dos países de menor índice de leitura do mundo e também de menor índice de desenvolvimento humano.

E a competitividade? A elite econômica brada em defesa da competitividade e do mercado livre. Pode haver competição saudável ou integração econômica equitativa num mundo desigual, desleal, culturalmente desnivelado e marcado pelo domínio tecnológico, mercadológico e do conhecimento dos países ricos sobre o resto do planeta?

As diversas linguagens

Na *linguagem dos economistas ortodoxos*, é preciso primeiramente crescer o "bolo da riqueza" para depois distribuí-la. O "bolo da riqueza" é entendido como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que é o total de bens e serviços produzidos pelo trabalho de um país ao longo de um ano. Acontece que o crescimento desse "bolo", paradoxalmente, não fez crescer o bem-estar da população, uma vez que a distribuição da renda nacional gerada ao longo do tempo não se verificou. Ao contrário, o país detém a posição das piores nações no campo da concentração dessa mesma renda que se mantém nas mãos de uma mesma elite econômica.

Esse propalado "bolo da riqueza" não gera "bolo de cultura", e muito menos "bolo de bem-estar social". A participação dos salários no montante do PIB vem diminuindo e o fator trabalho humano continua a pagar o preço de um tipo de crescimento econômico que é historicamente excludente e desumano.

Na *linguagem de muitos "políticos"*, é preciso investir no social e na redução das desigualdades regionais. Investir no social é, na prática, criar endividamentos, fazer *lobbies* por fatias maiores no "bolo do orçamento público" e satisfazer bases eleitorais. Quanto à redução das desigualdades regionais, a realidade mostra que, a despeito da quantidade incalculável de dinheiro público já *"investido"* em nome dessa bandeira, os resultados mostram que o país conseguiu *"industrializar"* a seca, a subnutrição, a fome, as doenças, os "sem-terra" e o analfabetismo. Não temos um povo mais culto, nem mesmo mais sadio, nem tampouco mais bem remunerado ou mesmo empregado.

Na *linguagem dos negativistas de plantão*, nada foi feito ou nada mudou. Se enganam os seus adeptos se pensam que apenas a contestação ou o discurso pode transformar a realidade. Não basta realizar o diagnóstico da crise, mas também apontar os caminhos práticos para a superação dessa mesma crise. A democracia se constrói com propostas, argumentações consistentes e consciência de nação. Se o *barco Brasil* navega à deriva, é preciso evitar seu naufrágio. Todos os segmentos sociais se encontram dentro dele e apenas a elite possui salva-vidas.

A conjunção para o progresso

Crescimento econômico sem crescimento cultural é o que se tem verificado ao longo da história do Brasil. É como se a riqueza gerada pelo trabalho de milhões fosse consumida à revelia do próprio país. Separa-se um Brasil minoritário e opulento, que possui renda e conhecimento, de um outro Brasil, amplamente majoritário, dos despossuídos e dos incultos.

As metrópolis se agigantam e se engalfinham, expelindo sem rumo todos os que não conseguem se integrar à sua lógica competitiva. Enquanto isso, a vasta e fértil área rural é "ocupada" por um outro tipo de minoria, a dos "donos legais das terras", deixando uma multidão de trabalhadores lutando até a morte por um pedaço de chão. Até parece que existem brasileiros e *não-brasileiros*.

A fusão entre economia e cultura é o caminho para o progresso. Só existe crescimento econômico verdadeiro com crescimento cultural. E o crescimento cultural do povo potencializa a continuidade do próprio crescimento econômico. É essa conjunção do trabalho e do saber que formará a consciência de nação e resultará em retorno social sustentado. A história do mundo já deu exemplos de prosperidade para países que optaram por esse caminho.

Espelhemo-nos nesses países e aproveitemos para corrigir as enormes distorções da globalização econômico-financeira e implantar uma verdadeira integração dos povos: mais cultural, mais humana e, por extensão, mais solidária.

Trabalho Interno